

O Ofício da Cozinheira de religião afro-brasileira: Atividade Voluntária e Resistência à Exploração do Trabalho Remunerado

Maria Grazia Cribari Cardoso¹

Resumo: O objetivo do artigo é discutir o trabalho feminino realizado nos terreiros de xangô enquanto uma atividade laboral que implica uma definição de si mesmo e uma forma de resistência à exploração do trabalho da mulher negra na sociedade brasileira. A metodologia qualitativa orientou a pesquisa de campo. Se, por um lado, a situação social da mulher negra lhe limita as chances na sociedade, por outro, os terreiros de matriz africana são formas alternativas de resistência simbólica coletiva à exploração do trabalho.

Palavras – Chave: Saber Tradicional, Sociabilidade, Resistência, Cozinheiras.

Abstract : The aim of the article is to discuss the female work carried out in the terreiros of xangô as a work activity that implies a definition of self and a form of resistance to the exploitation of the work of black women in Brazilian society. Qualitative methodology guided field research and, on the one hand, the social situation of black women limits their chances in society, on the other hand, African-based terreiros are alternative forms of collective symbolic resistance to the exploitation of work.

Keywords: Traditional Knowledge, Sociability, Resistance, Cooks.

Introdução

O objetivo do artigo é discutir o trabalho feminino realizado nos terreiros de xangô² enquanto uma atividade laboral que implica uma definição de si mesmo e uma forma de resistência à exploração do trabalho da mulher negra na sociedade brasileira. O interesse pelo tema surgiu a partir de um projeto anterior onde tive a oportunidade de conhecer uma profissional da gastronomia, nascida em família de religião afro-brasileira cujo conhecimento das preparações culinárias das comidas de terreiro foi adquirido na vivência desde a infância. Profissionalizou-se e hoje é chef de cozinha e está na mídia. Chama a atenção seu diferencial enquanto cozinheira: ela tem um preparo, além de religioso, leigo e técnico

1 Professora de Antropologia da UFRPE.

2 Denominação utilizada em Pernambuco para designar os terreiros de origem africana.

adquirido em instituição de ensino da gastronomia. Na ocasião da pesquisa pude tomar conhecimento, através da literatura, da importância da comida na religião assim como da invisibilidade da cozinheira de terreiro nos estudos.

O trabalho é uma discussão essencial da condição humana. O trabalho humano no sentido amplo envolve todas as atividades humanas materiais voltados para a manutenção da sobrevivência. Ele também é importante para o entendimento das relações de gênero. A divisão social do trabalho suscitou muitas discussões e classificações do trabalho humano. Dentre elas, está a classificação em manual e intelectual, compreendendo esferas distintas. Por sua vez, o trabalho foi separado e estudado em duas esferas: produção e reprodução. Em torno dessas esferas desenvolveram – se muitos estudos sobre a inserção da mulher neste universo, que creio, iluminaram o debate com novos aportes e contribuições, sendo um deles, a visibilidade do trabalho doméstico, discutido também como trabalho produtivo e não apenas reprodutivo. O foco do conceito de trabalho foi redefinido de produtor de bens para a produção da vida (KERGOAT, 2016; MELO 2018).

A produção da existência humana se faz também pelo trabalho doméstico seja ele remunerado ou não remunerado. Esse domínio da vida nos remete a uma discussão sobre a construção do indivíduo pelo trabalho e o papel da socialização na profissionalização. Conforme Dubar (2012), a sociologia das profissões funcionalista diferencia ocupação de profissão. Enquanto a profissão se refere àquelas adquiridas no ensino formal superior, a ocupações dizem respeito aos ofícios, ou seja, são aquelas as atividades e habilidades alçadas pelo domínio técnico. As profissões superiores permitem autonomia, qualificação escolar e percurso profissional e valorização social e os ofícios, por sua vez são desvalorizados, precarizados e ‘não qualificados’. Pelo contrário, afirma, essa distinção é arbitrária, tem em vista que, em princípio, toda atividade de trabalho pode se converter em profissão e permitir o acesso a um ofício reconhecido “ (...) desde que resultassem de uma socialização que permitisse a aquisição de competências e o reconhecimento – inclusive monetário – de todos os que a exercem e a compartilha”.

Exemplifica com a profissionalização dos médicos cujo êxito está na iniciação prática e também numa conversão no qual o estudante ultrapassa uma visão estereotipada dos valores médicos aderindo a uma conduta de vida e da incorporação de uma visão de si e de seu futuro. A socialização profissional não é apenas a aquisição de saberes teóricos abstratos. Ela é uma transformação identitária do estudante em profissional da medicina, ou seja, é aceder um *ethos* profissional. Nas palavras dele, trata-se também de “incorporação de uma definição de si mesmo e de uma projeção no futuro, envolvendo antes de tudo, o compartilhamento de uma cultura do trabalho profissional e a exigência de um trabalho bem feito”.

Partimos da ideia de que “todas as atividades de trabalho poderiam se tornar ‘profissionais’ e que “todos os problemas fundamentais com que os homens se deparam em seu trabalho são os mesmos” e procuramos ampliar essas considerações sobre o trabalho para atividades que não fazem parte do mercado de trabalho ou é resultado de uma recompensa financeira. É o caso do ofício de cozinheira de terreiro. Esta atividade parece abranger as exigências de um trabalho profissional dado que abrange a socialização ocupacional, satisfação e reconhecimento social e oposição à exploração do trabalho.

No debate sobre comunidades tradicionais, mais que discutir os atributos dessas comunidades é preciso repensar as categorizações adicionando uma análise que envolva as dimensões situacionais dessas sociedades. Nas palavras de Brandão (2012) é preciso significar este conceito a partir do contexto e “observar as dimensões institucionais, legais, políticas, das ideias de si mesmo e dos outros” das comunidades estudadas. As “comunidades não se fazem “tradicionais” por meio de traços ‘floclozizáveis’ de sua cultura”. Os indicadores usuais de reconhecimento dessas comunidades focam características unificadas como conhecimento e dependência da natureza, concepção e utilização de território por várias gerações, pela organização familiar e de parentesco pela realização de diversas atividades, pela descentralização do poder e “pela auto identificação por outros de pertencer a uma cultura distinta” e a transformação da natureza “através de um trabalho legítimo de socialização” realizado de geração à geração e associado a um saber e fazer específicos.

A esses indicadores de tecnologia social, o autor propõe os de natureza política, quais seja, a autonomia na medida em que o trabalho nessas comunidades é socializador, realizado enquanto totalidade social e capaz de permitir um grau de autonomia e liberdade e, a resistência, isto é, a memórias das lutas e sofrimentos passados que estão no centro da memória e organizando-se “politicamente em torno do trabalho comunitário”.

A autonomia e a liberdade do trabalho nas comunidades tradicionais resultam da natureza socializadora e integradoras das atividades. O trabalho é coletivo e muitas vezes é realizado e transmitido de geração à geração. De acordo com Brandão (2012) “o preço da condição de pobre é a experiência da autonomia. Ser dono de seu tempo de trabalho”. Vivem suas vidas e seu trabalho como uma totalidade e diferentemente do trabalhador inserido no mercado ocupacional que tem sua vida pautada pelas exigências do trabalho informal.

A categoria de resistência será usada em seu sentido amplo. É uma forma de oposição ativa ou passiva “trata-se mais de uma reação, de uma defesa que de uma ofensiva, de uma oposição que de uma revolução” (BOBBIO, 1998 p. 1363). E é justamente o fato de ser uma atividade que implica em compartilhar uma cultura do saber – fazer e que se efetua fora

do mercado de trabalho é que ele é vivenciado com satisfação e uma forma de resistência.

Campos (2015, 2017) afirma que “as religiões afro-brasileiras são historicamente alvo de perseguições.” Relata os discursos justificatórios das práticas de discriminação em relação aos cultos das religiões afro-brasileiras a partir de recortes diferenciados na história do Brasil desde as perseguições da catequização dos negros escravizados no Brasil colônia e império, do culto enquanto ‘caso de polícia’ no início do século XX e na atualidade através dos discursos da intolerância propagados pelas religiões neopentecostais no século XXI. A forma de agir dos devotos se expressa de muitas maneiras: na denúncia da violação de seus direitos, exigindo o cumprimento do preceito constitucional a liberdade de credo religioso, se inserindo no espaço público e denunciando os casos de intolerância e nos movimentos sociais.

A resistência da mulher negra de terreiro é o que podemos chamar de uma resistência cotidiana/vital características de trabalhadores sujeitos a uma desvantagem estrutural e a opressão e a exploração na sociedade. Nas palavras de Scott (2000) resistências individuais e de certa forma ‘insignificantes’ todavia “obstinadas, persistentes e irredutíveis”

Neste artigo, buscamos examinar o ofício das cozinheiras de terreiro revelando as contradições do trabalho doméstico: ao mesmo tempo fonte de sobrevivência das mulheres negras desde longas datas e atividade sujeita a exploração e a falta de segurança social até hoje. Apresentaremos o trabalho doméstico desenvolvido no terreiro como uma terceira via através do qual as mulheres negras realizam atividades domésticas não remuneradas, no entanto, diferentemente do que acontece na sociedade brasileira mais envolvente onde há exploração do trabalho e insegurança, o afazer doméstico no terreiro favorece a emancipação e socialização comunitária e divina. Na primeira seção verificaremos a situação das mulheres negras e do trabalho doméstico remunerado e a segunda seção tratará do trabalho doméstico no terreiro.

Metodologia

A metodologia qualitativa orientou a pesquisa de campo. A investigação e os dados produzidos por elas consistem em descrições e análises das atividades e das crenças, desde a perspectiva dos membros do grupo ou da cultura, como objetivo de compreender o grupo estudado em seus próprios termos (GOLDEMBERG, 1999). Na primeira etapa fizemos uma revisão e atualização da literatura disponível, aprofundando as dimensões teóricas da reflexão sobre o trabalho feminino e identificando e localizando obras sobre a presença negra no Brasil desde as dos pioneiros até as produções contemporâneas. O segundo passo foi o levantamento de campo. Realizamos entrevistas com cozinheiras

de terreiro. Estas foram selecionadas numa rede de relações de um informante e de uma pesquisadora³. Visitamos tanto terreiros *ribeirinhos*, ou seja, terreiros emergentes, com menos capital simbólico e que não são consagrados como os terreiros mais “tradicionalistas” da cidade como também dois dos mais conceituados.

Inicialmente, a técnica utilizada foi a entrevista. Realizamos um total de dez entrevistas com nove cozinheiras e um cozinheiro em sete terreiros diferentes. A observação participante foi também utilizada como técnica de pesquisa. Percebemos que a coleta de informações não poderia se restringir apenas a perguntas e respostas e o mergulho no terreiro foi essencial para ouvir, ver, escutar, enfim, usar todos os sentidos na relação direta com as pessoas a fim de entender a lógica de suas experiências de trabalho no terreiro (OLIVEIRA, 2010). Por fim, na análise dos dados das entrevistas e da observação participante, usamos o método de interpretação de sentido (GOMES, 2007) com a construção de categorias utilizadas pelos entrevistados buscando os conteúdos dos textos nos seus contextos, revelando as relações existentes e os seus significados quando cotejados com a teoria sobre o trabalho.

Trabalho Doméstico Remunerado

As cozinheiras nas religiões afro-brasileiras são as guardiãs do conhecimento culinário considerando que a comida é central na religião de santo. A trajetória delas, desde a década de 30 nos terreiros de Recife e Olinda se modificou com o tempo. Mulheres que cozinham nos terreiros sempre existiram nos Xangôs do Recife. No entanto, partir da década de 1990 houve uma migração de outras “nações” exemplo da keto, jeje etc provenientes de São Paulo, Rio, Bahia para o Recife e essas nações tem uma hierarquia mais complexa e uma nomenclatura mais rica. A partir daí o Xangô do Recife passou aos poucos a ser chamado de Candomblé (também devido aos movimentos políticos negros entrando nos terreiros) e o povo começou a dar nomes yorubanos a papéis que antes já existiam nos terreiros, mas que não tinham essa nomenclatura específica. Então temos yabás, Yapetebis, yalaxés, yabassês etc.

No Brasil, a culinária afro-brasileira, foi transmitida para as casas de família pelos escravos. Supõe-se que a popularização da cozinha de matriz africana no Brasil deve-se a essas mulheres que inicialmente trabalhavam como escravas e posteriormente como empregadas domésticas nas casas de classe média e alta (QUERINO, 1957). Esta culinária

³Agradeço a professora da UNICAP doutora Zuleica Dantas Pereira pela orientação geral do universo das religiões afro brasileira em Pernambuco, por me confiar sua rede de relações em Recife e Olinda e da mesma forma agradeço a Tiago Nagô, advogado, militante negro por confiar em minha pessoa e me colocar em contato com os sacerdotes, sacerdotisas e cozinheiras de Olinda. Agradeço principalmente aos pais e mães de santo e cozinheiras (o) de terreiro que nos ajudaram na pesquisa.

foi perpetuada inicialmente pela tradição oral e gradativamente foram surgindo memórias escritas (FREGONEZE, COSTA, 2015; SOUZA, CARDOSO, 2011).

De acordo com a análise culturalista, o trabalho da cozinheira (o), era prestigiado entre os senhores de escravos e posteriormente pelas famílias burguesas. Numa visão suave do ofício das cozinheiras em Pernambuco no século XIX, Freyre (2003) afirma que elas ocupavam um status mais elevado entre os serviçais, de maneira que, em alguns casos, proporcionava a quem cozinhava certas vantagens como a liberdade, no caso dos escravos, ou até mesmo direitos a verbas nos testamentos dos patrões ou donos, mas esses casos eram uma minoria. Silva (2011) alerta que não é seguro pensar que os todos os escravos desfrutavam de proteção e segurança por parte de seus proprietários. Estudando a vida das trabalhadoras domésticas e vendedoras no Recife revela a importância dos micros espaços e das consequências destes sobre aquelas pessoas que dão vida a esses pequenos territórios e revela o péssimo estado das cozinhas dos sobrados da cidade do Recife no século XIX.

A respeito de certo médico preocupado com a higienização da cidade diz que “de um lado, o médico generalizou o péssimo estado das cozinhas. De outro, referiu-se àquelas ainda piores situadas no centro das habitações, e que concentravam ainda mais fumaça pela menor circulação de ar no interior da casa. É neste ambiente doentio e sujo que as cozinheiras trabalhavam” (SILVA, 2011. p. 87.). Não raro sofriam com a tuberculose. Era comum à época associação entre cozinha e sujeira. Chama a atenção o fato que as cozinheiras não eram exerciam unicamente este ofício. Os anúncios de contratação, estudados pelo autor acima revelam que a atividade de cozinhar estava associada a outros trabalhos domésticos como “engomar, lavar, costurar, comprar” (SILVA, 2011, p.242).

Além de péssimas condições de trabalho oferecidas os senhores e senhoras nutriam uma perspectiva que não dizia respeito apenas às qualidades dos serviços prestados.

A principal expectativa dos contratantes de criadas era que estas fossem honestas, o que implicava um comportamento sexual e uma conduta moral irrepreensíveis. (...) Normalmente, na busca de criadas honestas, os anunciantes acrescentavam que elas deveriam se de meia idade, ou de ‘maior idade’, pois supunham que estas mulheres cuja vida sexual e reprodutiva já havia cessado não trariam problema com ‘seduções’, namoros ou casos de gravidez (SILVA, 2011, p. 210).

As “cozinhas eram insalubres, mas se exigiam das criadas que ‘fossem limpas e asseadas’. Exigia-se além das competências do ofício, “os contratos das cozinheiras pautavam-se por observações ligadas ao comportamento” (SILVA, 2011, p. 245).

As atividades realizadas pelas mulheres no terreiro, em especial no seu papel de cozinheira, foram distribuídas nas ruas e nas cozinhas das famílias brasileiras e em

especial este trabalho foi fonte de independência e mobilidade social das mulheres negras e foi através desse comércio que elas puderam garantir a liberdade e uma vida digna a si mesma. (QUERINO, 1957; VIANNA, 1973; VERGER, 1986; FREYRE, 2003; SILVA, 2011).

Atualmente, no que diz respeito ao trabalho doméstico, este tem um gênero, uma cor e uma classe social. No Brasil, são as mulheres negras de baixa renda que os exercem. O trabalho doméstico remunerado ainda é uma das principais ocupações das mulheres negras mesmo após décadas do fim da escravidão. Profissão secular está associada a formas inferiorizadas de trabalho com pouca valorização social, baixa remuneração e proteção social.

A participação da mulher negra no mercado de trabalho incorpora as desigualdades de gênero, classe e raça presentes na sociedade brasileira. Se por um lado, este trabalho representa uma das principais fontes de renda das mulheres negras, por outro lado é fonte de desigualdades sociais considerando que nele estão às mulheres negras, pobres e com pouca escolaridade (XAVIER, WERNECK, 2013; NOGUEIRA, JACINO, 2013; SILVA, 2013; IPEA, 2011, MELO, 2018).

Entre as nossas entrevistadas, percebemos uma mudança em referência às atividades remuneradas das mulheres de terreiro. Querino (1957); Freyre (2003); Vianna (1973) apontam como trabalhos remunerados dessas mulheres ou o emprego doméstico ou o de vendedoras de rua. Encontramos hoje maior diversificação das atividades remuneradas entre elas. No que diz respeito ao trabalho extra doméstico, três são cozinheiras (o) (que trabalham por conta própria ou em restaurantes), uma comerciante, duas administradora/contadora, uma professora com doutorado em Química, uma empregada doméstica e uma chef de cozinha. Duas alegaram ser donas de casa.⁴ Entre as entrevistadas houve um aumento na escolaridade, o que possibilitou o acesso a ocupações de melhor remuneração ou mesmo em profissões superiores. No entanto, supomos que a maior escolarização e profissionalização não foram iguais para todas as mulheres de terreiro que continuam em ocupações de baixa qualificação e baixo salário, como o emprego doméstico remunerado que continua sendo central na vida das mulheres negras (XAVIER, WERNECK, 2013; NOGUEIRA, JACINO, 2013; SILVA, 2013; IPEA, 2011).

No trabalho doméstico remunerado atua a interseccionalidade, ou seja, há uma conjugação integrada das relações de sexo, de raça e de classe que estruturam a experiência da mulher negra na sociedade considerando que “(...) diversas formas de discriminação se combinam e afetam as vidas de determinadas pessoas” (CRENSHAW, 2012, p.11). As

4 Em um dos terreiros visitados conhecemos uma advogada cozinheira do terreiro que não nos concedeu entrevista.

opressões provenientes desta interseção são múltiplas. O mercado de trabalho a discrimina porque é mulher, porque é negra e porque é pobre. O resultado é a produção de relações sociais de poder e a multiplicidade de eixos de opressão que fabricam a experiência de trabalho das mulheres negras (HIRATA, 2014; KERGOAT, 2016).

Saber Tradicional e o Ofício de Cozinheira de Terreiro: Trabalho e Resistência

Antes de adentrarmos na descrição do ofício, é preciso compreender o valor da comida nas religiões afro-brasileiras. Nelas a culinária e as comidas de santo são elementos ritualísticos estruturadores das crenças nos Orixás.

Se a comida profana e o ato de comer nos remetem, entre outras coisas, a dimensão da emoção e da afetividade a comida sagrada nos leva para os aspectos simbólicos e religiosos da alimentação. No Xangô existem prescrições e proibições alimentares relativas a certas comidas. “Oxalá nunca vai comer junto de azeite, ele é pro fumo, é o branco, da paz, é um santo frio, limpo. É muito mel”.⁵ Nelas a comida parece ter também uma função espiritual. A comida de santo reveste-se de um caráter sobrenatural. A crença nos Orixás estabelece um tipo de relação entre os filhos de santo e as divindades de forma que os deuses personificados nos elementos da natureza água, (fogo, terra, ar) exigem uma atitude ritual em relação a eles (ALVES, C.; OLIVEIRA, G, 2011) . Um Orixá não se mistura com o outro “Quem tocou no dendê não poderá fazer nada para Oxalá”⁶. A cozinha sagrada é uma cozinha mágica. A preparação dos alimentos vem acompanhada não só da combinação dos ingredientes, mas também de palavras mágicas, evocações, cantos e orações. Assim, a comida de santo também alimenta a alma coletiva do terreiro ao evidenciar um conjunto de conhecimentos transcendentais partilhados pela comunidade de crença. “É a felicidade do invisível, não vem com coisas visíveis”⁷

Os orixás são ávidos comedores. A esse respeito, Bastide (2001,p.332) é bastante explícito. Descreve como os mitos que retratam a vida deles contam histórias de banquetes ‘pantagruélicos’. Nas oferendas dos filhos de santo a abundância, as formas e cores das comidas conforme os santos saltam aos olhos, pois “Cada orixá tem seu prato preferido. Os deuses não são apenas comilões, mas também finos *gourmets*. Sabem apreciar o que é bom e, como o comum dos mortais, não comem de tudo”. O saber da cozinheira de terreiro inclui desde a preparação culinária que pertence a cada divindade e mitologia correspondente e um saber que envolve desde os insumos e a preparação e a oferta da comida ao santo e a distribuição entre os membros da comunidade e os visitantes. Tudo isto em observância as tradições da cozinha de cada casa ou terreiro e aos orixás. (MENDONÇA; CARDOSO,

5 Entrevista concedida por uma iabassê.

6 Idem.

7 Idem.

2011).

O xangô é uma religião que está às margens da sociedade e como tal pouco institucionalizada. Ele se organiza a partir de uma estrutura formal doméstica (Pai, Mãe e Filhos) fundamentadas em relações de parentesco sagradas. As relações de parentesco se originam a partir da ‘iniciação’⁸. A partir da antiguidade desta, ou seja, o tempo de santo, é que se estabelece todos os protocolos e obrigações de cada membro da comunidade sagrada: ogans, iabás, etc. As cozinheiras iniciam limpando a casa, depenando galinhas, depois cozinhando para o santo até ser tornar iabassê ou a principal da cozinha. Cada terreiro se denomina como ‘minha casa’ (CAMPOS, 1994).

A aprendizagem do ofício corresponde ao início de suas trajetórias na religião. Todas são escolhidas pelo santo, mas existem aquelas que são de família pertencente ao xangô e outras que se tornaram cozinheiras a partir da iniciação. A esse respeito Amélia⁹ é um exemplo. Apesar de não ter nenhum familiar pertencente a religiões de afro-brasileira já se considerava pertencente desde “a barriga da mãe”, e por sofrer abusos dos familiares no interior, por causa de sua mediunidade, mudou-se para Recife, e passou a trabalhar na casa de um Pai de Santo, e assim adentrou de fato a prática religiosa. Para Marta, por outro lado, o aprendizado de cozinheira de santo se deu na própria família. Ela nos fala:

O que me encanta assim, é o ofício de cozinhar. Independentemente de ser de terreiro ou não. De terreiro tem toda aquela magia, o cheiro né, o dendê, a pimenta, o coco, tem aquela fartura ,muita coisa na mesa, né. A mesa cheia de coisas, né. Mas o ofício de cozinhar, né. A minha vó costumava, sabe era um ritual, mas era um ritual lindíssimo. Eu achava aquilo maravilhoso. Quando ela fazia o feijão e aquele primeiro caldo ela tirava e botava num pratinho. Pegava um pouco de farinha, botava em outro prato. Vinha com o caldo bem quente, uma água bem quente. Botava ali, naquela farinha. Com a mão, com a duas mãos ali ela tava ficando um pouco de cheiro verde, um pouco de cebolinha ralada, uma colherinha daquela manteiga da boa, “Aviação”. Naquela época ,vixe quem tinha aquela manteiga dentro de casa era praticamente rico. E isso ela fazia , ela comprava uma manteiga daquela quando ia receber dinheiro no final do mês. Então, ela fazia aquela farofinha bolão. Com aquela farofinha ela molhava ali naquele caldo e batava na boca, e isso convidava alguns netos pra provar também daquilo das mãos dela. Então esses rituais, essas histórias de cozinha, eu também gostava, eu gosto do ofício (...).

8 Iniciação se refere a uma cerimônia realizada no terreiro que materializa a passagem do indivíduo para a religião. Representa o nascimento do sujeito para a comunidade religiosa.

9 Todos os nomes das cozinheiras são fictícios.

Semelhantemente a entrevistada acima citada, Maria nasceu dentro da religião, e aprendeu toda a arte da cozinha de santo por meio de sua avó, que também era a “labá”. A aprendizagem faz-se, via de regra, em casa ou no terreiro, pela observação direta. As crianças aprendem as técnicas de cuidado da casa com as mães/avós ou outras mulheres que as substituam. Os adultos, no terreiro, através da observação e ensinamentos de outras cozinheiras (os) mais experientes.

Eu aprendi só vendo mesmo. A primeira obrigação que eu fiz foi *pro* meu padrinho. Ele tinha recolhido e não tinha ninguém para cozinhar para ele, aí eu fui fazer. (Ronaldo).

É que ela chega, é ela que diz: ‘olhe, é o quiabo *pra* Xangô vai ser cortado de tal forma. Por mais que eu corte quadrado, se ela disser que é redondo, eu tenho por obrigação cortar redondo, porque o orixá só aceita redondo’. (Paula . Aprendiz)

Rapaz, eu acho que ninguém me ensinou não, eu via a mãe de santo fazendo, aprendi na tóra! Porque eu entrei aqui, eu era marinheira de primeira viagem e só fazia muito mal depenar as galinhas. As mães de santo abriam, temperavam, a gente só fazia depenar e cortar as cebolas, aí eu ficava só curiosa olhando como que se fazia.(...) eu via como ela abria, via como tirava que era tudo na junta dos bichos *pra* ser tudo ali certinho, pescoço, limpava tudinho, *pra* botar os temperos, só cebola, azeite, pimenta e o sal, e fui aprendendo mas muitas não gostavam de eu na cozinha não. Muitos dava fora! Mas um dia eu entro! Aprendi assim, ajudando a depenar galinha... (Selma)

O aprendizado se dá através de receitas tácitas no sentido que se orienta por ingredientes e modos de preparação baseados na tradição oral. As receitas são aprendidas no contexto familiar ou comunitário através da aprendizagem direta e por observação.

Se as cozinheiras de terreiro são invisíveis para a literatura, por outro lado, são essenciais para o funcionamento da casa de santo e de seus rituais. Na tradição nagô são as filhas de santo que executam a tarefa de cuidar da cozinha da preparação das comidas sagrada, sob a supervisão da mãe ou do pai de santo. Em geral são as mulheres que executam essas tarefas. Tanto nesta última quanto nas nações de hierarquia mais complexa e nomenclatura mais rica, ou seja, onde a cozinheira tem um cargo, elas são escolhidas entre as filhas de santo mais velhas, tendo em vista que, segundo as explicações correntes dos membros dos terreiros, o conhecimento rico e diversificado que possuem sobre as comidas de santo, acrescidos aos tabus em relação ao sangue menstrual das mulheres, jogam um papel importante nessa escolha. Além disso, há a exigência do interdito sexual. Elas precisam estar limpas, o que na linguagem ritual significa não estar menstruada e não ter tido relações sexuais. Da mesma forma que para as mulheres há para os homens o impedimento sexual. Resguardado este, homens e mulheres estão aptos para o trabalho

na cozinha.

Supomos que a divisão entre gerações seja definidora também das atribuições na cozinha. Considerando ser uma culinária de aprendizagem oral, se estabelece uma relação entre o aprendiz e o sábio (a) que domina o conhecimento das comidas de santo. É uma relação de aprendizado para o trabalho religioso entre a geração mais velha e a geração mais nova. Sendo assim, de fato não encontramos uma divisão sexual do trabalho baseada exclusivamente na hierarquia de gênero.

Trabalho doméstico para o lar, serviços domésticos ou afazeres domésticos dizem respeito à arrumação da casa, o trabalho de lavar e passar roupas, a cozinha e a manutenção da casa em geral e das crianças. De maneira geral é um trabalho que se funda na disponibilidade contínua das mulheres a sua família. Assim, os afazeres domésticos são conjunto de tarefas vinculadas aos cuidados prestados às pessoas, em geral compreendidas na família – lar conjugal ou parentela – trabalho gratuito desempenhado pelas mulheres. Dentre estas atividades a mais lembrada é cozinhar devido às associações que existem entre comida e afetividade. (HIRATA; 2000; FOUGEYROLLES-SCHWEBEL, 2000; PRADO, 1979; MELO, 2013)

O trabalho doméstico para o lar é a disponibilidade de serviço gratuito dado pela esposa/mãe/mulher à família. Há uma naturalização como sendo necessariamente feminino. Muitas vezes esta atividade é 'invisível' aos olhos do grupo familiar. Geralmente ele é constituído por uma sobrecarga de horas despendidas pela mulher, pois exigem dedicação contínua de tempo e presença em tempo integral. A contribuição nos afazeres domésticos de pais e filhos é considerada 'ajuda' à mãe/esposa, mas a obrigação principal e a manutenção dos serviços dependem dela. No entanto, há uma desvalorização da atividade apesar do altruísmo implicado na execução, pois é pensado como 'amor' e 'obrigação' da mulher.

O trabalho doméstico não remunerado é marcado pela desigualdade de gênero e se amplia na sociedade quando se conjuga a questão de raça. Segundo o IPEA (2011) e Xavier e Werneck (2013, p.271)

O trabalho doméstico não remunerado constitui sobrecarga adicional de horas de trabalho despendidas por mulheres e homens de diferentes grupos raciais, penetrado pelas iniquidades presentes na sociedade em relação aos papéis raciais e de gênero. Segundo o estudo, o trabalho doméstico não remunerado realizado por mulheres no mercado de trabalho era exercido por 91% das mulheres negras ocupadas, que utilizavam 22 horas semanais para isso em 2009. Enquanto os homens negros eram apenas 48,5% dos ocupados e utilizavam somente 9,8 horas com esses afazeres. Entre a população branca, as mulheres correspondiam a 88,1% e os homens 50,6% e utilizavam 20,3% horas e 9,1 horas semanais respectivamente.

Para aquelas mulheres que trabalham fora ele vivenciado com pesar, pois têm que se dividir entre os afazeres domésticos e a vida profissional e para aquelas exclusivamente donas de casa é vivenciado como trabalho exaustivo que provoca desvalorização de si mesma (SILVA, 2013; XAVIER, WERNECK, 2013; MELO, CONSIDERA, 2013; PRADO, 1979; MELO, 2018).

Assim como os afazeres domésticos da casa são atividades de cuidado realizadas no âmbito da família e da parentela, que exige uma disponibilidade constante, o trabalho doméstico no terreiro é um “trabalho gratuito desempenhado pelas mulheres” (FOUGEYROLLAS – SCHWEBEL, 2000).

O trabalho doméstico para o terreiro é semelhante aos afazeres domésticos no lar. Ele consiste em cuidar do terreiro em geral. Limpar, lavar, arrumar e principalmente cozinhar. É igualmente aos afazeres domésticos no lar exige uma sobrecarga de trabalho na sua realização. Considerando que além da jornada do trabalho remunerado e dos afazeres do lar se acrescenta o trabalho doméstico doado ao terreiro. Podemos falar de uma tripla jornada de trabalho para a mulher de terreiro¹⁰. Perguntada sobre horário para cumprir as “obrigações” no terreiro, Selma afirma:

Eu botava pra cozinhar e eu trabalhava a noite todinha. Dava dois dias com duas noites. Três noites, três dias (risos) (.....) as vezes eu venho aqui e faço várias atividades, tendo pra fazer eu faço. (...) tá pensando que quando eu chego em casa que eu vou dormir, é? Vou fazer as coisas em casa, vou fazer almoço, vou varrer casa, boto as roupas do santo no sabão, é fia eu só durmo de noite, aí quando da seis horas, eu estou um bagaço (...).

O afazer doméstico realizado no terreiro é trabalho voluntário. Ele tenciona a mulher enquanto dona de casa e trabalhadora. O que as obriga nas ocasiões rituais, uma jornada tripla de trabalho. Nesse sentido, a preferência pelas mulheres mais velhas faz sentido considerando que são desobrigadas das tarefas domésticas realizadas no lar e fora dele.

No entanto, diferentemente do lar, os trabalhos domésticos no terreiro são voluntários. É trabalho doado a comunidade de crença. É expresso como atividade de devoção. É a

10 As cerimônias religiosas de matriz africana se realizam geralmente durante a noite e a madrugada. O que dá margem para acusações de perturbação do sossego. Durante a pesquisa um pai de santo de um dos terreiros pesquisados era réu num processo movido por um vizinho. Percebemos uma tendência atual das cerimônias iniciarem ao final da tarde e finalizarem até as 10 horas da noite. Em parte devido à legislação que estabelecem restrições ao barulho e também a problemas de transporte dos adeptos e os perigos da violência na cidade.

doação do serviço para o sagrado e a comunidade. Embora ele seja a continuidade dos afazeres domésticos e do trabalho remunerado, o trabalho doado ao terreiro é diferente da rotina casa – trabalho porque proporciona sociabilidade mais ampla e acolhimento espiritual. É a participação voluntária para a vida coletiva do terreiro e é vivenciado como cultura profissional, com reconhecimento social e uma definição de si mesma.

Diferentemente do trabalho doméstico não remunerado, é vivenciado com contentamento e satisfação. Nas palavras de Selma:

É porque eu me sinto uma pessoa assim... uma pessoa feliz. Trabalhando na cozinha dos orixás, entendeu? Qualquer entidade: pode ser Jurema, pode ser pra Exu, pode ser pra caboclo. Pode ser pra qualquer entidade. Me jogou na cozinha, me entregue tudo que ela tem direito, pra eu preparar a cozinha que eu entro de dentro e faço bem feito (risos). É muitos anos poxa, eu trabalho aqui, muitas mães de santo, agora muitas se foram, é Juliana só pra resolver as coisas, aí uma tem que entrar de cabeça... (...) Tal dia eu chego, depois que sai desse corte, pra mim parece que aquilo me consagrou, eu entro na cozinha de cabeça erguida, entendeu? Gosto de uma garrafa de café, quando é de fumo, eu fumo, quando é pra Orixá eu saio, dou uns dez minutos, depois lavo a mãos.

O trabalho doméstico no terreiro não é visto com sofrimento e desvalorização, apesar de não receberem remuneração e de não trabalharem para suas famílias exclusivamente. A esse respeito Maria nos diz: “Gosto, e parece que estando na cozinha num instante minha comida sai, parece que Xangô ajuda”.

Diferentemente do trabalho doméstico no lar (onde o estado de disponibilidade permanente é sentido como negativo) e do trabalho doméstico remunerado (onde pesa a memória da escravidão), o trabalho doméstico doado ao terreiro evoca sentimentos de pertencimento social e espiritual. É essa característica que o faz ser resistência das mulheres negras. No terreiro o ofício tem um sentido e um significado maior para coletividade e proporciona pertencimento social.

Considerações Finais

No xangô, trabalho doméstico tem uma dimensão mais ampla porque proporciona reconhecimento social, realização de si e acolhimento espiritual. É o caso do ofício das cozinheiras de terreiro. A socialização na atividade é fruto de um trajeto de vida, mas não garante emprego porque o contexto sócio - cultural religioso não atribui as características de trabalho profissional à atividade.

O trabalho das cozinheiras de terreiro é trabalho doméstico voluntário. É trabalho doado ao sagrado. Diferentemente dos afazeres domésticos do lar ou do trabalho doméstico remunerado, esse tipo de trabalho não tem raiz na ideia de sofrimento e de opressão. Pelo contrário, ele é vivenciado como algo diferente da exploração econômica do serviço

doméstico remunerado e da imposição do trabalho no lar.

O trabalho doméstico voluntário cria outro valor. Não monetário. Não visa o lucro nem é visto como exploração. Ele tem foco na sociabilidade e no bem estar da coletividade. É a doação do trabalho aos deuses e a sociedade. Ele é uma resposta criativa num contexto específico à interseccionalidade de discriminação de gênero, raça e classe no mercado de trabalho e revela um modelo de conciliação das tarefas femininas desenvolvidas por mulheres negras. Se por um lado a interseccionalidade da situação social da mulher negra lhe limita as chances na sociedade, por outro, os terreiros de afro-brasileiros são formas alternativas de resistência simbólica coletiva a exploração do trabalho.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com o apoio da FACEPE, entidade do Governo do Estado de Pernambuco voltada para o fomento de pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico do Estado.

Referências

ALVES, C.; OLIVEIRA, G., et.al. **A comida e o Sagrado**. O alimento que satisfaz o corpo e o espírito. Eclética. Disponível em: puc-riodigital.com.puc-rio.br/ Acesso em : 15 de jul.,2011.

BASTIDE, Roger. **O Candomblé da Bahia**. São Paulo; Companhia das Letras, 2001.

BOBBIO, Norberto. Resistência. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; LEAL, Alessandra. **Comunidade Tradicional**: conviver, criar, resistir. Revista da ANPEGE, v.8,n.9,p.73-91,jan/jul.2012.

CAMPOS, Zuleica D. P. **O terreiro de Obá Ogunté**: parentesco, sucessão e poder. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UFPE, Recife, 1994.

_____. **Religiões Afro-brasileiras**: perseguições antigas e novas. Disponível em: <file:///D:/Grazia/Downloads/609-2272-1-PB.pdf>. Acesso em: 26.10/2020.

_____. **Religião e Resistências**: os afro-brasileiros e a perseguição. Revista Parallelus. Disponível em: <http://www.unicap.br/ojs/index.php/parallelus/article/viewFile/1085/pdf>. Acesso em: 26.10/2020.

CRENSHAW, Kimberle. **A Interseccionalidade na discriminação de Raça e Gênero**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2041/781>. Acesso em : 06/08/2018.

DUBAR, Claude. A Construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Cadernos de Pesquisa**. V.42,n.146, -.351-362,maio/ago,2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime patriarcal. São Paulo: Global, 2003. (286-290)

FOUGEYROLLAS – SCHWEBEL, Dominique. Trabajo doméstico. In: HIRATA, Helena; Laborie, Françoise; et.al. **Diccionario Crítico del Feminismo**. Madri: Síntese, 2000.

FREGONESE, Josmara B., COSTA, Marlene Jesus da, et. al. **Cozinhando História**. Receitas, Histórias e Mitos de pratos afro-brasileiros. Salvador: FPV, 2015.

GOLDEMBERG, Mirian. **A arte de Pesquisar**. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: SOUZA, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira, et. al. **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça**. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social. V. 26, n.1, junho, 2014. P.1-p.73.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Trabajo (concepto de). In: HIRATA, Helena; Laborie, Françoise; et.al. **Diccionario Crítico del Feminismo**. Madri: Síntese, s.n.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea), **Situação Atual das Trabalhadoras Domésticas no País**. Comunicado n. 90 do Ipea. Brasília, maio de 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=8278. Acesso em: 25/07/2018.

KERGOAT, Danièle. **División sexual Del trabajo y relaciones sociales entre los sexos**. In: HIRATA, Helena; Laborie, Françoise; et.al. Diccionario Crítico del Feminismo. Madri: Síntese, 2000.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. **Mulheres e Poder**. Histórias, ideias e indicadores. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

MELO Hildete Pereira; CONSIDERA, Cláudio Monteiro; et.al. **10 anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil**. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/area-imprensa/documentos-1/versaoartigopibafazeredomesticossitespm.pdf>. Acesso em: 15/03/2013.

NOGUEIRA, Maria Julia Reis; JACINO, Hakon. A mulher negra e as desigualdades no mundo do trabalho. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: SESC, 2013.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo**. São Paulo: UNESP, 2010.

PRADO, Danda. **Ser esposa. A mais antiga profissão**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUERINO, Manuel. **A arte culinária na Bahia**. Bahia: Livraria Progresso Editora, 1957.

SILVA, Maciel Henrique. **Pretas de Honra**: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840 – 1870). Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Nilza Iraci. As mulheres negras e as formas de indicadores sensíveis. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: SESC, 2013.

SOUZA, Andréa Carla M. de; CARDOSO, Maria Grazia C. **Orixás à mesa em Recife e Olinda**. Recife: Top, 2011.

SCOTT, James. **Formas Cotidianas de Resistência Camponesa**. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/175>. Acesso em: 26/10/2020.

VIANNA, Hildegardes. **A Bahia já foi Assim**. Salvador: Itapuã, 1973.

XAVIER, Lúcia; WERNECK, Jurema. Mulheres e trabalho: o que mudou para as mulheres negras no mercado de trabalho? In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: SESC, 2013.

O trampolim institucional: o uso das instituições como meio de ascensão de agentes políticos.

Bruno Alexandre Cadete da Silva¹¹

Resumo: O presente artigo versa sobre o uso das instituições como poderosos meios de ascensão política por parte de agentes isolados ou de grupos de interesses através do uso dos partidos políticos brasileiros. Neste sentido, faremos uma pesquisa teórica com base nos conceitos de teoria política, neo-institucionalismo e neo-elitismo, principalmente a partir da análise de atores sociais inseridos em algum tipo de instituição que são recrutados para servirem como uma espécie de ponte entre os partidos políticos e a sociedade eleitoreira.

Palavras-Chave: Teoria Política; Neo-Institucionalismo; Neo-Elitismo; Partidos; Agentes.

Abstract: This article deals with the use of institutions as powerful means of political ascension by granted agents or interest groups through the use of Brazilian political parties. In this sense, we will do a theoretical research based on the concepts of political theory, neo-institutionalism and neo-elitism, mainly from the analysis of social actors inserted in some type of institution that are recruited to serve as a kind of bridge between the parties, politicians and the electoral society

Keywords: Political Theory; Neo-Institutionalism; Neo-elitism; Parties; Agents.

Introdução

Um ponto em comum dentre todos os indivíduos que caminharam sobre a terra é o de que estes são dotados de paixões. A natureza humana é objeto de pesquisa das mais diferentes áreas, sendo a filosofia, notadamente, uma das mais interessadas. Com isso, a filosofia tem através de uma de suas vertentes – a ontologia –, uma incessante busca para conseguir, enfim, compreender a essência da natureza humana.

As paixões como uma substância intrínseca à natureza humana sendo, como dito anteriormente, a fonte de uma série de debates por parte dos seus pesquisadores que resulta em diferentes considerações sobre o mesmo tema. No entanto, apesar do domínio da “ciência do ser” sobre esse quesito: a natureza humana, outra linha de pesquisa da filosofia também possui, por diferentes razões, o desejo evidente em esmiuçar essa substância,

11 Doutorando em Filosofia (UERJ) e doutorando em Ciência Política (UFF).

como é o caso da filosofia política.

Para a filosofia política, leia-se também, teoria política, a necessidade de observar a natureza humana se dá justamente por esta ser imprescindível para determinar como a relação entre o gênero humano e a sociedade é desenvolvida. No caso, essa análise sobre a condição humana se detém a apenas a sua superfície, abordando como se dispõe o interesse dos indivíduos no meio social.

Partindo da premissa de que a natureza humana é mutável, logo, imprevisível, se faz necessário a criação de mecanismos de controle que garantam, na maior parte do tempo, uma determinada previsibilidade. Com isso, nascem as instituições como estruturas de poder que tem como quintessência a capacidade de domínio sobre o devir humano.

O surgimento das instituições serve como uma espécie de marco referencial, onde se é demarcado a linearidade de uma série de eventos históricos, dividindo períodos e contribuindo para a construção de novos conceitos, costumes, instrumentos de dominação, entre outros.

As instituições são criações da humanidade, ou seja, posteriores as relações sociais, mas, com o passar dos anos, as instituições, principalmente as mais consolidadas, perduram no tempo, enquanto os indivíduos seguem finitos. Dito isto, as gerações seguintes surgem dentro de um sistema onde as instituições já estabeleceram a sua atuação.

Para a nossa pesquisa, pretendemos apresentar uma modesta contribuição sobre o uso das instituições como instrumentos de ascensão social e política. Para isso, dividiremos o artigo em três partes, apresentando, inicialmente, como ocorre a formação das instituições, como também, a sua transição para o neo-institucionalismo, como também, o uso de concepções pertencentes ao neo-elitismo para, por fim, demonstrar a nossa hipótese através do uso das instituições como uma espécie de trampolim que permite a determinados atores sociais, partidos políticos e grupos de interesse alçarem, cada vez mais, voos mais altos, principalmente no Brasil contemporâneo.

1 – As instituições como estruturas de poder: origem, configuração e uso.

A relação entre paixões e a vida em sociedade é estreita. Com isso, devido ao fato de que todos os indivíduos são, como vimos anteriormente, dotados de paixões, sendo estes de qualquer classe social ou categoria possível, os seus desejos influenciam diretamente no meio em que vivem. Dito isto, as suas ações quando não são coordenadas tornam-se repletas de querelas, impossibilitando qualquer tipo de avanço social.

Desse modo, é fundamental o controle dessas paixões para que ocorra alguma garantia da sobrevivência dos indivíduos. Para isso, há a necessidade de algum tipo de autoridade que esteja acima dos desejos individuais, seja este o pacto hobbesiano, o

contrato social de Rousseau ou qualquer outro artifício reconhecido na história das ideias políticas.

Nas antigas monarquias cabia ao príncipe o papel de agente regulador desses humores, devendo este regente moderar o ímpeto da sua população. Mas, o que acontece quando o príncipe que, apesar da sua posição, é um ator social dotado de paixões como qualquer outro indivíduo não tem as habilidades necessárias para exercer o seu domínio ou tem uma conduta questionável? Torna-se então a fonte de uma série de infortúnios contra si mesmo e os seus súditos.

Neste caso, é através da instauração das leis que as paixões podem ser ordenadas, estando todos os indivíduos, até mesmo o príncipe, sobre o mesmo jugo, havendo assim, a institucionalização do poder, o que permite uma determinada estabilidade. A partir disso, o Estado tem então a capacidade de fazer uso das paixões que podem ser consideradas como efetivas para a sociedade, contrapondo-as às paixões nocivas. Destarte, as paixões tidas como razoáveis passam a serem denominadas como interesses.

Com isso, o Estado tem a capacidade, assim como o gênero humano quando tenta dominar a natureza através da técnica, de direcionar as paixões para que se transformem em virtudes, condensando a vontade de muitos em uma só como uma espécie de órgão catalisador. Quando o interesse do Estado se sobressai as paixões individuais, é possível haver algum tipo de unidade.

A relação entre paixões e os desejos já estava presente na obra de Maquiavel no momento em que o autor florentino demonstrava a relação entre razão de Estado – *Ragione di Statu* – e a sua percepção de natureza humana em uma clara antropologia pessimista. O Estado tem então através da sua força, a garantia sobre a volubilidade das ações humanas.

O Estado é, por definição, a instituição moderna que tem maior força sobre os indivíduos, sendo através do rigor das leis ou do uso legítimo de violência. As instituições têm como principal instrumento a força das leis, sendo esta, a lei, o meio que coloca todos os indivíduos sobre, a priori, um mesmo crivo, não importando os seus recursos disponíveis (HUME, 2003, p. 8).

As leis são a estrutura medular dos governos tidos como democráticos. Com isso, a atuação das leis permite que haja, de fato, a sociedade civil, onde os princípios normativos criados através de regras socialmente aceitas garante a estabilidade sobre, como visto anteriormente, qualquer mudança repentina.

Segundo Hobbes, as leis são baseadas no evangelho: “faz aos outros o que queres que façam a ti” (HOBBS, 1974, p. 83), sendo assim secularizadas a partir de princípios religiosos. No entanto, seja qual for a inspiração, a origem das leis é plenamente humana, assim, cabe a determinados atores sociais, os legisladores, a importante tarefa de contribuir com a formação do Estado. Sobre isso, coloca Maquiavel.

Eu creio que a maior honra que os homens possam ter seja aquela voluntariamente lhes é dada por sua pátria e creio que o maior bem que se possa fazer e aquele que mais agrada a Deus seja aquele que se faz para sua pátria. Além disso, nenhum homem é tão louvado em alguma ação sua quanto aqueles que, com leis e instituições, reformam repúblicas e reinos. Estes são, depois daqueles que fundaram religiões, os primeiros louvados (MAQUIAVEL, 1994, p. 76).

Desse modo, os bons legisladores são indivíduos extremamente necessários em diversos momentos históricos. Ainda sobre isso, coloca Bignotto: “toda fundação, pelo menos em seu primeiro momento, é fruto do ato solidário de um legislador. (...) Uma vez que o novo poder tiver encontrado no seu lugar, serão as exigências da conservação que comandarão a produção de novas leis” (BIGNOTTO, 2011, p. 134).

Apesar da força das leis, ocorre a possibilidade, mesmo após a sua instauração e reconhecimento pela maioria da sociedade civil, de rompimento com esses preceitos por parte de alguns indivíduos ou grupos. Para Hume: “a ira popular é sempre temerária, qualquer que seja seu motivo; mas suas consequências são mais perniciosas quando ela surge de um princípio que despreza toda restrição da lei, da razão ou da autoridade humana” (HUME, 2003, p. 256).

Com isso, as leis trazem em seu âmago uma condição limite que é responsável pela sua manutenção: a força. Sobre isso, determina Hobbes que: “os pactos sem a espada são apenas palavras e não têm a força para defender ninguém” (HOBBS, 1974, p. 107). Desse modo, dispor da violência como técnica política é imprescindível para fazer valer tais leis

A relação entre leis e violência é indissociável. Retornando a Maquiavel vemos que para o autor florentino, na fundação de uma nova ordem: “era necessário que entre os primeiros reis de Roma houvesse um legislador, que fundasse as bases das instituições civis; mas era também necessário que os seus sucessores retomassem os traços de Rômulo, para que Roma não perdesse o vigor, tornando-se presa dos seus vizinhos” (MAQUIAVEL, 1994, p. 83).

Seguindo a linha maquiaveliana, a importância do fundador violento e a do legislador se alternam em determinados momentos, mas, diante disso, fica claro como a imanência da violência às leis é imprescindível tanto para a fundação de uma nova ordem, quanto para a sua conservação. Logo, as instituições, principalmente as que têm um domínio mais amplo e assegurado sobre os indivíduos, tem traços específicos que as separam de outras instituições como é o caso da violência legítima (WEBER, 1991, p. 525).

Por outro lado, além do domínio das instituições sobre as paixões humanas, podemos

observar essa relação através de um diferente prisma, como é o caso do comércio/mercado como condutor dessas vontades. Essa compreensão serve de prelúdio para o que pretendemos apresentar na terceira parte desse artigo.

Com isso, no momento em que retornamos ao período em que os príncipes mantinham o controle sobre os seus súditos é possível observar que, com o decorrer do tempo, acontecem algumas mudanças significativas em relação a esses domínios. Uma dessas razões é o fortalecimento do comércio que gradualmente começa a exercer a sua influência sobre a sociedade, alcançando um protagonismo político e econômico determinante. Essa transformação social surge marginalizada, sendo considerada uma atividade de pouco prestígio, mas que justamente por ser ignorada, cresce vertiginosamente até o período em que não pode mais ser suprimida.

A partir desse momento, a atuação do comércio se consolida de tal maneira que passa a ser uma reguladora de paixões. Diante disso, a atividade que antes era considerada como avarenta, ambiciosa, se transforma em uma paixão inofensiva até se elevar ao ponto de ser considerada uma virtude. O acúmulo de riquezas é agora um catalisador dos desejos humanos, sendo suavemente inserido com *douceur* no cotidiano da população, se colocando como uma fiel oposição à violência costumeira.

A força do comércio age como uma espécie de freio sobre os desejos individuais da população e, mais importante ainda, como um instrumento de equilíbrio em relação às ações dos antigos príncipes. Com o estabelecimento do capitalismo, o acúmulo de riquezas se transforma em uma atividade gloriosa, autorizando assim aos seus adeptos uma livre e despreocupada busca por seus interesses.

Toda essa movimentação demonstra que a ressignificação dos conceitos enfrenta, a princípio, uma batalha no campo da retórica. Essa mudança no entendimento sobre o conceito é basilar para que ocorra posteriormente toda uma construção sobre os seus efeitos.

Sobre isso, Hirschman faz uso da teoria de Adam Smith em *A Riqueza das Nações* para exemplificar que o direcionamento das paixões para a construção das riquezas individuais seria uma forma de contribuir diretamente para o fortalecimento do Estado. “Desse modo tudo estava bem: uma atividade como a aquisição de bens racionalmente conduzida podia ser categorizada, e implicitamente forte e capaz de triunfar sobre uma variedade de paixões turbulentas (ainda que fracas)” (HIRCHMAN, 1979, p. 56).

No entanto, com o desenvolvimento do capitalismo, a atuação do mercado persiste em cada vez mais assumir o papel do Estado na condução das vontades individuais através da sua “mão invisível”. Neste sentido, o comércio seria, como visto anteriormente, uma oposição à guerra de todos contra todos, transformando o pacto entre súditos e o monarca em uma relação cordial e equilibrada entre cidadãos. Ainda sobre isso, coloca Hirschman:

O subproduto da ação de indivíduos que agem previsivelmente de acordo com seus interesses econômicos não era, portanto, um equilíbrio difícil, mas uma forte teia de relações interdependentes. Desse modo esperava-se que a expansão do comércio interno criaria comunidades mais coesas enquanto o comércio exterior ajudaria a evitar as guerras entre elas (HIRCHMAN, 1979, p. 49).

Com esses avanços, o capitalismo cria uma nova classe, se inserindo cada vez mais no Estado para, enfim, se tornar a autoridade central, mudando as perspectivas do que é certo e errado, inaugurando assim, uma nova concepção de verdade compatível com seu *modus operandi*. A associação entre política e economia se desenvolve até se transformar em uma poderosa amálgama, onde a economia passa a direcionar a política.

Após essa breve introdução sobre a origem das instituições através da atuação desses entes sobre as paixões dos indivíduos iremos, na próxima parte, demonstrar como as instituições se transformam, mantendo o seu papel dominante e se consolidando cada vez mais na história até o ponto de ser um meio poderoso para determinados fins.

2 – Neo-institucionalismo e os grupos de poder

Na transição entre o institucionalismo clássico para o neo-institucionalismo é possível observar, de início, dois parâmetros: primeiro qual seria a definição das instituições e segundo, qual o papel das instituições dentro da construção política e social (THOMAS, 2004, p. 64). Ainda sobre isso, a compreensão de que as instituições servem como uma espécie de aresta em relação aos costumes dos indivíduos desenvolve por parte dos agentes dominantes um interesse no uso instrumental desses entes, visando determinados fins.

Neste sentido, existe uma gama de eventos que se perpetuam e se repetem, demonstrando determinados padrões na atuação dos indivíduos e as instituições têm um papel singular nessa compreensão, onde “as instituições podem fornecer informações concernentes ao comportamento dos outros, aos mecanismos de aplicação de acordos, às penalidades em caso de defecção, etc.” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 197). Ainda sobre isso,

As instituições fornecem modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a ação. O indivíduo é concebido como uma entidade profundamente envolvida num mundo de instituições composto de símbolos, de cenários e de protocolos que fornecem filtros de interpretação, aplicáveis à situação ou a si próprio, a partir das quais se define uma linha de ação. Não somente as instituições fornecem informações úteis de um ponto de vista estratégico como também afetam a identidade, a imagem de si e as preferências que guiam a ação (HALL; TAYLOR, 2003, p. 198).

As instituições servem como um fio de prumo nas relações sociais, onde a sua estabilidade permite um cálculo político bem delimitado. Portanto, através da compreensão do institucionalismo histórico é possível compreender toda a dimensão e extensão proveniente das instituições, onde o seu uso possibilita uma maior envergadura na utilização de um poder já consolidado (HALL; TAYLOR, 2003, p. 199).

O uso das instituições como uma espécie de condutora de comportamentos reflete ainda mais a compreensão de que estas, as instituições, são, como visto anteriormente, um meio para determinados fins, revelando assim, que o seu uso refina o cálculo político dos agentes que as utilizam (HALL; TAYLOR, 2003, p. 205). Com isso, para Hall e Taylor: “as instituições exercem influência sobre o comportamento não simplesmente ao especificarem o que se deve fazer, mas também o que se pode imaginar fazer num contexto dado” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 210).

Desse modo, para descortinar os signos se faz necessário que os indivíduos reconheçam, a princípio, que podem ter a sua percepção sobre si mesmos e os meio que vivem já inseridas dentro de um determinado escopo onde, desde esse momento, a influência das instituições já está sendo exercida (HALL; TAYLOR, 2003, p. 210).

Apesar de toda a capacidade de influência que as estruturas institucionais podem ter sobre os indivíduos, não é possível afirmar que o gênero humano seja plenamente dominado por esses entes, pois, enquanto os indivíduos conseguirem compreender, mesmo que minimamente, os seus próprios desejos, terão a sua parcela subjetiva. No entanto, mesmo com essa percepção, o gênero humano encontra-se inserido em um campo de ação que pode limitá-lo através de preceitos já estabelecidos como fatos sociais, diminuindo assim, o espaço para ações isoladas e determinados discernimentos (HALL; TAYLOR, 2003, p. 210).

Segundo Hall e Taylor, o institucionalismo histórico é um importante modelo para compreender as relações de poder, principalmente, as relações assimétricas (HALL; TAYLOR, 2003, p. 199). Enquanto, “o institucionalismo da escolha racional, por seu lado, desenvolveu uma concepção mais precisa das relações entre as instituições e o comportamento, junto com um conjunto generalizável de conceitos que se prestam à elaboração de uma teoria sistemática” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 213).

Para a nossa proposta, a compreensão dos institucionalistas sociológicos se torna mais próxima porque compreendemos necessariamente que as instituições oferecem, principalmente, com o passar do tempo, um papel legitimador que garante determinada hegemonia (HALL; TAYLOR, 2003, p. 210). Sobre isso, coloca Hall e Taylor:

Os teóricos do institucionalismo sociológico não raro estão em melhor posição para esclarecer tais dimensões. Por um lado, suas teorias definem as vias pelas quais as instituições podem influenciar as preferências ou identidades subjacentes dos

atores, que os institucionalistas da escolha racional têm que aceitar como dadas. Por outro lado, eles nos ensinam que mesmo um ator fortemente utilitário pode escolher estratégias em repertórios dotados de uma especificidade cultural, e por essa via eles identificam novas possibilidades para a influência do ambiente institucional sobre as escolhas estratégicas dos atores. (HALL; TAYLOR, 2003, p. 214/215)

Os diferentes institucionalismos explicam diferentes variáveis. Desse modo, o institucionalismo da escolha racional, como visto anteriormente, melhor exemplifica as origens das instituições (HALL; TAYLOR, 2003, p. 215). As instituições são criadas de forma racional, com claros objetivos em sua confecção, logo, a sua capacidade instrumental persiste e permanece desde o seu início (HALL; TAYLOR, 2003, p. 215/216).

Por outro lado, as outras correntes do institucionalismo – histórico e sociológico – colocam que as instituições não são criações *ex nihilo*, sendo provenientes de outras estruturas de poder (HALL; TAYLOR, 2003, p. 217). Concordamos em relação a isso, mas, de todo modo, não é permissível ignorar que há uma determinada racionalidade nessa construção, pois a reestruturação das instituições serve claramente para determinados objetivos (HALL; TAYLOR, 2003, p. 218).

Por isso, precisamos retornar a compreensão da natureza humana onde “cada uma dessas escolas parece revelar aspectos importantes do comportamento humano e do impacto que as instituições podem ter sobre ele” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 220). Com isso, a influência sobre o comportamento humano é basilar para o poder político e, principalmente, como a condução das vontades atua diretamente em qualquer tipo de transformação necessária.

Ainda sobre isso, se faz necessário, de forma complementar, demonstrar quem são os indivíduos escolhidos para personificar o papel de agente político que faz uso de toda a estrutura promovida pelas instituições. Com isso, iremos através do conceito de neELITISMO destrinchar essa relação.

Para Fukai e Fukui: “‘elite’ e ‘liderança’ são dois conceitos que nos ajudam a identificar e analisar aqueles que desempenham papéis centrais no processo de formulação de políticas de uma nação” (FUKAI; FUKUI, 1992, p. 25). Ainda sobre isso, segundo Fukai e Fukui: “usamos ‘elite’ para nos referirmos a um grupo de indivíduos que detêm posições privilegiadas na sociedade ou organização e ‘liderança’ para nos referirmos ao exercício do poder, amplamente definido, para liderar outros na ação coletiva” (FUKAI; FUKUI, 1992, p. 25).

As convocações elitistas seriam uma forma de buscar estabilidade no cenário político, inserindo através desses atores sociais – líderes nos mais diferentes aspectos –, mudanças rápidas em diferentes campos. Assim, essa prática atinge diferentes camadas, através de perfis variados de liderança, influenciando em futuras agendas políticas. (SELIGMAN,

1964, p. 612/613). Desse modo, o recrutamento é uma forma de dar início aos interesses de determinados grupos (SELIGMAN, 1964, p. 613).

Os recrutamentos dependem do contexto, onde fica em voga qual a relevância do ator político no momento de sua convocação. Portanto, os recrutamentos acompanham o devir histórico, onde os grupos dominantes para manterem a sua posição se associam aos novos protótipos de liderança, se antecipando e se adequando em relação às novas realidades (SELIGMAN, 1964, p. 614).

Os líderes carismáticos são naturalmente legitimados por sua força (SELIGMAN, 1964, p. 615). Esses atores sociais além de servirem como estandartes de movimentos políticos também são, até mesmo pela dimensão de suas características, responsáveis por recrutar novas lideranças (SELIGMAN, 1964, p. 616).

No caso, esses atores políticos possuem a capacidade de dominar diferentes valores, transitando entre diferentes setores e espectros (SELIGMAN, 1964, p. 616). Além de tudo, a escolha desses líderes vai desde, como dito anteriormente, a interpretação dos diferentes contextos, como também, de acordo com o contexto geográfico em que essas ações políticas são produzidas (SELIGMAN, 1964, p. 618).

Para isso, demonstraremos a dinâmica entre os grupos de interesse: partidos políticos, setores econômicos, religiosos e até mesmo do entretenimento com os personagens políticos sociais que podem ser encontrados nas mais diferentes fontes, mas que possuem em comum a capacidade de direcionar vontades de outros indivíduos através de uma poderosa áurea baseada na sua instituição de origem, seja esta pública ou privada.

3 – Os partidos políticos e o trampolim institucional

A terceira parte dessa pesquisa tem um tom mais ensaístico, que seria, por definição, ainda exploratório, até mesmo porque alguns dos exemplos são recentes e o desenvolvimento dos fatos ainda está por vir. No entanto, pretendemos, com base na nossa bibliografia, demonstrar como o uso das instituições revela um determinado trampolim para, por fim, através dos exemplos vigentes, justificar nossa compreensão desse segmento.

Desde o Renascimento, é possível observar através de personagens históricos/conceituais desse período, como agentes políticos ao fazerem uso da estrutura de uma instituição consolidada conseguem promover a si mesmo, como também, os membros da sua família/facção à um tipo de poder político. Ainda sobre isso, dentre os mais ardis nobres da Itália do século XV/XVI, uma família se destacava nessa prática: os Borgias.

A Itália renascentista era repleta das mais diferentes querelas, não sendo, de fato, um Estado consolidado – principalmente no sentido moderno –, mas sim, um mosaico de diferentes cidades e cidades-Estados (cidades maiores). Com isso, a necessidade de dominar uma cidade-Estado, leia-se principado (em um sentido mais restrito), era alvo

das mais poderosas facções da época tendo como uma das principais formas de atingir o êxito, inserir algum membro da família na mais poderosa instituição desse período e país: o papado.

Dentre os diversos personagens dessa época, os que conseguiram alcançar o ponto mais alto do papado: o *trono de Pedro*, o que teve mais destaque foi o espanhol Rodrigo Borgia, também conhecido como Papa Alexandre VI. Gozando do prestígio trazido por essa instituição, o Papa Alexandre VI fazia tanto uso dos exércitos papais, como também, do instrumento mais poderoso dessa época: o poder temporal.

Com isso, Alexandre VI buscou, acima de tudo e de todos, fortalecer a si mesmo e a sua família, mas acabou, por fim, fortalecendo a própria igreja (MAQUIAVEL, 2004, p. 55), que, por sua vez, adquiriu um poder secular que até então jamais tinha usufruído, demonstrando claramente um ganho recíproco de poder entre o agente político e a instituição.

Ainda de acordo com esse período, a luta dos grupos políticos, ou seja, das nobres famílias de nobres italianos para conseguirem conquistar o *Trono de Pedro* seria, como dito anteriormente, visando possuir algum principado poderoso que, na verdade, revelava mais do que a vitória de um único agente político, mas sim, a coroação da facção vencedora.

As facções eram grupos de interesses regidos por laços sanguíneos ou ideais. Com o tempo, a sua configuração, como também o objeto de disputa, mudam. Neste sentido, as facções evoluem de acordo com o meio, isto é, com as regras que permeiam os jogos de poder. No plano democrático, as facções devem atuar dentro de determinados parâmetros, originando-se assim os partidos políticos.

Sobre isso, ainda na esteira da teoria política, Hume coloca que: “as facções reais podem ser divididas entre facções de interesse, de princípio e de afeição” (HUME, 2003, p. 45). Destarte, dentro do jogo político, os partidos hasteiam os seus estandartes modernos e disputam, como visto anteriormente, dentro de determinados limites, os seus objetivos.

A competição entre grupos revela o conceito pluralista, onde a disputa de interesses permeia as relações de poder. Sendo o pluralismo parte da disputa política, agindo como um dos seus instrumentos de análise. Neste sentido, no neo-institucionalismo, o pluralismo desvenda tanto o papel quanto o próprio agir político dos grupos de interesse (THOMAS, 2004, p. 40).

Desse modo, aqueles que visam o poder devem concorrer entre os seus pares, se tornando políticos profissionais que têm, através da legalidade, a sua razão de Estado. Sobre isso, coloca Weber: “hoje em dia os executores físicos da liderança (política e militar) não são mais os golpes dados com a espada, mas sim prosaicas ondas sonoras e gotas de tinta, isto é, palavras escritas e ditas” (WEBER, 1980, p. 231).

Em relação ao Brasil, fica claro como os políticos profissionais, sejam os de berços

– que vem de gerações de políticos –, como os que ascendem popularmente – associado a uma instituição do qual o seu cargo serve de prelúdio ao seu nome “político”, como também, aqueles que emergem dos mais diferentes meios – tem suas particularidades. Com isso, políticos profissionais deixaram de ser exceção e se tornaram regras.

Em sua formação, os partidos políticos têm seus quadros quando comparados a outros partidos, membros e castas diferentes (SELIGMAN, 1964, p. 618). Com base no estudo de Rodrigues vemos, brevemente, que: “a proporção de professores também é elevada em todos os partidos, especialmente no PT” (RODRIGUES, 2002, p. 33), como também, “O PFL, o PMDB e o PSDB são os partidos que mais têm funcionários públicos: cerca de um quarto de seus parlamentares são provenientes desse setor (excluindo os professores e incluindo os ex-diretores de bancos estatais)” (RODRIGUES, 2002, p. 37).

No campo ideológico, além das universidades, muito dessa força se encontra através da representação dos sindicatos. Estes centros que abrigam diferentes grupos de trabalhadores, tem entre os seus melhores oradores, um perfil representativo, assim:

[...] para as principais lideranças, a organização sindical serve, inicialmente, de via de acesso à atividade política não parlamentar e, posteriormente, de trampolim para a obtenção de algum cargo eletivo, acesso à classe política e, conseqüentemente, abandono da atividade sindical (RODRIGUES, 2002, p. 36).

No recrutamento dos professores, sejam universitários ou escolares, há, notadamente, o uso da capacidade desses profissionais em se tornarem lideranças, como também, criarem novos líderes através de suas habilidades educacionais. No entanto, quando essa classe é convocada existe a premissa de que são indivíduos independentes.

Portanto, nessa inserção há algumas arestas que tornam esses grupos, de certa maneira, dominados pela burocracia dos seus preceptores, decanos, na maior parte dos exemplos. Esses professores se associam de acordo com a sua concepção ideológica, sendo mantidos, de certo modo, sobre controle dos burocratas da educação através do uso da mesma ideologia que os novos recrutados reproduzem (FUKAI; FUKUI, 1992, p. 33).

Com o passar do tempo a ideologia política se torna mais complexa, transformando assim configuração dos partidos políticos e dos grupos de interesse. Sobre isso, de acordo do que vimos na primeira parte dessa pesquisa, a economia se funde, cada vez mais, com a política formando uma amálgama indissociável. Desse modo, segundo Rodrigues:

[...] são essas categorias majoritárias que traçam o perfil dos partidos e os localizam ideologicamente no espaço político. Por isso, alguns grupos socioeconômicos não apenas são majoritários numericamente como são dominantes no sentido da determinação da política partidária (RODRIGUES, 2002, p. 40).

Para além dos tradicionais partidos políticos, na moderna engenharia política é possível reconhecer diferentes tipos de trampolins que vão além das já reconhecidas instituições. Nos últimos anos, o entretenimento tem se mostrado um poderoso alicerce para os agentes políticos. Dito isto, além de indivíduos associados aos tradicionais veículos de comunicação (rádio, televisão, entre outros), surge uma categoria que está integrada ao mais poderoso instrumento dos últimos anos: a internet.

Esses atores são, em sua maioria, influenciadores digitais. Assim, a adesão cada vez maior de novos membros às redes sociais faz com que esses influenciadores conquistem uma grande autoridade. Com isso, a partir desse trampolim, a chance desses influenciadores alcançarem cargos políticos é crescente. Por outro lado, quando esses atores sociais, os influenciadores, não tentam angariar votos para si mesmos, se tornam instrumento de políticos mais experientes, que visam essa associação para, principalmente, conquistarem os públicos mais jovens.

Ainda nessa esteira, uma nova configuração parece, aos poucos sair das sombras, como é o caso dos partidos parasitas, que nada mais são do que grupos de interesses que financiam jovens políticos jogando o jogo “democrático” por outras vias, onde os seus membros se inserem nos mais diferentes partidos buscando, na verdade, os mesmos resultados para a sua *Alma Mater*.

Com isso, os grupos econômicos, mais do que ideológicos, fazem uso da política através dos mais diferentes espectros, indo desde o campo conservador até o campo progressista, mas sempre visando o retorno financeiro. O *douceur* que era antes, pelo menos em teoria, para transformar as paixões nocivas dos indivíduos em “boas” paixões, se transforma em algo cada vez mais faccioso, onde esses grupos fazem uso da estrutura estatal, através dos partidos políticos, para ganhos privados, privilegiando assim o Leviatã moderno: o mercado.

Em relação ao uso das instituições como órgãos confiáveis, logo, uma espécie de ponte para o público eleitores, citaremos alguns exemplos de personagens conceituais, que participaram da última eleição – 2020 –, disputando as principais capitais do Brasil. Mas, de início, demonstraremos, ainda com base no contexto vigente, que nem sempre as instituições garantem a hegemonia política.

Dentre os seguintes casos, apenas o Delegado Pazolini venceu na cidade de Vitória. Em relação ao segundo turno, o Capitão Wagner (Pros) é vencido por Sarto Nogueira (PDT), como também o Pastor Evangélico Marcelo Crivella (Republicanos), reconhecido usuário do poder temporal, acabou perdendo a disputa para – o ex e agora, novamente, atual prefeito – Eduardo Paes (DEM) por uma grande diferença de votos. (Tribunal Superior Eleitoral, 2020).

Ainda no Rio de Janeiro, no primeiro turno, Crivella conseguiu ir para o segundo turno com Paes vencendo a Delegada Martha Rocha (PDT). Outra agente policial que não conseguiu alcançar o segundo turno foi a Delegada Patrícia (Podemos) que disputou a prefeitura do Recife. Ainda no primeiro turno, a Major Denice (PT) foi vencida por Bruno Reis (DEM) (Tribunal Superior Eleitoral, 2020).

Por outro lado, indivíduos que conseguem ascender aos cargos políticos passam a fazer, sem restrição, uso da estrutura estatal em que estão agora inseridos. Neste sentido, alguns elementos da história se mostram cíclicos porque sempre surgem novas “famílias Borgia”, que, por sua vez, se instauram nas mais diferentes castas políticas.

Desse modo, no campo político, que é cada vez mais disputado, mesmo que não seja através da espada como no período renascentista – como também, outras violências políticas que são tão cruéis quanto –, dispor dos mais diferentes meios parece ser imprescindível.

Os políticos que conseguiram sentar, desde as cadeiras das câmaras dos vereadores até, no caso do Brasil, ao “trono” presidencial, demonstram que é mais do que comprovado que boa parte dos agentes transformam o bem público em privado. Com isso, os que alcançam os cargos públicos mais importantes usufruem, notadamente, de mais poderes, utilizando todos os meios que o Estado pode dispor para si mesmo, como também, para os seus familiares.

Destarte, tais quais as formas negativas de governo apresentadas por Aristóteles, há a transição dicotômica de professores universitários, pastores evangélicos, juízes federais e capitães do exército, entre outros, para cargos de vereadores, prefeitos, governadores e, até mesmo, presidente da república.

Assim, o agente político, da mesma forma que os antigos soberanos, faz uso de todos os instrumentos, dentre eles a religião que é, retoricamente, uma das mais importantes formas de dominação, mesmo que esse indivíduo não seja, de fato, religioso, mas pareça religioso (MAQUIAVEL, 2004, p. 85/86).

Ainda sobre a família Borgia, boa parte dos políticos profissionais que não tem o verdadeiro interesse pelo bem público cria os seus herdeiros para serem verdadeiros príncipes, no caso, políticos profissionais. Assim, como o antigo soberano, o “pai” da nação, envolto nos seus interesses pessoais, irradia os seus súditos (eleitores) com a egolatria de uma estrela de quinta (nenhuma) grandeza.

Por fim, diante das indestrutíveis paixões imanentes aos atores sociais, resta apenas que as instituições, verdadeiramente republicanas, garantam, de fato, acima de tudo e de todos, os princípios isonômicos e às noções de ordem e progresso para onde é realmente preciso: o bem comum.

Referencias

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel Republicano**. Editora Loyola. São Paulo, 1991.

FUKAI, S., & FUKUI, H. Elite Recruitment and Political Leadership. **PS: Political Science & Politics**, 25(1), 25-36, 1992.

HALL, P; TAYLOR, R. As três versões do neoinstitucionalismo. **Lua Nova**, 58. 2003

HIRSCHMAN, Albert. **As paixões e os interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Trad. J.P. Monteiro e M.B.N. da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Coleção Os Pensadores).

HUME, D. Ensaios políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2003

MAQUIAVEL, Nicolau, **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. 3a ed. Trad. de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

_____. **O Príncipe**. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social**. São Paulo: Edusp, 2002.

SELIGMAN, Lester G. "Elite Recruitment and Political Development." **The Journal of Politics**, vol. 26, no. 3, 1964, pp. 612–626.

THOMAS, Clive. General Theories of Interest Group Activity: Pluralism, Corporatism, NeoMarxism, and Other Explanations. In Clive Thomas. **Research Guide to U.S. and International Interest Groups**. Praeger Publishers: Westport – USA, 2004.

WEBER, Max. A Instituição Estatal Racional e os Modernos Partidos Políticos e Parlamentos. In **Economia e Sociedade**, cap. IX, pp. 517-543. Brasília: Ed. UnB, 1991.

_____. **Parlamento e governo na Alemanha reordenada.** Os pensadores. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

Referências online

<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/eleicoes-2020>

A perpetuação do latifúndio no Brasil pela lógica colonial: as terras roubadas

Sírlei de Sá Moura¹²

Matheus Silva Coelho¹³

Tulio Colombo Corrêa¹⁴

Resumo: O presente trabalho pretende conjecturar e subsidiar uma discussão crítica sobre a consideração de que a terra é, historicamente, parte da acumulação de um capitalismo global. Partindo de uma abordagem que atravessa momentos significativos da formação do Brasil, diz-se sobre a terra como fonte primária de acumulação do capital e como matéria para a evolução da globalização, entendendo-a como parte de um projeto hegemônico sócio-político-econômico, imposto ao território brasileiro, bem como a outros países ao sul global, que influi estruturalmente a regulamentação das terras constituindo um projeto permanente de colonização que se desenvolve até os dias de hoje. Caracteriza-se esse processo com práticas contemporâneas do neoliberalismo. O trabalho discorre sobre como o capitalismo central, e toda sua rede constituinte, atua sobre a terra, especificamente sobre terras ao sul global, historicamente colonizada pelo norte, e sentenciadas pelo processo de globalização desde as grandes navegações. Diz-se também da construção de discursos de modernização para camuflar novas possibilidades para velar a manutenção das relações históricas de poder formas cada vez mais capciosas de acumulação do capital. Trazendo um apanhado de marcos históricos, espera-se com esse trabalho fornecer bases críticas para pesquisas que tratem sobre globalização, financeirização e produção do espaço.

Palavras-chave: globalização; terra; política.

Abstract: This paper intends to conjecture and support a critical discussion about the consideration that the land is, historically, part of the accumulation of a global capitalism. Starting from an approach that crosses significant moments in the formation of Brazil, it is said about the land as a primary source of capital accumulation and as a matter for the evolution of globalization, understanding it as part of a hegemonic socio-political-economic project, imposed on the Brazilian territory, as well as on other countries in the global south, which structurally influences the regulation of lands constituting a permanent colonization project that has been developed until today. This process is characterized with contemporary practices of neoliberalism. The work discusses how central capitalism, and all its constituent network, acts on the land, specifically on lands to the global south, historically colonized by the north, and sentenced by the process of globalization since the great navigations. It is also said of the construction of discourses of modernization in order to camouflage new

12 Doutoranda no programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável na Escola de Arquitetura na UFMG.

13 Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Arquitetura da UFMG

14 Mestrando no programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da UFMG.

possibilities to ensure the maintenance of historical relations of power, increasingly captive forms of capital accumulation. Bringing an overview of laws and historical landmarks, this work is expected to provide critical bases for research on globalization, financialization and the production of space.

Keywords: globalization; land; politics.

Introdução

A imposição de políticas de dominação no território brasileiro, enquanto parte da América Latina, foi objetivo claro de uma Europa com ânsia por dominação territorial pautada na globalização e colonização, com início em 1400, cujo processo de expansão se iniciou por Portugal, se estendendo para os demais países europeus (FURTADO, 2001, 58). A construção deste trabalho traz leituras sobre relações políticas históricas que ainda influem nas políticas fundiárias do Brasil, objetivando justificar um paralelo entre globalização, colonialismo, neoliberalismo e suas interferências nas terras brasileiras.

O raciocínio do trabalho constrói em um primeiro momento entendimentos sobre a terra enquanto fonte para acumulação do capital e as relações com a expansão e projeto colonizador da Europa a partir da imposição do *plantation*, enquanto um primeiro modelo para o processo de globalização. Contextualizando o Brasil nesse período, diz-se da Lei de terras de 1850 enquanto novo marco sobre propriedade e sua manutenção do latifúndio.

Em um segundo momento descreve-se novas ordenações do capitalismo global, neoliberalismo, dizendo sobre formas de interferências intencionais nos territórios do sul global com fim de impor uma condição subserviente a partir do desenvolvimento da lógica de globalização colonialidade.

O trabalho acaba por construir um apanhado de leituras necessárias para o entendimento das diretrizes fundiárias, tentando demonstrar que o Brasil, enquanto país de capitalismo dependente permanece fazenda latifundiária para alimentar o mundo.

1 Terra como fonte primária de acumulação do capital

Se observarmos que é justamente a busca do fim das fronteiras, principalmente comerciais, que objetivou a expansão da Europa, as chamadas 'grandes navegações' são o início do que hoje denominamos globalização, pois durante essas expansões se iniciou um processo de totalização, que culminou com uma totalidade empírica (SANTOS, 2014, p. 115), em que

A transformação do todo, que é uma integral, em suas partes – que são as suas diferenciais, dá-se, também, por uma distribuição ordenada, no espaço, dos impactos do Todo, por meio de suas variáveis. As ações não se localizam de forma cega. Os homens também não. O mesmo se dá com as instituições e infraestruturas. É esse o próprio princípio de diferenciação entre lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular. Assim, os lugares reproduzem o País e o Mundo segundo uma ordem. É essa ordem unitária que cria a diversidade, pois as determinações do todo se dão de forma diferente, quantitativa e qualitativamente, para cada lugar. [...] O desenvolvimento desigual e combinado é, pois, uma ordem, cuja inteligência é apenas possível mediante o processo de totalização, isto é, o processo de transformação de uma totalidade em outra totalidade. (SANTOS, 2014, p. 125)

Veja que, conforme afirma Milton Santos (2014), não é que o processo de totalidade seja estático, ele muda de acordo com o espaço, com a sociedade, haja vista que a ideologia, no lugar de ser uma abstração, acaba tomando a própria realidade (SANTOS, 2014, p. 127). Ademais, de acordo com SANTOS (2014, p. 127), o espaço geográfico não é só o receptáculo dos acontecimentos históricos, mas a própria condição dela ser realizada.

Nesse sentido, a totalidade empírica somente fornece elementos para a totalização, que segundo Milton Santos, representa o próprio tempo.

A ideologia é um nível da totalidade social e não apenas é objetiva, real, como cria o real. Sendo na origem, um real abstrato, cada vez mais se manifesta como real concreto, na medida em que a vida social se complica. Contudo, a ideologia toma o lugar do referido, na representação, mas não pode fazê-lo no movimento real (movimento real e da ideologia conjuntamente), exatamente porque o símbolo, por sua própria natureza, dispõe de autonomia. Com a sociedade em movimento – isto é, com a história se fazendo – o movimento do Todo é, ao mesmo tempo, movimento dos elementos de “verdade” e movimento dos elementos ideológicos. (SANTOS, 2014, p. 128)

Para caracterizar ainda mais essa totalidade, consequência da globalização, é necessário dizer, mesmo que brevemente, da discrepância de forças desenhadas pelo conceito literal de colonização, relação sócio-política intrínseca às descrições históricas do século XVI entre Europa-América Latina, a qual Celso Furtado, citando René Munier, conceitua:

Analisons leurs éléments constitutifs pour dire à quelles conditions on peut parler de colonisation. pour qu'il y ait pénétration ou communication des peuples, il faut premièrement que soit réalisée l'émigration des hommes; il faut secondement que soit réalisée une domination des pays neufs, ou une sujexion des peuples neufs. l'émigration sans la domination n'est point la colonisation, ni non plus ne l'est la domination sans l'émigration [...]. S'il n'y a que domination, c'est l'annexion ou l'expansion, mais non l'occupation, l'exploitation et l'administration qui sont, en droit,

la colonisation. (FURTADO, 2001 p. 53)¹⁵

Entende-se, portanto, que quando se pensa no processo de colonização, de acumulação de terras e de produção do espaço no Brasil, não se pode fugir do tema globalização, por se tratar de uma economia dependente (MARINI, 1976, p. 10/11), sendo que essa dependência é sistêmica e fundada em políticas globais que ensejam sobre os territórios a vontade imposta pelo capitalismo central.

Dados elementos cruciais para entender as bases macro-políticas da formação do Estado Brasileiro, propõe-se então pensar nos desdobramentos territoriais desse projeto político de globalização.

A propriedade nos moldes como a conhecemos teve início a partir da implementação do sistema capitalista, quando a burguesia na cidade percebeu que as terras onde se encontravam famílias que trabalhavam na agricultura poderiam produzir matéria prima em grande escala para as fábricas que começavam a despontar, utilizando-se de meios legais ou não para a retirada das pessoas que ali se encontravam seja por meio de arrendamento ou de simples vassalagem.

A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. (MARX, 2014, p. 836)

Obviamente que este processo não foi homogêneo no mundo, as novas terras descobertas tinham uma função para o crescimento do mercado Europeu, haja vista que outras sociedades já tinham um comércio forte estabelecido entre eles.

Utilizando-se o conceito de colonização, acima transcrito, tem-se que, por exemplo, a expansão portuguesa na Ásia, não obstante existir o contato comercial ou até mesmo a militarização por parte de Portugal na região faltou “o elemento fundamental da colonização, que é a emigração.” (FURTADO, 2001, p. 53-54). As terras dos continentes, recém-colonizadas, como o Brasil, tinham a função primordial de produzir em larga escala. E, assim, nascia nosso sistema de *plantation*, o qual era determinado pela Metrôpole.

O sistema de *plantation* estabelecia e fomentava as atividades exploratórias no território implementando um processo de detenção de terras caracterizada pela monocultura e latifúndio. Pautava-se, sobretudo, na exploração escravocrata da mão de obra e exploração dos bens naturais do território para o mercado externo. Essa organização territorial e

15 Analisemos seus elementos constitutivos para dizer em que condições pode-se falar de colonização. Para que haja penetração ou comunicação entre os povos, é necessário, primeiramente, que se realize uma dominação dos países novos, ou uma sujeição dos povos novos. A emigração sem a dominação não é colonização, tampouco o é a dominação sem a emigração [...]. Se há apenas dominação, é a anexação ou a expansão, mas não a ocupação, a exploração e a administração que são, de direito, a colonização. (tradução do autor)

econômica, como descreve José Marcelo Marques Ferreira Filho (2016, p. 369) tem o

[...] significado muito além da mera cultura de produtos para exportação. Ela pode identificar, ao mesmo tempo, tanto um complexo sistema produtivo com ligações internacionais e locais, quanto unidades particulares menores: os engenhos. (FERREIRA FILHO, 2016, p. 17)

E aqui se observa como a totalidade ideológica acaba por se impor, para as sociedades de capitalismo dependente, haja vista a imposição de uma cultura ou forma de vida que transformou a realidade social daquela época, cujos efeitos ainda sentimos.

Assim, seguindo uma lógica imperialista acumulativa, todos aparatos da terra eram voltados para gerar retorno rentável à coroa portuguesa e somente isso condicionava a permanência desse ordenamento agro-social que vigorou no Brasil, predominantemente, entre os séculos XV e XIX.

[...] situação onde terra, mão de obra e equipamentos são subjugados totalmente enquanto mercadorias, e as relações que governam seu uso são avaliadas totalmente à luz da contabilidade 'racional' de custos" "[...] força de trabalho grande o bastante para realizar a produção em volume considerável, a taxas suficientemente baixas para garantir retornos do capital investido. (MINTZ, Sidney W & WOLF, Eric. 2010. p. 198 - 203)

Com as mudanças sociais advindas da Europa, e principalmente com a decadência do sistema monárquico-escravocrata no Brasil, tem-se um segundo momento importante para caracterizar o processo de evolução das políticas fundiárias ocorrido em 1850 com a Lei de Terras, produzindo uma mudança no marco da posse e propriedade do território. O texto da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 se coloca da seguinte forma:

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colonias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. (BRASIL(a), 1850)

A Lei de Terras era essencialmente baseada na titulação de propriedade como legitimação necessária para o uso do território, sendo que os donos, pela estruturação política da época, eram os próprios donatários. Também estabelecia o fim da possibilidade de apropriação:

[...] nenhuma terra poderia mais ser apropriada através do trabalho, mas apenas por compra do estado. As terras já ocupadas seriam medidas e submetidas a condições de utilização ou, novamente, estariam na mão do estado, que as venderia para quem definisse (LOPES, 2014). (CORRÊA, 2018, p. 61)

Veja que anteriormente as terras brasileiras, que antes pertenciam à Coroa Portuguesa, depois à Coroa Brasileira, e que mantinham os senhores de engenho em certa medida nas mãos do Estado brasileiro, passaram a ser efetivamente donos das terras, sem, contudo, se desvencilharem da lógica colonial-burguesa, qual seja, a de se manter como uma elite subordinada a elite do capitalismo central.

Neste sentido, a lei continuou favorecendo e mantendo a base do sistema latifundiário brasileiro ao longo dos anos, ao perpetuar desigualdades como a exploração escravocrata que, à época, precisavam ser reconfiguradas para o emergente sistema capitalista pós-revolução industrial. Salienta-se que essa legislação marcou, de fato, mercantilização da terra através do conceito de propriedade privada no país antes inexistente, conforme se observa da leitura do artigo 1º, da Lei n. 601/1850, corroborada posteriormente com a abolição da escravatura por meio da Lei Áurea, Lei n. 3.335/1888, em que não foi oportunizada para essa população recém liberta o acesso das terras em que eram posseiras.

Para uma análise da legislação que manteve o sistema de latifúndio no país, se faz necessária a análise do neoliberalismo e de como o capital atua nos territórios das periferias.

2 Neoliberalismo, globalização e interferências no território

O capitalismo e suas várias crises cíclicas implementou planos e políticas pelas quais os Estados centrais iriam determinar como os países periféricos de capitalismo dependente iriam se comportar.

É sabido que, a conjuntura global ocidental, pós década de 1970, permitiu a gestação de uma nova proposição político-econômica denominada ‘neoliberalismo’, cuja compreensão dialoga com David Harvey (2005), que conceitua o neoliberalismo como:

[...] teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. [...] Deve-se, também, estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. (HARVEY, 2005. p. 6)

O primeiro experimento deste modelo se deu no Chile em 1975, com a ditadura de Pinochet, construído a partir do *know-how* adquirido por economistas pautados pelo programa de controle dos EUA, na Universidade de Chicago, que objetivava barrar a ‘expansão comunista’ na América do Sul (HARVEY, 2008). Vê-se que a utilização de

territórios periféricos para desenvolvimento da ordem global é uma prática quase que ontológica do sistema.

Diante da crise da década de 1970, com o aumento do dólar e a queda do preço do petróleo, países subdesenvolvidos foram levados à bancarrota, haja vista o alto endividamento público em dólar, somados a outros problemas estruturais.

Com as mudanças e crises acumuladas durante as décadas de 1970 e 1980, em 1989 o chamado 'Consenso de Washington' foi estabelecido no alto escalão do norte global, baseando-se em artigo escrito pelo economista John Williamson que congrega medidas consideradas, por instituições sediadas na capital dos EUA (FMI, Banco Mundial, Departamento do Tesouros dos EUA), consensualmente necessárias para a recuperação das economias em desenvolvimento. Foi essa a base, reconhecidamente neoliberal, das relações político-econômicas globais a partir da década de 1990, época em que

[...] o impulso geral era na direção da padronização de arranjos comerciais mediante acordos internacionais que culminaram nos firmados na Organização Mundial do Comércio, que passaram a vigorar em 1995 (mais de cem países tinham assinado esses acordos no curso de um ano). Essa maior abertura ao fluxo de capital (principalmente norte-americano, europeu e japonês) pressionou todos os países a examinar a qualidade de seu clima de negócios como condição crucial para o sucesso competitivo. Como o grau de neoliberalização estava sendo cada vez mais considerado pelo FMI e pelo Banco Mundial uma medida de bom clima de negócios, houve um incrível aumento da pressão sobre todos os Estados para que adotassem reformas neoliberais. (HARVEY, 2008, p. 100)

Com alianças alicerçadas pelos acordos bilaterais das instituições globais junto aos EUA para imposições de reformas neoliberais no resto do mundo, pode-se dizer que a década de 1990 caracteriza-se por uma dependência global das vontades políticas Estadunidenses, pois segundo David Harvey (2008),

[...] o real segredo do sucesso americano foi o fato de o país poder então extrair altas taxas de retorno de suas operações financeiras e corporativas (investimentos diretos e indiretos) no resto do mundo. Foi esse fluxo de tributos extraído do resto do mundo que sustentou boa parte da afluência alcançada nos Estados Unidos durante a década de 1990 [...]. (HARVEY, 2008, p.101)

Aqui no Brasil, a efetivação do Consenso de Washington começou a partir do governo do Presidente Fernando Collor de Mello em 1990¹⁶, com o seu primeiro programa de desestatização, mas foi no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso que o Consenso de Washington, na forma de intensas privatizações, foi implementado de maneira mais radical. As reformas do Estado (tributária, administrativa e previdenciária) e de ordem

16 Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que criou o Programa Nacional de Desestatização (PND) (BRASIL(c) [1997]).

econômica (quebra dos monopólios estatais, tratamento isonômico entre empresa nacional e estrangeira e desregulamentação das atividades e mercados), juntamente com as privatizações, se constituíram em peças-chave do sucesso do Plano Real (FILGUEIRAS, 2006, p.111).

Para a análise deste trabalho, aprofundando a pesquisa sobre as relações entre a globalização e a exploração da terra no Brasil, tem-se a atuação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) nos países periféricos. O BIRD é uma das organizações internacionais do Banco Mundial que interferiu diretamente nas políticas fundiárias do país na década de 1990 e início dos anos 2000.

As duas principais iniciativas do BIRD para a implementação das agendas fundiárias alinhadas com as outras instituições globais desde 1989, foram “de um lado, a constituição de um arranjo institucional de *administração de terras*; de outro, a implementação de um *modelo de acesso à terra alternativo* à reforma agrária.” (PEREIRA, 2006, p. 21).

A primeira buscava traduzir a agenda mais ampla de “reforma do estado” para o âmbito da gestão fundiária consistindo em necessárias investidas diretas nos arranjos políticos da estrutura do país,

[...] a administração de terras consiste na municipalização dos instrumentos de política agrária e na criação de toda sorte de mecanismos de gestão “público-privados” locais. Na prática, isto exige mudanças simultâneas nos âmbitos político-administrativo, jurídico e tributário (Banco, 2004 e 2003). (PEREIRA, 2006. p. 21)

A segunda iniciativa tinha como referência o Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM), que era:

[...] em essência, nada mais é do que uma mera relação de compra e venda de terras entre agentes privados financiada pelo Estado, que fornece um subsídio variável para investimentos em infra-estrutura socioprodutiva e contratação de serviços privados de assistência técnica. (PEREIRA, 2006, p. 24)

Segundo Pereira (2006), o MRAM foi elaborado para impor-se em relação à reforma agrária redistributiva proposta pelos movimentos populares, sendo que em 1997 já operava na Colômbia, África do Sul, Guatemala e Brasil. Importante salientar que os países citados são todos da América Latina, caracterizando-o como território-experimentação para novas formas de exploração a partir da regulamentação proveniente de órgãos internacionais.

Na região da América Latina e do Caribe, as reformas de “segunda geração” preconizadas pelo BIRD aprofundam o cerne do projeto neoliberal, à medida que potencializam formas de exploração de tipo “neocolonial” e, sobretudo, a ofensiva do capital sobre o trabalho. As ações de “alívio da pobreza” servem para dar funcionalidade a esse processo, amenizando seletivamente as contradições sociais provocadas ou agudizadas por políticas operadas em nível macro. (PEREIRA, 2006, p. 40)

Ao que foi descrito das ações do BIRD, acrescenta-se, neste artigo, a ideia de acumulação por espoliação de David Harvey (2005) que ajuda a pensar as práticas político-econômicas globais de incidência nos territórios construídas a partir dos anos 1980 com o neoliberalismo, trabalhando a ideia de acumulação primitiva de Marx, já citada anteriormente.

Harvey divide a ideia em 4 processos: *privatização e mercadificação, financialização, administração e manipulação de crises e redistribuições de estado*. Por *privatização* denomina-se a corporatização, a mercadificação e a privatização de ativos públicos que têm sido uma marca registrada do projeto neoliberal com objetivo primordial de abrir à acumulação do capital a novos campos (como saneamento, habitação e instituições públicas) até então considerados fora do alcance do cálculo de lucratividade. (HARVEY, 2008, p. 173)

A *financialização*, ou que se pode chamar de 'financeirização' a partir de outros autores, por sua vez deixou o sistema financeiro ser o centro de atividade redistributiva utilizando da especulação, da fraude e da roubalheira, tudo porque os Estados passaram a não regular a atividade financeira (HARVEY, 2008, p. 174). Essa forma de ação do neoliberalismo cria, dentre outras coisas, manobras fiscais e operações financeiras para facilitar a espoliação de ativos e criar uma situação de escravidão creditícia para os países subdesenvolvidos.

Os outros dois processos são menos explícitos no que tange ao furto direto das terras e outros ativos do sul global, América Latina e, no caso deste trabalho, no Brasil, mas dizem das interferências globais no território. "A *criação, a administração e a manipulação de crises* no cenário mundial evoluíram para uma sofisticada arte de redistribuição deliberada de riqueza de países pobres para países ricos." (HARVEY, 2008, p.174).

Já as *Redistribuições via Estado*, dizem que "o Estado, uma vez neoliberalizado, passa a ser o principal agente de políticas redistributivas. Revertendo o fluxo que vai das classes altas para as baixas." (HARVEY, 2008, p. 176), por meio de emissão de títulos públicos e endividamento.

Em todos os casos percebe-se a manutenção e intensificação do *modus operandi* colonialista para que o sistema continue a se desenvolver a partir dos interesses das entidades globais e países ao norte global.

Partindo especificamente do Brasil, repisa-se a partir da segunda metade da década de 1990, com ainda o governo de Fernando Henrique Cardoso, observa-se o início da implementação de um programa de reforma agrária, cujas diretrizes foram determinadas pelo Bird (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) que consistia em realizar "uma política agrária "baseada no mercado", por meio da implantação do Cédula da Terra, a partir de empréstimos do BIRD." (PEREIRA; SAUER, 2011).

Assim, além de uma forte propaganda pró-governo e contra os movimentos que pleiteavam a reforma agrária, o governo implementou uma política contra a reforma agrária almejada pelos camponeses (PEREIRA; SAUER, 2011), que consistia nos seguintes argumentos:

Repetindo as mesmas justificativas do Banco Mundial (1997b), o governo brasileiro sustentou três argumentos em favor da RAAM. Em primeiro lugar, afirmou que a desapropriação para fins de reforma agrária havia se tornado um instrumento anacrônico e inadequado, posto que intrinsecamente vinculado a um modelo de ação fundiária centralizador, arbitrário, propenso à corrupção e lento. Nessa lógica, seria preciso substituir esse instrumento por mecanismos mais eficientes, baseados na livre transação mercantil entre agentes privados (TEÓFILO, 2003).

Em segundo lugar, o governo federal argumentou que o orçamento da União não tinha condições de financiar um programa efetivo de reforma agrária, dadas as indenizações elevadas arbitradas pelo Judiciário (TEÓFILO, 2003). Além de ineficaz e anacrônico, o modelo desapropriacionista seria caro demais. Era fundamental criar outras fontes de recursos para os programas agrários, sendo que o BIRD estava oferecendo tais recursos.

Em terceiro lugar, o discurso oficial era de que as ações do governo estavam a reboque dos movimentos sociais - especialmente do MST - uma vez que os assentamentos resultavam, predominantemente, de ocupações e acampamentos. Era preciso, então, diminuir o número de ocupações de terra e esvaziar a ascensão das lutas sociais no campo, introduzindo um mecanismo capaz de disputar a adesão de trabalhadores rurais (CARVALHO F^o, 2001). (PEREIRA; SAUER, 2011)

Assim, eram emitidas Cédulas de Crédito Rural para que o BIRD financiasse aquele modelo de reforma agrária. A lógica se perpetuou, não obstante o apoio do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, no que se refere às confederações sindicais de trabalhadores rurais, a política a ser implementada era a de orientação do MRAM (PEREIRA, 2006, p.39).

Afere-se com isso que o Brasil foi englobado nos projetos neoliberais a partir de uma condição subserviente, independentemente do governo no poder, a proposta neoliberal se instaurou de forma parasitária na estrutura do Estado Brasileiro.

Enquanto as políticas de reforma agrária avançariam no país pela lógica de mercado, ou seja, pouca mudança na estrutura dos assentamentos e criação de endividamento para a sua implementação, no que se refere aos grandes proprietários de terra, a lógica de grandes propriedades permanecia, incentivadas pela antiga e nova legislação como se verá.

Conclusão

A história da propriedade privada da terra no Brasil acompanha a própria história do capitalismo.

O trabalho resgatou o início da colonização, para demonstrar que o modelo latifundiário no país ocorre desde o seu 'descobrimento', até os dias atuais. Inicialmente por meio das *plantations*, pedaços de terras nas quais a mão de obra escrava era necessária para a realização da produção, bem como a prevalência da monocultura, modelo vigente até os dias atuais.

O que se constata no trabalho é que as terras inicialmente pertencentes à Coroa Portuguesa, divididas em capitanias e cedidas aos senhores de engenho, depois passaram para o Império Brasileiro, não alterando a estrutura até então existente.

Veja que a manutenção das terras nas mãos do 'Estado' também permitiu que a escravidão ainda fosse uma das maiores demonstrações de riquezas dos senhores donos das terras, haja vista que os escravos negros eram o que se poderia chamar de propriedade privada.

Nesta seara, a Lei de Terras foi proclamada. Todavia, de acordo com o que se observa no texto, a lógica latifundiária permaneceu, inclusive não permitindo aos negros alforriados quase 40 (quarenta) anos depois da promulgação daquela, o acesso a terra, conforme leitura de seu texto.

Além de passar pelo período colonial, o trabalho perpassou pela nova forma de colonialismo, que se encontra travestido de globalização, em que organismos internacionais influenciam a legislação brasileira no tocante a propriedade da terra, inclusive no que se refere a política de assentamento.

Foram analisados os conceitos elencados por David Harvey do processo de globalização, o qual se destaca no trabalho a financialização, haja vista ser a forma pela qual o país e o mundo atravessam atualmente com maior, e a forma que efetivamente obriga um Estado independente e autônomo se submeter às regras dos organismos internacionais.

O que se constata é que aos pequenos agricultores ou posseiros a lei é rigorosa, permitindo o seu acesso a terra somente por financiamento, financiamento este criado por políticas internacionais, ou seja, o modelo de capitalismo dependente permanece, fazendo o país perder a sua capacidade de decisão sobre a sua política fundiária.

O trabalho não é fechado, ele é o início de um estudo para se aprofundar as relações do Brasil com a terra e de como a globalização atua no comportamento dos governantes e na legislação do país, seja não permitindo o acesso à terra, seja por meio da estrangeirização da terra que será tema de outro trabalho.

A partir da reflexão desse trabalho, no apanhado histórico feito e na contextualização até o momento de escrita, é possível entender que a atualidade se afoga em mais de 500 anos de história calcada em paradigmas que não foram superados até hoje. O Brasil vive a radicalização de um projeto neoliberal embasado pela estrutura histórica de país-colônia. Esse território, para a ordem global, assim como a América Latina, foi e é lido como banco

de lastros para os países e empresas do capitalismo central.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA PARA O PROGRESSO. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>. Acesso em 11 mai 2020.

BRASIL(a) (1850). **Lei nº 601 de 28 de setembro de 1850**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm> Acesso: 11 mai 2020.

BRASIL (b) (1888). **Lei n. 3.335 de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em 11 mai 2020

BRASIL(c) (1990 [1997]). **Lei n. 8.031, de 12 de abril de 1990**. Cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm. Acesso em 11 mai 2020.

BRASIL(d) (1964[2007]). **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm> Acesso: 11 mai. 2020.

BRASIL(e). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 11 mai 2020.

BRASIL(f) (2017 [2020]). **Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm> Acesso: 11 mai 2020

BRASIL(g) (2019). **Projeto de Lei n. 2.963**, 20 de maio de 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7955264&ts=1583967678372&disposition=inline>. Acesso em 11 mai 2020.

BRASIL(h) (2011). **Projeto de Lei do Senado n. 107, 24 de março de 2011**. Disponível em: legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3394040&ts=1571775617324&disposition=inline. Acesso em 11 mai 2020.

BRASIL(i) (2019). **Medida Provisória n. 910**, de 10 de dezembro de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv910.htm. Acesso em 11 mai 2020.

BRASIL(j) (2019). **Proposta de Emenda à Constituição n. 80**, 21 de maio de 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7955908&ts=1588688889313&disposition=inline>. Acesso em 11 mai 2020.

CHIARETTI, Daniela. **Desigualdade da distribuição de terras no país é uma das mais altas do mundo**. Valor Econômico, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/05/11/desigualdade-da-distribuicao-de-terras-no-pais-e-uma-das-mais-altas-do-mundo.ghtml> Acesso em: 12 de mai. 2020.

CORRÊA, Tulio Colombo. **O golpe e a produção do espaço**. 2018. 79 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018. Disponível em: <https://monografias.ufop.br/handle/35400000/2128>. Acesso em 11 mai 2020.
Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pfdc/noticias/nova-mp-da-regularizacao-fundiaria-estimula-grilagem-de-terras-e-ampliara-conflitos-no-campo-alerta-pfdc> Acesso em: 12 de mai. 2020.

DULCI, Luiza e TUBINO, Nilton. **Três projetos no Senado avançam sobre a legislação fundiária brasileira**. MST - Brasil Debate, 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/tres-projetos-sobre-a-legislacao-fundiaria-avancam-no-senado/>. Acesso em 11 maio 2020.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Tese Doutorado de História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17280>. Acesso em 11 mai 2020.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**. São Paulo: Boitempo, 2006.

FURTADO, Celso. **Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII - elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

HARVEY, David. **Neoliberalismo – história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-910-de-10-de-dezembro-de-2019-232671090>
<https://mst.org.br/2019/11/22/tres-projetos-no-senado-avancam-sobre-a-legislacao-fundiaria-brasileira/> Acessado em: 12 de mai. 2020.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica da dependência**. Coimbra: Editora Centelha, 1976.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro 1** - 27ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **Neoliberalismo, políticas de terra e reforma agrária de mercado na América Latina**. In: PEREIRA, João Márcio Mendes. (orgs). Capturando a terra: banco mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.13 - 48.

PEREIRA, João Márcio Mendes. SAUER, Sérgio. **A “reforma agrária assistida pelo mercado” do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados**. Revista Sociedade e Estado. Soc. estado. vol.26 no.3 Brasília set./dez. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000300009&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 13 nov 2020.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares – a colonização da terra e da moradia na época das finanças**. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2015

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. 8ª reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SIQUEIRA, Aluízio Cândido de. **Direito e legislação de terras**. 2ª ed. rev. aum. São Paulo: Saraiva, 1984.

SOUZA, Mariana Duarte de. **MP 910 entrega área pública maior que o estado da Bahia para grileiros**. Brasil de Fato, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/12/mp-910-entrega-65-milhoes-de-hectares-publicos-para-uso-privado-denuncia-procuradora> Acesso em 12 de mai. 2020.

A esfera da política e o marxismo como ciência social: a crítica ao economicismo, a perspectiva estrutural e o individualismo metodológico

Felipe Melonio Leite¹⁷

Resumo: Nesse artigo buscaremos a análise do movimento de complexificação da concepção marxista da política na figura das contribuições das vertentes estrutural e analítica. Iniciaremos pela categorização da noção instrumental de Estado que marcou o assim chamado marxismo clássico. Mostraremos, com referência a textos já críticos, as bases fundamentais e mais influentes dessa concepção no âmbito dos textos de Marx e Engels e também nas formulações teóricas posteriores nas quais não lograram ruptura. Após solidificar o que se entende por marxismo clássico passaremos ao estudo dos projetos de renovação que se construíram em relação íntima com o projeto das ciências sociais. São esses o marxismo estrutural e pós-estrutural francês, aqui analisados nos textos de Althusser, Poulantzas e Balibar, e o marxismo analítico, nas figuras de Elster, Roemer e Przeworski. O objetivo final do presente artigo é mostrar as alternativas ao economicismo estrito que imperou durante muito tempo no marxismo. Seja pelo viés da positividade da esfera do político; com sua historicidade, autonomia e efeito próprios feita por Althusser, Balibar e Poulantzas, ou pelo viés da crítica à explicação funcionalista na qual o marxismo analítico insistiu.

Palavras-Chave: Marxismo estrutural; marxismo analítico; Teoria de Estado

Abstract: In this article we will seek to analyze the complexification movement of the Marxist conception of politics in the form of contributions from the structural and analytical aspects. We will start by categorizing the instrumental notion of the State that marked the so-called classical Marxism. We will show, with reference to texts already critical, the fundamental and most influential bases of this conception in the context of the texts of Marx and Engels and also in the later theoretical formulations in which they did not break. After solidifying what is meant by classical Marxism, we will move on to the study of renovation projects that were built in close relationship with the social sciences project. These are French structural and post-structural Marxism, here analyzed in the texts of Althusser, Poulantzas and Balibar, and analytical Marxism, in the figures of Elster, Roemer and Przeworski. The final objective of this article is to show the alternatives to strict economism that ruled Marxism for a long time. Be it due to the positivity of the political sphere; with its own historicity, autonomy and effect made by Althusser, Balibar and Poulantzas, or due to the criticism of the functionalist explanation on which analytical Marxism insisted

Keywords: Structural Marxism; analytical Marxism; State Theory

¹⁷ Mestre em Ciência Política (PPGCP).

Introdução: o marxismo clássico e a perspectiva instrumental do Estado

Não existem dúvidas que o texto marxiano mais divulgado e popular é o *Manifesto do Partido Comunista* (MARX, ENGELS, 2010). Seja pela sua capacidade de síntese teórica ou pela sua apresentação clara de um projeto político o *Manifesto* conquistou lugares tanto o dia a dia da política quanto no debate intelectual, acadêmico e extra acadêmico. Uma das várias inovações teóricas desse artigo mais nos concerne no momento. É a sua concepção materialista de Estado.

Balibar (1975. P. 117-9) afirma que o elemento que revoluciona a teoria política pretérita é a correlação nítida entre o Estado e a dominação social-econômica que está aqui presente. Essa afirmação materialista condensa-se na clássica máxima de Marx e Engels: “O executivo no Estado moderno não senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. (MARX; ENGELS, 2010 p. 42) Essa afirmação contrariava as teses clássicas que viam no Estado a realização de uma ideia de racionalidade ou como a forma política em que a essência humana se direciona. É uma tese que antecipa o materialismo e anti-humanismo teórico. O estado e as relações humanas, no campo agora proposto, é produzido por uma conjuntura histórica e social concreta.

O desenvolvimento do marxismo, ainda sob Marx, foi polissêmico. Não anunciando seu projeto mais amplo, onde existia a intenção de incluir um tomo sobre o Estado, Marx se dedicou ao estudo das amplas estruturas econômicas do capitalismo, assim como exposto n’O *Capital*. (PROGREBINSCHI, 2009. p. 37) Nesse projeto, tomando o capitalismo, com fins metodológicos, em sua forma mais pura e abstrata, o autor reservou pouco espaço para a figura da prática política e do Estado. O capitalismo, conforme explicita a análise crítica de Przeworski (1995), é dotado de poder de autorreprodução. Suas próprias características engendrariam o eterno retorno das condições necessárias para sua manutenção. A força de trabalho, por necessidade e interesse próprio, retornaria aos portões das fábricas para vender sua força de trabalho assim como o capitalista, para eterna acumulação, ofereceria as mesmas vagas. Nessa forma pura o papel do Estado é praticamente inexistente. Segundo Przeworski:

Suponhamos que tal sistema esteja em funcionamento em uma sociedade particular. Há certas pessoas que precisam vender sua força de trabalho se quiserem sobreviver. Há outros que possuem os instrumentos de produção e insumos necessários. Os trabalhadores aparecem nos portões das fábricas e se oferecem para executar serviços. Competindo por emprego, eles leiloaram seus salários até o nível de subsistência. Eles são empregados e, sob supervisão, executam os serviços. O resultado final dessa atividade é algum produto, de propriedade do capitalista. Os trabalhadores recebem seus salários e os consomem. Os capitalistas vencem o produto e repõem os instrumentos de produção. Assim ao final do ciclo, os

trabalhadores são deixados, como antes, com os salários que consomem e com sua capacidade de trabalhar, enquanto os capitalistas são deixados, como antes, com os instrumentos de produção. Como os trabalhadores precisam vender sua força de trabalho para sobreviver, eles reaparecem nos portões, ofertam seu trabalho em troca de baixos salários, executam o trabalho, consomem os salários e retornam ao mercado de trabalho. Os capitalistas, por sua vez, se m do produto, realizam seu valor, repõem os instrumentos de produção e contratam trabalhadores. Esse processo se repete *por si próprio*, como uma troca de mercado.” (PRZEWORSKI, 1995 p. 93)

Essa formulação contrasta, aparentemente, com outros trabalhos de Marx. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (MARX, 2011b) e *A Guerra Civil em França* (MARX, 2011a), por exemplo, mostram um papel muito ativo e importante da figura estatal e da disputa política. A apreensão dessa diferença toca no âmbito da própria heterogeneidade do autor. Se em alguns momentos de sua obra vemos um privilégio muito grande do desenvolvimento econômico como motor final da sociedade (MARX, 2005b) em outros o mesmo mecanismo passa a ser subordinado as estruturas das relações sociais de produção e a própria superestrutura como no exemplo de seus trabalhos no final da vida sobre o estado de arte do capitalismo na Rússia (MARX, ENGELS, 2013). Temos, em acréscimo complexificador, sua metodologia, privilegiadora do todo histórico, que toma as diversas instâncias de análise em níveis separados de abstração para a apreensão para a melhor categorização conceitual (MARX, 2005a.). Nesse último sentido as análises do nível de modo de produção abstrato d'O Capital não possuem o nível de concretude do estudo de formação social determinada nos textos de análise histórica.

Para fins de construção de um programa prático político a denúncia do caráter classista do Estado se fez obviamente mais útil que os meandros complexos dos estudos em ciência política de Marx. Não é sem razão que o *Prefácio da Crítica a economia política* de 1859 (MARX, 2005b) se tornou tão influente. A estrutura desse breve texto inclui uma forte filosofia da história. Um retorno da influência hegeliana só que substituindo o desenvolvimento da ideia de racionalidade pelo desenvolvimento das forças produtivas. O papel da superestrutura e das relações sociais de produção fazem-se subordinados, objeto da ruptura do agente histórico principal (BOITO JR., 2007). O marxismo clássico é devedor dessa tese. O debate no interior da social-democracia alemã sobre a participação nas instâncias da “democracia burguesa” ou na aposta pela revolução imediata (Berstein, Kautsky e Luxemburgo) é uma variação do tema pela questão da irredutibilidade do porvir revolucionário. Os textos de Lenin sobre o imperialismo e o posterior debate entre Stalin e Trotsky acerca das condições para o capitalismo em um só país concernem a questão das condições de evolução das forças produtivas. O marxismo clássico formou-se em torno do projeto para a revolução em germe. O Estado, nesse arcabouço, é apenas um instrumento

do domínio hegemônico e um entrava da evolução necessária da contradição principal. Costa Neto (2014) explicita a caracterização dessa tradição em sua análise da leitura do “marxismo ocidental” de Perry Anderson (1989). O ponto de partida do “marxismo ocidental” é a crítica dessa abordagem originária:

O ponto de partida de sua análise é o que nomeou de *A Tradição Clássica*. Os traços característicos dessa tradição, que, além de Marx e Engels, englobaria ainda os fundadores do marxismo e uma série de seus seguidores: os nascidos entre 1843 e 1888, entre eles os mais velhos, da década de 1840: Labriola e Mehring; Kautsky e Plekhanov, nascidos na década de 1850; e, por fim, a geração mais jovem: Lênin, Rosa Luxemburgo, Hilferding, Trotsky, Bauer, Preobrazhensky e Bukharin, todos nascidos nas décadas de 1870 e 1880. Uma das características principais dessa tradição seria o estreito vínculo entre teoria e prática que, entretanto, assumia diferentes formas entre as várias gerações constitutivas dessa mesma tradição – desde uma proximidade com o movimento operário até a ocupação de cargos dirigentes em seus respectivos partidos políticos. Da mesma maneira, existia uma série de temas que caracterizou essa tradição. Ao lado da obra de Marx e Engels, Labriola, Mehring, Kautsky e Plekhanov procuraram, em certa medida, dar continuidade aos trabalhos de Engels.” (COSTA NETO, 2014. p. 13-4)

Therborn (2012) lê esse desenvolvimento do marxismo clássico a partir da concepção de “dialética da modernidade”. A visão da modernidade, para Marx e para as primeiras gerações de seguidores, possui, segundo Therborn, duas facetas: uma emancipatória e outra de exploração. Mesmo se uma ou outra abordagem do marxismo enfoca algum desses aspectos o pano de fundo de linearidade da história se mantém. Assim se faz o marxismo clássico, ora pela via evolucionista da socialdemocracia, ora pela perspectiva revolucionária da abordagem ortodoxa comunista:

Pegar os dois chifres da modernidade, o emancipador e o explorador, é uma tarefa intrinsecamente delicada, mais facilmente assumida por intelectuais do que por políticos. Como consequência, a tradição marxista tende a ir de uma caracterização à outra em sua prática da dialética da modernidade. Na Segunda Internacional (1889-1914) e na tradição social-democrática posterior, o aspecto negativo tendeu a ser cada vez mais dissimulado por uma concepção evolucionista de poderes contrapostos, de sindicatos e partidos da classe trabalhadora. O Komintern ou Terceira Internacional (1919-1943) e a tradição comunista subsequente, ao contrário, concentraram-se no negativo e em suas peripécias, denunciando os males do capitalismo e alimentando a esperança de uma reversão revolucionária repentina.” (Therborn, 2012. p. 63-4)

Althusser e a crítica do par humanista e economicista

O projeto teórico do marxismo que se funda a partir de Althusser vai, claramente, na direção da aproximação da ciência social tradicional. Isso se dá pela abertura do autor a uma crítica epistemológica sofisticada onde os conceitos da abstração teórica, dos níveis de determinação e espaços de contradição são bem delimitados. (BOITO, 2014) Esse projeto entra em clara oposição a duas gerações anteriores de marxista que se restringiam a extremamente prática “crítica revolucionária da economia política” ou a extremamente teórica “teoria crítica filosófica”.

Distinguindo a novidade teórica de Althusser, Quartim de Moraes (2014) retoma uma categorização de Balibar e acrescenta uma dimensão. Primeiramente existe a insurgência da noção de “corte epistemológico” na obra de Marx e, de maneira mais abrangente, na filosofia e na ciência. Um segundo ponto é a percepção que o campo da teoria é, no limite, o espaço da luta de classes. Em terceiro lugar a operação de aparelhos de Estado que possuem um caráter ideológico. O que Quartim acrescenta no cânone é o postulado de que não existe, de forma nenhuma, essência humana genérica, o “anti-humanismo teórico”.

Essas quatro características sintetizam muito bem o desenvolvimento da obra de Althusser. O anti-humanismo e a busca da delimitação do científico e do ideológico marcam a primeira fase (escritos do “Ler o Capital” e de “Por Marx”). Esse momento sofre, pelas suas características de combate filosófico direto, o que o autor chama de desvio teoricista. Em suas obras de autocrítica de segunda fase Althusser constata que existiu uma aproximação excessiva com a dogmática do léxico estruturalista. O ponto máximo é a afirmação de que a filosofia se torna a Teoria geral de toda as práticas teóricas. Sustentando que a aproximação terminológica com o estruturalismo foi uma realidade, o autor faz questão de delimitar o escopo de cada teoria.

O estruturalismo, como em antropologia e linguística, é uma filosofia prática que se impõe aos cientistas. Surge da necessidade de rigor analítico e consiste da abstração de elementos para análise e previsão. Em “Elementos de autocrítica” (ALTHUSSER, 1978) é afirmado que essa problemática é apenas aparente perante a de Marx. Para Marx não há a possibilidade de abstração de aspectos formais para a previsão por meios combinatórios. Toda abstração se dá para compreensão dos elementos materiais e se faz partidos dos próprios. Ao lado da abstração tem a contradição que incide em cada elemento da análise. Afasta-se também do “estruturalismo do processo” pois o primado é sempre do real, ou seja, da contradição.

Tendo em mente a ressalva anterior podemos analisar qual é o ponto fundamental identificado por Marx para a fundação da “Ciência da História”. Esse ponto é o que Althusser chama de “Corte epistemológico” de 1845. É o momento de uma virada na problemática do

pai fundador do histórico. Isso vai muito além de uma simples mudança de léxico. É toda uma virada nos questionamentos que o autor faz perante o problema da história. Althusser identifica o marxismo pretérito aos trabalhos de 1845 com a problemática humanista. Essa problemática pode ser sintetizada em dois postulados: a de que existe uma essência universal no homem e a de que ela é atributo dos indivíduos isoladamente (QUARTIM DE MORAES, 2014).

Segundo Althusser o humanismo é um conceito ideológico. Designa uma “realidade”, mas não dá os meios de conhecê-la. (ALTHUSSER, 2015). Para o autor, Marx chegou à criação de uma teoria científica da sociedade pelo exercício crítico de suas raízes humanistas tanto da primeira fase, racionalista liberal que preconizava a realização da essência humana no Estado liberal ilustrado, quanto a de segunda fase do humanismo comunitário de reapropriação da essência alienada.

No artigo “Sobre a dialética materialista” é explicitado o sentido geral da crítica científica onde esse esboço sobre o humanismo se insere. Afastando a concepção comumente aceita de que a ciência faz-se tendo como base o dado sensorial puro generalizando-o, Althusser afirma que o processo se dá por sucessivas críticas das formas idealizadas ou pré-científicas estabelecidas. O geral já está na origem em forma de sistema ideológico vigente que é criticado pela sua inadequação aos conceitos analíticos que surgem. Esse processo é o da prática, conceito central na epistemologia de Althusser, que nesse caso é da modalidade teórica. O resultado final é um “concreto teórico” radicalmente novo em adequação aos pressupostos de uma nova problemática. A crítica do idealismo humanista pretérito resultou, no ano de 1845 em Marx, em um novo arsenal analítico. Conceitos, como os de reificação, negação da negação, emancipação humana e emancipação política foram substituídos pelos de forças produtivas, formação social, relações de produção e modo de produção. Essa mudança de léxico elucida o processo de mudança de paradigma. Processo esse que não se encerra no evento mas é tendencial pois sempre se faz como a irrupção de um novo modelo em um campo estabelecido anteriormente. Não podemos deixar de notar que existe um condicionamento filosófico do processo científico que é, em última instância, político. (BALIBAR, 1991)

Tomar o marxismo nessa perspectiva permite a Althusser uma análise menos envolta nos idealismos do humanismo vigente. No limite pode-se dizer que é feita uma “positivação” do estatuto prático das ideologias que passam a ser acessíveis ao recurso crítico supracitado. O campo teórico em que Marx se inseria no momento imediatamente anterior a autonomização foi o ponto fundamental de sua crítica. Um dos elementos principais é a estrutura da dialética de tradição hegeliana. Ainda no livro *Por Marx*, no artigo *Contradição e Sobredeterminação*, Althusser mostra que a fundação da dialética materialista é radicalmente diferente da forma hegeliana. Deve-se pensar em outra ilustração, pois o

modela clássico de “inversão” material apenas recoloca a forma nova sobre as bases da antiga. A diferença é também de forma e de estrutura e não apenas de conteúdo (material ou ideal). Essa revolução formal é baseada na ideia na qual a sociedade só pode ser compreendida em suas determinações múltiplas, em instâncias que são relativamente autônomas resguardando uma relação “sobredeterminada” com uma contradição principal que emergem em *cada contexto específico em análise*. Nas palavras de Althusser:

Quando nessa situação entra em jogo, no mesmo jogo, uma prodigiosa acumulação de *contradições* das quais algumas são radicalmente heterogêneas e não tem todas a mesma origem, nem o mesmo sentido, nem o mesmo nível e lugar de aplicação, e que, no entanto se fundem numa unidade de ruptura, não é mais possível falar da única virtude simples da contradição geral. Decerto, a contradição fundamental que domina esse tempo (em que a revolução está na ordem do dia) está ativa em todas essas *contradições*, e até em sua fusão. Mas não se pode, contudo, pretender com todo o rigor que essas *contradições* e sua fusão sejam apenas seu puro fenômeno. [...] Quer dizer que as *diferenças* que constituem cada uma das instâncias em jogo (e se manifestam nessa *acumulação* de que fala Lenin), elas se *fundem* numa unidade real, não se *dissipam* como um puro fenômeno na unidade interior de uma contradição simples. (2015, p.78)

Leituras sobre a relação entre Estado e capitalismo: a renovação da concepção de “ditadura do proletariado”, de Althusser e Balibar, e a crítica “socialista democrática” de Nicos Poulantzas

Grande parte do mérito da escola althusseriana no que se refere a ciência da política reside no fato de que existe uma clara distinção entre as esferas da política, da economia e da ideologia. Esta distinção tem como a base a supracitada crítica ao economicismo empreendida no aspecto epistêmico da teoria. Com o desenvolvimento da autocrítica aos desvios teoristas e estruturalistas na década de 70, Althusser, além de incluir a ênfase na dimensão da contradição por inspiração maoísta, construiu uma verdadeira demarcação de posição em questões políticas. Motta (2014, pg. 15) refere-se a essa fase da obra althusseriana como um desdobramento da autocrítica. A anterior fórmula que analisava o materialismo dialético como “Teoria global das práticas teóricas” é substituída pela politicêntrica percepção da filosofia como “luta de classes na teoria”. Os textos marcadamente leninistas do final da década de 70 reafirmam esse postulado abrindo caminho para sua nova abordagem acerca do conceito de “ditadura do proletariado”.

O contexto em que se desenrola o debate é marcado pela ampla adesão dos Partidos Comunistas da Europa ocidental à estratégia eurocomunista. O debate acerca do eurocomunismo englobou diferentes nuances e visões sobre a universalidade do valor

democrático. Podem ser ressaltadas duas posições nesse âmbito. A hegemônica era marcadamente institucionalista e moderada, oficial da maior parte dos Partidos Comunistas, percebia-se a abertura democrática dos estados de bem-estar como uma possibilidade imediata. No limite as instituições possuíam um caráter neutro, aberto às modelagens das lutas populares. Essa posição foi mais bem sintetizada no amplamente acolhido livro de Santiago Carrillo (1978). É contra a ampla aceitação dessa percepção da democracia que Althusser e Balibar insistiram no caráter científico do conceito de “ditadura do proletariado” em Marx.

Para Althusser o conceito de “ditadura do proletariado” evoca alguns importantes postulados teóricos. O mais prático deles é o não descarte normativo da violência como um dos caminhos possíveis do processo de embate político. Essa afirmativa é válida pois ao tomar o Estado capitalista como, em última instância, um Estado material de classe é permitido ao autor a não qualificação da democracia como atributo imutável e transhistórico. Assim como em Marx, ditadura e democracia são ressaltados como conceitos abertos, a política é sem formas *apriorísticas*, sendo seus limites estabelecidos pelas relações sociais de força. Sintetizando essa perspectiva Motta (2014) ressalta a visão de Althusser do Estado como uma “máquina” de classe que é necessariamente histórica:

Como Althusser deixa bem claro, a ditadura do proletariado não é um conceito isolado que pode ser *abandonado* ao seu destino solitário pois está relacionado ao conjunto de conceitos forjados por Marx a partir de 1845. A *quebra* dos aparatos estatais ocupa um lugar central no entender de Althusser a respeito das práticas políticas emergentes durante o período de transição. Segundo Althusser, “destruir o Estado burguês, para substituir pelo Estado da classe operária e dos seus aliados, não é juntar o adjetivo *democrático* a todos os aparelhos de Estado existentes; é mais do que uma operação formal e potencialmente reformista é revolucionar na sua estrutura, na sua prática e ideologia os aparelhos de Estado existentes, suprimir alguns, criar outros; é transformar as formas de divisão do trabalho entre os aparelhos repressivos, políticos e ideológicos; é revolucionar os seus métodos de trabalho e a ideologia burguesa que domina as suas práticas; é assegurar-lhe novas relações com as massas a partir das iniciativas das massas, na base de uma nova ideologia proletária, a fim de preparar o *enfraquecimento do Estado*, isto é, a sua substituição pelas organizações de massas (2014, pg. 127-8)

Essa posição foi, naquele momento, ratificada por Balibar. Tanto em “Sobre a ditadura do proletariado” (1976) quanto em “A retificação do manifesto comunista” (1975) existe a afirmação de que a democracia é, em última instância, uma ditadura de classe. A diferença com a conceituação ortodoxa reside na leitura dos textos históricos de Marx: o domínio político não é exercido diretamente mas por meio de aparelhos especializados que permitem uma universalização ideológica da representação acima das particularidades de classe.

Boito Jr. (2007) explicita a formulação teórica do Estado capitalista, na conceitualização de Balibar, em termos comparativos com o Estado aristocrático. O papel estruturante ideológico do direito moderno estabilizando a cidadania abstrata e a igualdade formal é destaque tanto para a reprodução do modo de produção vigente quanto para possíveis pontos de partida em momentos de desajuste e crise (antecipações políticas de um novo modo de produção frente às relações econômicas ainda estabelecidas):

Seguindo a tese geral de Balibar sobre o desajuste por antecipação do político, mas caracterizando esse desajuste de outra maneira, nós proporemos que a transição se inicia pelo desajuste entre o Estado e a economia, vale dizer, se inicia pelo desajuste entre, de um lado, a estrutura jurídico-política do Estado que “avançou” como resultado de uma revolução e, de outro lado, a estrutura da economia que ficou “para trás”, presa ao modo de produção anterior. Ilustraremos essa tese referindo-nos à transição do feudalismo ao capitalismo e à transição do capitalismo ao socialismo. O Estado é o principal fator de coesão das formações sociais divididas em classes, graças à sua função repressiva e a outro aspecto, quase sempre ignorado, que é a sua função ideológica. [...] De outro lado, o Estado secreta permanentemente, as figuras ideológicas fundamentais para a reprodução mais ou menos pacífica das relações de produção. A existência jurídica de ordens e dos estamentos era a fonte da ideologia aristocrática que legitimava o trabalho compulsório dos camponeses servos no feudalismo, do mesmo molde que o direito formalmente igualitário no capitalismo é a fonte da ideologia contratual que encobre a relação de exploração entre o capitalista e o operário. O direito formalmente igualitário e as instituições estatais aparentemente universalistas a ele ligadas são também a fonte da moderna ideologia da representação popular no Estado.[...] Sendo o Estado o principal fator de coesão de uma formação social dividida em classes, a transição exige uma mudança prévia do Estado. (2007. pg. 55-6)

Se a escola althusseriana permite uma abertura para a teoria específica das esferas da prática social, em suas autonomias relativas frente a economia e a produção, a figura de Nicos Poulantzas representa o mais ambicioso projeto de desenvolvimento da Teoria do Estado capitalista. (Boito Jr., 2014. pg. 155) Sua obra, paralelamente ao percurso autocrítico de Althusser, também passou por uma evolução teórica. Desde sua aproximação inicial com o marxismo estrutural, feita em oposição aos seus primeiros trabalhos sobre o direito de influência sartriana, Poulantzas construiu uma multiforme teoria do Estado possuindo uma complexa relação com as modificações epistemológicas da tradição que se insere. Esse processo é apreendido por Codato (2011). Identifica-se três fases principais na obra poulantzasiana utilizando-se, como referência teórica, o conceito de “Estado capitalista”. Segundo Codato (2011), a referência principal ao estatuto teórico do Estado possibilita uma leitura concomitantemente epistemológica e política na análise:

Ainda que não seja possível identificar uma correspondência direta, ponto a ponto, entre o que é/o que faz o Estado capitalista e qual a estratégia mais adequada para superá-lo, há um paralelismo evidente entre essa teoria do Estado e as posições na política socialista que ela autoriza ou impõe. Um enunciado tende a funcionar como condicionante de outro e se eles não evoluem ao mesmo tempo, um é sempre pensado como resposta ao outro. (Codato, 2011. pg. 100)

A primeira etapa da obra de Poulantzas inserida nessa problemática possui claros paralelos com a tendência filosofante do althusserianismo original. O livro *Poder Político e Classes Sociais* (Poulantzas, 1977) é, na visão de Codato (2011. pg. 107) “um capítulo e uma continuação da interpretação de Louis Althusser e seus associados (Balibar, Rancière, Badiou, Bidet, Establet) sobre a obra madura de Marx”. Sua principal ambição é a *construção* de uma teoria marxista do nível regional da política na prática social. O livro assim constitui-se com três postulados: ser uma teoria com discurso abstrato, um livro sobre a teoria política convencional a ser criticada e, como objetivo final, um projeto de construção da teoria marxista da política. Nesse momento a conceituação sobre Estado é marcada pela forma *estrutura*: algo geral que, em suas características, está presente em todo modo de produção (Estado em *geral*) e o que está presente em todas as formações sociais do capitalismo (Estado capitalista). Sua função é a de fundamentar a coesão de todos os níveis de uma formação social. (CODATO, 2011. pg. 109).

A modificação que levou a segunda fase de Poulantzas tem como base o influente movimento de questionamento ao papel ideológico das instituições, principalmente as de ensino, que aconteceu no final da década de 60. Podemos ressaltar como marcos nesse processo a revolta estudantil francesa de maio de 1968 e a revolução cultural chinesa iniciada em 1966. O Estado agora é definido como aparelho possuindo uma função ideológica de coesão social ao lado da política:

A transformação do conceito de Estado (e não a *ampliação*, como em geral se sustenta) indica que Poulantzas irá, daqui em diante, aceitar a expandir a fórmula *Estado=coerção+consenso* proposta por Gramsci, sua principal influência teórica a partir de então. Essa ideia será aperfeiçoada, desenvolvida e aplicada em *Fascismo e ditadura*, livro que saiu em novembro de 1970. É justamente esse modelo ARE/AIE que irá informar a teorização das formas de Estado *exceção* e a questão-chave aqui, diferentemente de *Poder político e classes sociais*, será como, através do jogo desses aparelhos específicos (e não através dos efeitos da estrutura jurídico-política), o Estado capitalista realiza sua função política. (CODATO, 2011. pg. 112)

A terceira e derradeira fase de Poulantzas é desenvolvida no livro *O Estado, o poder, o socialismo* (POULANTZAS, 2000). A problemática estrutural é, nessa leitura, alterada em direção ao estudo relacional do Estado. Existe uma crítica a possibilidade de existência

de uma *grande teoria* sobre o Estado. A pretensão inicial do autor é transformada: de uma teoria global, estrutural e transhistórica do Estado em geral e capitalista para a inclusão da mesma na dinâmica história que a constitui e em sua reprodução.

Poulantzas define o Estado como uma *condensação* material das relações sociais de força. Essa definição pretende insistir no alegado fato de que um dos grandes méritos do marxismo reside na sua capacidade de prescindir de uma Teoria Geral da Política. Essa afirmação não deixa de ser uma resposta às críticas de Norberto Bobbio a uma suposta ausência de teoria do Estado nos clássicos do marxismo. Codato (2014 pg.118) define que três temas norteiam o debate de Poulantzas: a “materialidade institucional do Estado”, ou seja, a “*ossatura*” que permite a separação apenas relativa do mesmo diante das relações de produção; o aspecto *relacional do Estado*, seu papel de condensação da relação de forças em uma sociedade; e a articulação entre o nível político e econômico no âmbito do moderno capitalismo monopolista.

O conjunto desses três debates permite uma nova perspectiva para a cristalização das lutas populares perante a figura estatal capitalista. Separa-se a *ossatura material* (o papel individualizador do direito, a lei moderna, o sufrágio universal, a burocracia, a nação) estabilizadora da especificidade capitalista do Estado das lutas sociais abrindo espaço tanto para a cristalização das mesmas quanto para a observação dos seus limites. Assim como em todas as fases de Poulantzas essa última permite uma relacionada estratégia política: a abertura de espaço para as reivindicações populares no seio do Estado como objetivo de mudanças na correlação interna de forças. Essa posição política e teórica é identificada por Codato:

[...] a capilarização da atividade estatal faz com que o Estado abra-se às reivindicações populares que atravessam de alto a baixo seus aparelhos, induzindo aberturas inesperadas, rupturas internas, conflitos entre os ramos, fraturas entre as cúpulas e as bases etc. São exatamente essas contradições que deveriam ser exploradas no processo de transformação social, seja preservando (e ampliando) as instituições políticas da democracia liberal, um dos requisitos do *socialismo democrático*, seja desenvolvendo, contra as velhas concepções dos Partidos Comunistas europeus, órgãos de democracia direta. Essas oposições dão origem a *novas formas de lutas populares*. Nesse contexto, o objetivo estratégico da esquerda não é mais, ou não é em primeiro lugar, destruir o Estado, mas mudar a correlação de forças internas aso aparelhos do Estado, explorando suas contradições. (CODATO, 2014 pg. 120)

É essa base teórica que possibilita o uso do conceito de “democracia” analiticamente por Poulantzas no seio da tradição marxista. Segundo os clássicos Marx, Engels e Lenin as especificações de “democracia e ditadura” possuem um caráter relativo perante os embates sociais. Como ressalta Motta:

Não há princípio universal de democracia, no entender de Lênin, apoiado nos textos de Marx e Engels, e isso o coloca num campo diametralmente oposto ao de Kautsky. Para o marxismo, a pergunta sobre a democracia seria “*para que classe?*”, e tampouco a ditadura é um conceito geral, já que haveria distinções entre uma ditadura revolucionária em relação a uma ditadura reacionária, ou conservadora. A ditadura não é uma forma de governo. (MOTTA 2014. pg. 120)

Poulantzas questiona a integridade do caráter científico dessa afirmação. Na análise do autor o conceito de *ditadura do proletariado* (que, como explicitado acima, foi resgatado no contexto por Althusser e Balibar) foi apenas uma resposta prática aos problemas conjunturais de Marx:

[...] a ditadura do proletariado foi em Marx uma noção estratégica em estado prático, funcionando ademais como painel indicador. Ela reconduzia à natureza de classe do Estado, à necessidade de sua transformação em face da transição para o socialismo e ao processo de desaparecimento do Estado. Se isso a que ela reconduz permanece real, esta noção teve, conseqüentemente, uma função histórica precisa: a de ocultar o problema fundamental, exatamente o da articulação de uma democracia representativa transformada e da democracia direta na base. Essas são as verdadeiras razões que justificam, a meu ver, seu abandono e não porque esta noção acabe por identificar-se com o totalitarismo stalinista. (POULANTZAS, 2000. p. 260-1)

A construção da proposta do “socialismo democrático” de Poulantzas não deixa de se inserir no escopo do *eurocomunismo*, em sua vertente de esquerda. Sendo uma corrente que sempre recebeu acusações de renovar o reformismo ou de pensar as instituições como neutras no embate social, Motta ressalta que seu desenvolvimento é claramente marcado por uma divisão. Poulantzas, nessa leitura, estaria inserido na vertente crítica ao apologismo dos mecanismos da democracia representativa moderna:

[...] há duas tendências no eurocomunismo, uma de direita e outra de esquerda. A tendência mais à direita tende a ver a transição democrática ao socialismo de gradual a progressiva, baseada numa aliança de classes antimonopolista sob a liderança do Partido Comunista, sem transformação dos aparatos de Estado, jaga vista que os concebe enquanto instituições neutras, no fortalecimento do parlamento no controle sobre o Estado e da economia, e incorporar os sindicatos na formulação do planejamento econômico. Em suma, vê o socialismo democrático como uma longa e vagarosa marcha por meio das instituições da sociedade política e civil. Já a posição de esquerda do eurocomunismo tende a ver a transição como uma longa série de rupturas, com base no nacional-popular numa ampla aliança que envolve tanto os novos movimentos sociais, como também numa aliança de classes

e organizada de modo plural. Além disso compromete-se profundamente com as transformações dos aparatos estatais como parte do processo democrático e na reestruturação do Estado e da economia a partir de uma democracia de base, da autogestão e na unificação de um fórum parlamentar. (MOTTA, 2014. p. 124)

O socialismo democrático em Poulantzas possui uma clara referência à crítica de Rosa Luxemburgo aos caminhos da Revolução Bolchevique de Outubro. O autor ressalta que Luxemburgo, uma figura central da defesa da democracia de base e de conselhos, observou os limites da escolha, por parte de Lenin e Trotsky, por uma exclusividade deliberativa dos *soviets*. Isso acarretaria um engessamento da *criatividade política* da revolução, esmagando a vida política em todo o país. Luxemburgo defenderia, contra esses efeitos, a implementação renovada de liberdades políticas e a manutenção da convocação da Assembleia *Constituinte*. Apenas isso manteria a fecundação mútua das duas formas democráticas. Segundo Poulantzas:

Ora, o que Rosa reprova em Lênin não é sua negligência ou seu despreço com a democracia direta na base, *mas muito exatamente o contrário*: a saber, que ele se apoiou *exclusivamente* nessa última (exclusivamente, porque para Rosa a democracia conselhistas sempre foi essencial) quando eliminava pura e simplesmente a democracia representativa, quando especialmente da suspensão da Assembleia constituinte, eleita sob o governo bolchevique, em benefício apenas dos *Soviets*. (POULANTZAS, 2000 pg. 257)

Portanto a crítica “socialista democrática” de Poulantzas aponta para transformação da democracia nessas duas dimensões, a direta e a representativa. Apenas com a fecundação mútua das mesmas não haverá o retorno da burocracia e a reprodução de relações de produção capitalistas.

O Estado e o capitalismo: a análise dos “microfundamentos da ação” do marxismo analítico

O marxismo analítico também pode ser considerado como um empreendimento de renovação da tradição ampla que, de forma bastante inovadora, aproxima dos pressupostos de uma ciência social tradicional. Suas teorias e metodologias diferem fortemente do comumente estabelecido entre os seguidores de Marx: existe uma abertura para a análise metodológica da ação individual e crítica às metanarrativas dialéticas. Em um balanço crítico, de sua obra e de seus pares, Cohen (2013) reconstruiu as correntes fundamentais dessa escola. O autor afirma que a base filosófica é a “analítica”, crítica do “holismo” tradicional no marxismo. Essa virada permite uma aproximação da metodologia convencional das

ciências sociais, rejeitando a afirmativa de que o marxismo engendra uma base teórica própria e autorreferente. Segundo Cohen:

A metodologia convencional, que tenho em mente, utiliza técnicas intelectuais que foram elaboradas no interior de várias correntes da ciência social e da filosofia ocidentais (e, sobretudo, anglófona) não marxistas. As técnicas em questão são normalmente concebidas como *analíticas* num sentido amplo, pois sua utilização requer e favorece a precisão do enunciado, de um lado, e o rigor do argumento, de outro. (COHEN, 2013. p. 20)

Essa afirmação vai de encontro a tese de que há, no marxismo, um método “distinto e válido” que é, por Cohen, identificado como apologia da “dialética”. O autor acredita que (COHEN, 2013. p. 25-6) “a palavra *dialética* nem sempre tem sido empregada com um significado preciso, ela nunca foi utilizada como o claro objetivo de caracterizar-se como um método rival do analítico [...]”. O método analítico, para o autor, pressupõe que a busca de microfundamentos para ação, por detrás dos amplos movimentos (formações sociais e classes) macroestruturais, que caracterizam o “holismo”.

Cohen afirma que, para além dessa base filosófica, existem três fontes instrumentais para a teoria do marxismo analítico, bem como três autores centrais em sua formulação. (Ibid. pg. 20-1) A primeira, identificada com o próprio autor, é a análise lógica linguística “positivista e pós-positivista”. A segunda é a análise econômica neoclássica, da linha que descende de Smith e Ricardo e que adquire formulação matemática com Walras e Marshall. O tema da economia e da teoria da exploração é trabalho por John Roemer. O terceiro instrumental é o da *escolha racional e dos jogos*. Essas teorias descendem dos pressupostos neoclássicos em sua aplicação a análise política. Jon Elster é utiliza essa base mas também transita nas outras duas.

Existem, contudo, divergências no que se refere às possibilidades de aplicação da análise dos micro fundamentos, na ciência social. Elster (2003) explicita que existem três tipos de explicação na ciência moderna: a causal, a funcional e a e intencional. Para o autor, malgrado sua utilidade em ciências em que os objetos não são racionais como a biologia, a explicação funcional é inadequada para a ciência social. Ela seria uma não explicação pois sempre engendra um efeito circula, de retorno, onde uma estrutura existe sempre pelo benefício de outra que lhe é maior. A explicação adequada para a ciência social é uma combinação da *intencional*, micro fundamentos das ações dos indivíduos racionais, e a causal, para as interações irracionais. Quando as interações são racionais tem-se um caso para a *teoria dos jogos*:

The proper paradigm for the social sciences is a mixed causal-intentional explanation – intentional understanding of the individual actions, and causal explanation of

their interaction. Individuals also interact intentionally. And here – in the study of the intentional inter- action between intentional individuals – is where game theory comes in. The need for game theory arises as soon as individual actors cease to regard each other as given constraints on their actions, and instead regard each other as intentional beings. (ELSTER, 2003 p. 30)

Para Elster o marxismo é pródigo em explicações funcionais, o que transforma seus interessantes *insights* teóricos em especulação. Exemplos dessa afirmativa são as teorias neomarxistas do Estado. Elster afirma que elas resumem-se, no limite, a afirmar que os atos estatais são, em última instância, funcionais para a dominação capitalista:

These neo-Marxist works appear to be guided by the following principles. (i) All actions of the state serve the collective interest of the capitalist class. (ii) Any action that would serve the collective interest of the capitalist class is in fact undertaken by the state. (iii) Exceptions to the first principle are explained by “the relative autonomy of the state.” (iv) Exceptions to the second principle are explained along the lines of Marx in the Eighteenth Brumaire: it is in the political interest of the bourgeoisie that the state should not always act in the economic interest of the bourgeoisie. Needless to say, the effect of the last two clauses is to render the first two virtually vacuous. (Ibid. p. 29)

Como alternativa para essa, a seu ver, infecunda análise Elster propõe o uso da *teoria dos jogos*. Essa perspectiva, com seus pressupostos, permitirá o estudo das estratégias para ação individual em um quadro analítico. Os modelos são diversos, mas podemos considerar que as duas mais amplas categorias são as de cooperação e a de competição. Elster afirma a importância das macroestruturas, como o conceito de classe, se analiticamente elas permitem uma alteração na competição plena entre indivíduos, sobrepujando o problema do *free rider*. Dessa forma explica-se a ação política no nível do indivíduo com referência as categorias mais amplas. Segundo Elster:

Game theory is a recent and increasingly important branch of rational choice theory, stressing the interdependence of decisions. If all violence were structural, class interests purely objective, and class conflict nothing but incompatible class interests, then game theory would have nothing to offer to Marxism. But because classes crystallize into collective actors that confront each other over the distribution of income and power, as well as over the nature of property relations, and as there are also strategic relations between members of a given class, game theory is needed to explain these complex interdependencies.[...] The income distribution that would emerge under perfect competition can serve as a baseline for comparison with the distributions that result when one or both of the main classes behave in an organized and strategic manner. Whether the classes will so behave is itself a question to be decided by game theoretic analysis. I define class consciousness as the capacity

of a class to behave as a collective actor. Operationally, this means the capacity to overcome the free-rider problem. (Ibid. p 31- 3)

Já Cohen (2003) defende que o marxismo não pode prescindir da explicação funcional. Pelo contrário ela é inerente aos pressupostos fundamentais dessa teoria. *A teoria dos jogos*, nessa posição, deve apenas ser uma adição. O marxismo, nessa visão, não se preocupa fundamentalmente com o *comportamento* e sim com as forças que constroem e definem a ação. A entrada das estratégias individuais está na periferia da explicação marxista: itens mais básicos que a ação estão no centro da questão marxiana. A ação estratégica deve ter sua importância deslocada para o momento da ação política mas, quando existe um postulado político mais amplo, está se falando de termos oriundos da explicação *funcional*.

Cohen afirma que a ciência social está em uma fase de desenvolvimento em que a explicação funcional não pode ser obliterada, pois ela conforma muitas *verdades científicas* que ainda não podem ser comprovadas. Usa-se o exemplo da biologia anterior a Darwin que afirmava a existência de mecanismos de adaptação sem poder comprovar os mesmos:

I can illustrate what is at stake by reference to the case of Lamarck and Darwin. Darwin showed how functional facts about the equipment of organisms contribute to explaining why they have it: the answer lies in the mechanism of chance variation and natural selection. Now I claim, and Elster denies, that, before Darwin thereby advanced the science of natural history, the belief that the useful characters of organisms are there because they are useful was already justified, by the sheer volume of evidence of adaptation. The belief was certainly widely held, by people who had no idea how to elaborate it and by others, such as Lamarck, who had what proved to be an unsatisfactory idea of how to elaborate it. And I contend, and Elster denies, that it was a justified belief.[...] Now because I concede that Marxists have not yet produced good elaborations of their functional explanatory theses, I concede that historical materialism is at best in a position like that occupied by natural history before Darwin transformed the subject. But I am not convinced that it has got even that far. For whereas Elster and I disagree strongly about what would confirm functional explanations, we disagree less about whether Marxists have actually produced well confirmed functional explanations. (COHEN, 2003. P. 48-9)

Tendo como base essa formulação teórica, um dos autores que mais desenvolveu o estudo do Estado, no grupo dos marxistas analíticos, é Adam Przeworski. O autor constrói uma crítica das teorias de reprodução estatal do capitalismo, onde a figura de Poulantzas é central, com base nos pressupostos do *individualismo metodológico* supracitado. Przeworski reconhece os méritos de Poulantzas em complexificar a teoria de Estado do marxismo ao pensá-la em sua autonomia institucional relativa. A inclusão da ideia de inevitabilidade do Estado no capitalismo seria uma boa inclusão. Segundo Przeworski: “Poulantzas

argumenta que o capitalismo jamais poderia reproduzir-se sem o Estado. A primeira razão é que as condições não econômicas para a produção não são geradas espontaneamente.” (PRZEWORSKI, 1995. p. 103)

Outro ponto de avanço teórico em Poulantzas seria, segundo Przeworski, o vislumbre do problema do *free rider* mesmo sem recorrer a *teoria da escolha racional*. Isso acontece na abordagem do Estado como aparelho de coesão dos interesses econômicos que dividem a burguesia:

De acordo com Poulantzas, os interesses econômicos dividem a burguesia. Os capitalistas competem entre si: essa é a relação econômica deles. Eles são incapazes de superar sozinhos essa competição e, portanto, são incapazes de agir coletivamente. A reprodução do capitalismo é do interesse da burguesia, mas não dos capitalistas individuais: sem recorrer ao arcabouço da escolha racional, Poulantzas compreendeu que os capitalistas se defrontam com o problema do *carona* na organização de suas ações coletivas. Além disso, a reprodução do capitalismo, particularmente em face à ameaça política da classe trabalhadora, requer sacrifícios econômicos por parte dos capitalistas e, novamente não é do interesse de capitalistas individuais fazer esses sacrifícios. Logo, a tarefa de garantir a reprodução do capitalismo não pode ser assumida pela burguesia; ela só pode ser realizada pelo Estado que age contra as objeções de firmas individuais. Para manter o capitalismo, o Estado precisa ser independente da influência dos capitalistas – essa é a teoria da autonomia relativa do Estado. (PRZEWORSKI, 1995. p. 105-6)

O limite de Poulantzas é, para Przeworski, a ausência de uma análise sistemática das estratégias políticas dos atores, em embate, presentes no cenário. Isso faz com que a “teoria da reprodução estatal do capitalismo” reduza-se a uma enumeração dos atos necessários para que o Estado mantenha o capitalismo (ibid. p. 114). Estaríamos diante de um eterno retorno à explicação funcional já criticada por Elster. Segundo Przeworski (ibid. p. 114): “[...] a dificuldade permanente de qualquer perspectiva funcionalista é por que razão os conflitos entre grupos específicos, em circunstâncias históricas concretas, acabam resultando sempre em Estados desempenhando suas funções”. Falta, segundo sua análise, um quadro teórico permissivo de uma análise sistemática das estratégias adotadas pelos diferentes grupos sociais em momentos concretos da história:

Apesar de os conflitos terem sido introduzidos nas teorias marxistas do Estado por Poulantzas em 1978, os marxistas resistem a adoção de uma linguagem técnica para análise de interações estratégicas.[...] Por conseguinte, apenas recentemente as análises estratégicas do conflito de classes superaram essas resistências. (Ibid. P. 126)

No trabalho *Capitalismo e socialdemocracia* (1989), Przeworski empreende uma

leitura empírica baseada nesses preceitos teóricos. O que pretende é a análise, em termos de estratégias políticas, da escolha das organizações da classe operária pela participação nas instituições da “democracia burguesa” em contraposição às alternativas revolucionárias. Os modelos de opções estratégicas, nesse trabalho, se adaptam ao objeto analisado: individual se tratando de um partido, ou burgueses e operários hipotéticos específicos; coletivo quando se analisa a atividade de classes ou o conjunto maior do povo.

São várias as análises históricas de estratégias adotadas. A primeira é a que tange a participação democrática. Przeworski identifica que o argumento para a participação logo sobrepujou a *dogmática* revolucionária:

[...] a democracia política proporciona aos trabalhadores a oportunidade de defender alguns de seus interesses. A política eleitoral constitui o mecanismo pelo qual todo indivíduo, enquanto cidadão, pode reivindicar seu direito a bens e serviços. Embora como produtores imediatos os trabalhadores não tenham direito legal ao produto, como cidadãos podem obter tal direito via sistema político. [...] Os trabalhadores, em contraste, só podem reivindicar seus direitos coletivamente e de forma indireta, por intermédio de organizações embutidas em sistemas de representação, principalmente sindicatos e partidos políticos. Por conseguinte, a participação é necessária para a efetivação dos interesses dos trabalhadores. Os ideais revolucionários podem impulsionar a história mas não fornecem alimento nem abrigo. (PRZEWORSKI, 1989. p. 24-5)

A escolha pela participação acarretou diversos outros dilemas para a socialdemocracia. Przeworski desenvolveu sua leitura analítica sobre as escolhas entre o “apelo ao operariado ou ao povo amplo” (ibid. p. 41) e a “oposição parlamentar ou coalizão para governar” (dilema só resolvido com o surgimento de uma teoria econômica para a gestão do capitalista, o keynesianismo) (ibid. p.53) Melhor desenvolvida tem-se como exemplo a análise da tendência, de longo prazo, de manutenção do lucro capitalista mesmo com a recorrência de governos pró-trabalho: a base é a vontade geral da sociedade, pois as políticas redistributivas radicais são críticas para os interesses dos assalariados:

Qualquer governo em uma sociedade capitalista é dependente do capital.[...] O compromisso básico entre os socialdemocratas e o capital privado é, portanto, uma expressão da própria estrutura da sociedade capitalista. Já que a propriedade privada dos meios de produção foi mantida intacta passa a ser do interesse dos assalariados a apropriação dos lucros pelos capitalistas. Sob o capitalismo os lucros do presente constituem as condições de investimento e, portanto, da produção, emprego e consumo no futuro.[...] Essa expectativa de que os lucros correntes seriam transformados em melhoras futuras nas condições materiais dos assalariados tornou-se a base do consentimento dado pelos social-democratas ao capitalismo. Os social-democratas contem com o direito dos capitalistas de reter

uma parte da produção da sociedade porque esperam que os lucros apropriados pelo capital sejam poupados, investidos, transformados em capacidade produtiva e parcialmente distribuídos como remuneração a outros grupos. Portanto, esse consentimento fundamenta-se em bases econômicas; é um reflexo dos interesses materiais dos assalariados na sociedade capitalista. (ibid. p. 60-1)

A escolha pela manutenção do sistema, nesse caso, mantém-se como racional perante as dificuldades de um “reformismo forte” onde a crise inflacionária e de reinvestimento retorna em sofrimento para a classe trabalhadora. (ibid. p. 62-3)

Considerações finais

As teorias aqui apresentadas como pretensamente “*científico sociais*” engendram uma ampla crítica aos pressupostos tradicionais do marxismo. A teoria da história e o projeto revolucionário imediato perdem relevância perante a análise concreta das relações sociais e políticas. Mesmo com enfoques distintos, internamente aos blocos de autores e entre os mesmos, uma afinidade temática de fundo é perceptível. Buscamos apreender essa temática no exame dessa amostragem teórica: relação Estado e capitalismo, corpo institucional do Estado, resiliência da democracia, questão da estratégia política (individual e partidária).

Para além desses temas a presente dissertação ressaltou uma questão metodológica e epistemológica mais ampla: as contraposições e confluências, entre o individualismo metodológico e a explicação de cunho coletivo nas ciências sociais. Com um quadro de temas correlatos podemos evidenciar a riqueza que o marxismo, em suas versões não exegéticas, propicia para o recorrente tema do *movimento teórico pendular* nas ciências sociais. (ALEXANDER, 1987)

Referências

- ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 2, n. 4, p. 5-28, jun. 1987.
- ALTHUSSER, Louis. *Por Marx*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- _____. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BALIBAR, Étienne. A retificação do “manifesto comunista”. *Cinco estudos do materialismo histórico - Volume I*. Lisboa: Presença, 1975. p. 101–158.
- _____. *Sobre o conceito de ditadura do proletariado*. Lisboa: Moraes, 1976

- _____. Le concept de “coupure épistemologique” de Gaston Bachelard à Louis Althusser. *Écrits pour Althusser*. Paris: La Découverte, 1991.
- _____. *Sobre o conceito de ditadura do proletariado*. Lisboa: Moraes, 1976
- BOITO Jr., Armando. Indicações para o estudo do marxismo de Althusser. *Novos Temas*, 09, 2014, pg. 153-182.
- _____. O lugar da política na teoria marxista da história. *Estado, política e classes sociais*. São Paulo: UNESP, 2007. p. 39–61.
- CARRILLO, Santiago. *Eurocomunismo e Estado*. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1978.
- CODATO, Adriano. Poulantzas, 1, 2 e 3. *Marxismo como ciência social*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011. p. 93–125.
- COHEN, Gerald Allan. Reflexões sobre o Marxismo Analítico. *A teoria da história de Karl Marx: uma defesa*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013. p. 19–31.
- _____. Reply to Elster on “Marxism, functionalism, and game theory”. *Debates in Contemporary Political Philosophy: an anthology*. London: Routledge, 2003. p 41-53.
- COSTA NETO, Pedro Leão da. Crítica ao conceito de marxismo ocidental. *Crítica Marxista*, n. 38, p. 9–28, 2014.
- ELSTER, Jon. Marxism, functionalism, and game theory: a case for methodological individualism. *Debates in contemporary political philosophy: an anthology*. London: Routledge, 2003. p. 22-40.
- MARX, Karl. *A guerra civil em França*. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- _____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- _____. Introdução à Crítica de Economia Política. *Os pensadores-Marx*. São Paulo: Nova Cultural, 2005a. p. 25–48.
- _____. Prefácio. *Os pensadores-Marx*. São Paulo: Nova Cultural, 2005b. p. 49–54.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MOTTA, Luiz Eduardo. *A favor de Althusser: revolução e ruptura na teoria marxista*. Rio de Janeiro: Gamma; FAPERJ, 2014.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000
- _____. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995
- PROGREBINSCHI, Thamy. *O enigma do político: Marx contra a política moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

QUARTIM DE MORAES, João. Crítica e contracritica do humanismo. *Lutas sociais*, 33, 2014, pg. 74-89.

THERNBORN, Göran. *Do marxismo ao pós-marxismo?* São Paulo: Boitempo, 2012

LEMBRANÇAS DA ILHA DE MARÉ: DIÁLOGOS ENTRE SABERES E FAZERES DE MÃE BALBINA

Marcos Rodrigues

Resumo: O presente texto é uma versão parcial da pesquisa realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia. O objetivo é refletir a relação da memória com as vivências históricas a partir da oralidade em notas etnográficas registradas sobre a Ilha de Maré e a importância de Mãe Balbina, líder religiosa durante várias décadas. A entrevista foi a ferramenta utilizada na coleta dos relatos como elemento metodológico do trabalho de campo.

Palavras-chave: Ilha de Maré; Mãe Balbina; Memória.

Abstract: This text is a partial version of the research carried out by the Graduate Program in Ethnic and African Studies at the Federal University of Bahia. The objective is to reflect the relationship between memory and historical experiences based on orality in ethnographic notes recorded on Ilha de Maré and the importance of Mãe Balbina, religious leader for several decades. The interview was the instrument for collecting the reports as a methodological element of the fieldwork.

Keywords: Ilha de Maré; Mãe Balbina; Memory.

Este texto é parte do trabalho de campo realizado na localidade de Praia Grande, Ilha de Maré, em Salvador (BA), durante o curso de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia¹⁸. A intenção é apresentar um breve panorama sobre o local e sua moradora mais ilustre, Mãe Balbina, conhecida por sua sabedoria e prática religiosa, que marcou época na comunidade local. O fio de discussão sobre o lugar da memória (BOSI, 2003) perante as vivências históricas traz depoimentos orais sobre a trajetória de uma liderança social na referida comunidade. A narrativa que segue é baseada na coleta de informações a partir de entrevistas e no relatório da pesquisa.

Até então, o local fora *locus* de pesquisas nas áreas de Nutrição e Biologia da UFBA,

¹⁸ Versão parcial da Dissertação de Mestrado intitulada *Três Conversas de Barracão em Praia Grande (Ilha de Maré) hoje, assim como no tempo de Mãe Balbina*, defendida e aprovada em abril de 2012, orientada pelo Prof. Dr. Marcelo N. Bernardo da Cunha.

além de estudos ambientais de faculdades privadas e grupos ecológicos¹⁹. Mais recentes, surgiram pesquisas em educação e geografia. Na área social, poucos trabalhos foram além de observação da paisagem e da produção nativa que servem de atrativo ao turismo exótico. E ainda segue a carência de estudos históricos e antropológicos sobre esse entreposto de grande importância econômica no período colonial (OLIVEIRA, 2011; RODRIGUES, 2012)

Objeto de várias outras discussões nas áreas de saúde e ambientalismo, a Ilha de Maré é a segunda em extensão no arquipélago da Baía de Todos os Santos, com quase 14 quilômetros quadrados de área²⁰. Extensão do Subúrbio Ferroviário de Salvador, com uma população negro-mestiça de baixa renda, a Ilha padece da falta de infra-estrutura e de serviços públicos básicos. Apesar de incluída numa Área de Proteção Ambiental (APA) pelo governo²¹ e ser parte do município de Salvador com um grau de poluição acentuado, a ilha está mais próxima e voltada ao Recôncavo, territorialmente falando.

Afastada de Salvador, a partir do terminal de São Tomé de Paripe, por apenas nove milhas náuticas (equivalente a cinco quilômetros), a ilha (fig.1) tornou-se um ponto de atração turística sem muita estrutura ou local de veraneio para visitantes urbanos. Um conjunto remanescente de Mata Atlântica divide a paisagem com mangueiras, coqueirais e bananeiras e compõe um cenário ecológico. O cenário é típico de uma cidade do interior marcado pelo limite das necessidades básicas de vida.

Figura 1 - Mapa de Salvador com a Ilha de Maré (detalhe).

Fonte: Portable Network Graphics

19 Vale destacar SANTOS, Fábio Rodrigo. Práticas Alimentares em Ilha de Maré. Salvador: ENUFBA, 2008; e Caderno Ambiental Ilha de Maré / Rosiléia Oliveira de Almeida, Edinaldo Luz das Neves, organizadores; autores, Adriana Pena Godoy... [et al.]. - Salvador: Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), 2011.

20 Dados da Secretaria Municipal dos Transportes Urbanos e Infra-Estrutura – SETIN informam que a ilha tem exatamente 13,79 km².

21 Decreto Estadual 7.595, de 5 de junho de 1999 criou a Área de Proteção Ambiental (APA) da Baía de Todos os Santos, conforme publicado no Diário Oficial em 9/6/1999.



Com uma população estimada em 6.434 habitantes, segundo o censo de 2010, atualmente a ilha é dividida em oito povoados remanescentes interligados por trilhas. São eles: Botelho, Santana, Praia Grande, Neves, Itamoabo, Bananeira, Porto dos Cavalos e Martelo. Os mais habitados são Santana e Praia Grande. O local tem enfrentado alguns riscos que não são recentes e seguem ignorados, a exemplo da ocupação da Petrobras desde os anos de 1980, considerada uma ameaça à vida da população local, causa de problemas de saúde aos moradores por contaminação e poluição aos manguezais (SANTOS, 2008). Esses elementos, como tantos outros, têm ocupado espaço na imprensa quando ocorre algum fato mais agravante²². Com abordagens que vão desde os problemas rotineiros de transporte, violência, falta de água e saneamento básico, passando por focos de doenças até assistência social e lazer, as reportagens dão uma pequena mostra do cotidiano da população nativa. Todas as necessidades humanas se fazem sentir à medida que adentramos o território da ilha.

A história local tem início marcado pela chegada dos europeus dispostos a explorar a costa do Brasil e exterminar a população indígena tupinambá. Há notícia da existência, já no século XVI, do engenho de propriedade do jesuíta Bartolomeu Pires (SOUSA, 1971), movido à base de tração animal. Oliveira (2011) confirma a sua origem a partir da colonização portuguesa, através do sistema de Capitânicas Hereditárias, sendo seu primeiro donatário Francisco Pereira Coutinho. É uma lembrança que não faz mais parte da memória da população local, embora o direito à memória seja negligenciado na preservação do patrimônio histórico como testemunha de um passado não muito distante (MAIA, 2003). Assim, o saber de uma comunidade está ligado estreitamente à memória social que atravessa o tempo e a falta de conexão com a história coletiva fragmentada pelos ciclos econômicos e pela desassistência social.

22 Reportagens publicadas em versão impressa: jornal A Tarde (14/3/2002; 6/5/2002; 28/7/2003; 13/11/2005; 10/1/2007; 2/3/2008; 29/3/2011; 19/4/2011). Jornal Correio da Bahia (31/8/2004; e 6/8/2005). Também matéria disponível no site <www.bahianoticias.com.br>, acesso em 10 mar. 2010.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a cidade do Salvador respirava os novos ares da República e se adaptava à nova política econômica ainda sob as marcas da cultura escravista. Na ilha, ainda a presença de três engenhos e várias fazendas, conforme o levantamento de Oliveira (2011), para um período de intenso fluxo migratório de escravos fugitivos ou libertos na fase inicial do pós-abolição. O trabalho de Oliveira (2001) indica que a população negro-mestiça se movimentava em busca de novo rumo, emprego, outros espaços geralmente quase nada diferente do cativo. Esse trânsito se dava basicamente através do transporte marítimo.

Desde as primeiras décadas do século XX, a população conviveu com as práticas de cura e rituais caseiros de uma parteira que se instalou na Ilha de Maré, já que não havia serviço público de saúde por lá. Em Praia Grande, o maior dos oito povoados da ilha, local da pesquisa, a história de vida de algumas pessoas possui uma raiz em comum: a finada Balbina²³, tendo em vista a sua importância na região. A construção do trabalho etnográfico requer do pesquisador o movimento de “estar aqui” e “estar lá” (GEERTZ, 2009). Através de conversas informais, foi possível coletar lembranças mais antigas da vida na ilha, certamente não muito diferente de toda a região do Recôncavo.

Possivelmente, foi nesse cenário de transição política e social que Balbina e seu marido Silvano chegaram à Ilha de Maré para fixar residência e se tornar uma liderança popular. A perspectiva desta breve análise hipotética é que sirva como elemento chave para a compreensão da sua história de vida. Uma trajetória, mesmo fragmentada, e singular, que se mostra digna de registro na história da cidade, e até mesmo do candomblé da Bahia. Marcada na memória da comunidade como uma mulher de coragem, sempre ativa, espiritualizada, bem articulada, parteira, curandeira, atuou numa época crítica em que as pessoas portadoras de poderes sobrenaturais eram perseguidas, junto com os terreiros, pelas investidas cruéis da polícia (BRAGA, 1995).

Balbina instalou um terreiro de candomblé em Praia Grande, no alto da Cidade de Palha, na época local de poucos moradores e acesso não muito fácil. Segundo informação de familiares, no pé da ladeira, havia uma gameleira que muitos diziam ser mal-assombrada. E lá em cima, no fim da rua ficava sua casa, de onde era vislumbrar a paisagem marítima, o velejar dos saveiros, o vai e vem de pescadores e quem vinha na sua direção a desafiar a subida. De acordo com os depoimentos orais, era considerada a mãe da ilha. Ninguém sabe dizer quando chegou para lá. Sua origem ainda é imprecisa, em decorrência da escassez de documentação. Daí a memória se constituir um fenômeno a ser explorado através da oralidade, por estar a pesquisa na zona de fronteira entre o dizível e o indizível (POLLAK, 1989) de uma memória social subalterna negligenciada pelo estado dominante. Os moradores mais antigos não hesitam em dizer que a conheceram, tamanho era o seu prestígio na Ilha de Maré e região. Mãe Bina de lansã era única no local, requisitada por todos que precisavam.

23 Balbina Bárbara de Santana, Mãe Bina de lansã, (hoje lembrada como finada Balbina) era uma mulher multifacetada para a época em sua comunidade. Era considerada uma pessoa hábil e dotada de poderes sobrenaturais. Acumulava as funções de líder religiosa, parteira, na médica popular e líder comunitária na região. Grande parte da população da Ilha de Maré nasceu através de suas mãos.

Se quase nada sabemos da ascendência de Balbina, seus descendentes fincaram raiz na ilha. Normalmente as maiores referências são as duas filhas Madalena e Maria Genoveva (Menininha). Também não se sabe ao certo quanto tempo morou na ilha, nem quanto tempo durou seu terreiro, mesmo porque, este ainda foi assumido pela filha Madalena, após o seu falecimento. A especulação deve girar em torno de 50 a 60 anos. Essas informações certamente se perderam na memória dos entrevistados. Memória que parece distanciada e destruída pela própria cientificidade da história, lembrando Hobsbawm (1998).

Conforme análise dos depoimentos, Mãe Balbina parecia ser uma pessoa predestinada no que fazia. Numa localidade onde a cultura política soprava novos ventos, construiu a função do amparo e do cuidado, através de atos de caridade, na medida em que também aumentavam os laços de compadrio. O ofício de parteira é lugar comum na lembrança de todos. O nome de Balbina é marca registrada na vida da comunidade. A ferramenta da entrevista semiestruturada foi aplicada com todos os informantes, o que facilitou muito as respostas e uma boa conversa. Roteiro em mãos, de início as perguntas eram: “A senhora conheceu a finada Balbina? Quem era ela? Qual sua importância na ilha?”.

Ela tinha muita importância aqui na ilha, era uma parteira aqui de mão cheia, ela e... sobre também problema da seita. (...) Antigamente só tinha ela, era a primeira mãe de santo que tinha aqui na ilha.

(ANADE, 2011)

Era ali... era parteira... durante o dia dava banho na criança, a pessoa dava o que queria, não tinha preço estipulado, tá entendendo? agradava ela, era o meio dela... rezar olhado, cobreiro, qualquer coisa que tivesse ia a ela, não piorava. E uma certa feita foi uma pessoa lá, ela olhou, olhou, deu um chá, ela chamou o dono do paciente e disse “olhe respeite o rapaz”. Não tinha mais jeito. Tá entendendo? “Respeite o rapaz!”, ela não quis dizer: “aqui não dou jeito”. E quando ela dava jeito, dava o remédio, pronto (dizia): “depois traga ele aqui” e quando ia lá, já ia bom, trabalhando, e esse ela mandou que respeitasse o rapaz.

(DONA ADELITA, 2011)

Mulheres aqui de parto, menino atrevesado, a pessoa já arquejando já pra morrer, e ela colocava na mão, desvirava o menino, salvava a

pessoa e o menino.

(ANGÉLICA, 2011)

Ela vinha aqui me ver. Meus filho todo foi ela que pegou... Eu só tive uma em salvador porque foi dois, foi mabaço. Foi Marli e Mario. Aí Mario morreu, parto demorado. Demorou esse menino... aí morreu e fiquei com outro, a menina, ela que pegou, ela que me levou pra cidade, lá na Tsylla Balbino, tive lá. Ela fez acho que 51 anos, que ela fez, a mais velha. O menino que morreu. Então ela pegou acho que os filho de todo mundo aqui. Dona Balbina era falada. A gente chamava ela mãe Balbina.

(DONA MARIA, 2011)

Conheci. Era comadre da minha mãe... Ela fazia parto inclusive... sim da minha mãe foi ela que fez de todas minhas irmãs... tenho quatro irmãs.

(DONA JUDITE, 2011)

Ela era uma bela pessoa. Era uma pessoa positiva, ispicia, ela, porque não tinha nada, o que ela botasse a mão podia esperar que ia resolver. Podia ser o que fosse, podia ser esse negócio de esprito, era mulher de parto, ela pegava, tinha vez que tinha pobrema, não podia ter, a Mãe Velha dela chegava, fazia o parto, fazia mesmo, e salvava todo mundo.

(DONA ANGELINA, 2011)

Os depoimentos são precisos não só por se constituírem em documentos de uma memória oral, mas por terem testemunhado fatos acontecidos. A começar pelo depoimento de Anade, é possível observar como são fortes as referências de poder atribuídas à sua avó.

P- Como exemplo de vida, como a senhora via a finada Balbina?

Dento do candombré aqui, todo mundo só procurava minha vó Balbina.

Vinha gente do fim do mundo procurar minha vó Balbina sobre pra fazer parto e sobre o negócio também do candombré.

P- *Algum caso que ela nunca tenha dado jeito?*

É... Sobre o caso do candombré, ela dava o jeito mesmo. Agora sobre da parte do parto, tinha coisas que ela não podia fazer aqui, então ela juntava com a partoriente e ia pra Salvador fazer o parto lá com médico. Ela trabalhava com o médico. A pena dela acho que ela não tinha carteira. O médico dizia a ela: “é pena a senhora não ter... (a carteira)”²⁴

P- *Mas ela tinha conhecimento...*

Tinha, tinha conhecimento, sabia trabalhar, sabia trabalhar e trabalhava com brabo, não é esse negócio que tem aí hoje, essas besteira não, ela trabalhava com o diabo brabo mesmo e tirava.

Vale refletir sobre a onda de lembrança *versus* esquecimento, em que a memória acaba desprovida da investigação sistemática dos seus agentes (MENESES, 1992) e sem o devido tratamento histórico. Há que se valorizar os depoimentos orais como documento. O início da construção do terreiro também é desconhecido. Todos disseram que quando nasceram o terreiro já existia. Portanto, Mãe Balbina negociou, se legitimou, gerou um grupo hierarquizado a sua volta e construiu a sua história no local. Em Praia Grande, todos os entrevistados declararam que quando nasceram, ela já existia, já morava na ilha.

Ela era uma pessoa muito entendida, uma mãe de santo, né?... muito entendida mesmo. (...) Tudo que ela botava a mão, ela dava conta. Pessoa muito, muito entendida...

24 Os profissionais de saúde possuíam um documento oficial de classe.

(DONA JUDITE, 2011)

Era, curadeira mesmo, aquela dali fez muita falta aqui. Gente que ia pro médico, pra Base Naval, quando voltava dizia: “hum não vai chegar nem ao caminho”. Chegava aqui, ia pra mão dela, ela labutava, labutava, botava a pessoa boa, boa mesmo. (...) Era uma mãe de santo, uma curadeira muito boa. (...) O pessoal tinha muita fé. Tudo que ela fazia dava certo, curava as pessoas, gente desenganada do médico e ela curava, botava boa. Ia pra o médico fazia exame tudo, o médico desenganava, vinha pra ela, gente de longe mesmo, não era daqui de perto não. De Passé, de Candeias, de Feira de Santana, de São Francisco do Conde, Caboto... era gente que vinha pra aqui ruim mesmo desenganada do médico, ela curava. Ela era curadeira mesmo, a finada Balbina.

(ANGÉLICA, 2011)

Era zeladora, podia a pessoa ter a doença que tivesse... Clarice, uma prima minha que mora ali, tava com pobrema, levou pra ela, a finada mãe dela levou, fez remédio botou, oh Clarice aí, ficou boa. Não foi pra médico, num foi pra lugar nenhum. Ela curava, curadora mesmo. Curava a pessoa, podia ser doença de médico, pode ser o que for, que ela botasse a mão, você creia em Deus, podia dizer: tava salvo.

(DONA ANGELINA, 2011)

Balbina se notabilizou nas funções de rezar e curar, além de líder religiosa. Como chefe de terreiro, organizava sua grande festa no dia 4 de dezembro para lansã²⁵, atraindo grande número de pessoas até a ilha. Balbina não é só uma memória imaginada. É uma memória testemunhada. O valor desta memória está na proximidade dos informantes com os fatos em questão. A pesquisa reflete a oportunidade de encontrar testemunhos vivos (BOSI, 2003) de um momento pontual que permeia a geração seguinte. Isso facilita a compreensão da oralidade como ferramenta de registro da memória, apesar da estrutura excludente do contexto histórico.

As lembranças de Balbina não foram uma criação coletiva. Poderão gerar uma mitologia no futuro, mas por enquanto mesmo de forma fragmentária, as lembranças são trazidas com precisão e detalhes. O seu poder de cura se estendia a males desconhecidos pela modernidade e a casos

25 Na Bahia é tradição celebrar lansã, divindade regente dos raios e tempestades sincretizada com a Santa Bárbara da igreja católica.

que a medicina convencional não se habilitava a tratar, tampouco curar. Há até quem diga que era uma mulher milagrosa. Seu conhecimento sobre as folhas medicinais era vasto e sobre rezas para qualquer mal, estava ali. Embora o espaço aqui neste trabalho não seja suficiente para todos, os relatos a seguir dão o aval à sua atuação na Ilha de Maré.

Meu marido mesmo quebrou a perna jogando bola, pra dizer, não tinha meio de descer pra cidade, nem nada, era aqui mesmo, ela entalou a perna dele com a tala do dendezeiro e do bambu. Ele levou um bocado de tempo com ela, que quando tirou, tava até ferido. Formou uma ferida que o senhor via o osso. Pra dizer que a carne apodreceu toda, aquela carne, ela pegava a perna dele, Não chorava como menino pequeno, ela cortava aquela carne toda, tirava aquilo, lavava tudo que o senhor chegava a ver esse osso aqui, oh. E ela curou. (...)

Aqui tinha uma criatura que não enxergava. Os olhos dela tava branco, branco, só o senhor vendo, quase não via nem mais aquela sombrinha do preto. Ela curou com crista de galo. Todo dia ela pisava aquela crista de galo botava num pedacinho de pano, espremia aquela água da crista de galo, da folha e colocava. Aquela vermelhidão, aquela embranquição que tava nas vista foi saindo, saindo, que o senhor visse tomava pavor. Quando ela botava, a criatura ficava sentada. Quando pensava que não, a água começava a escorrer, a escorrer... quando via, juntava no canto dos olho aquela massa branca, eu sei que alimpou a vista dela. Ela aí, ia todo dia, ela perguntava: “venha cá, como é que está?” (a paciente respondeu:) “Oh minha velha, eu tô vendo que parece um vurtinho”. Quando foi um dia, ela botou o menino de junto dela, ela (a paciente) fez: “esse daí é fulano”, pronto começou a enxergar. Pergunta a Baia. Isso aqui foi comentado, falado Deus e o mundo veio ver, veio espiar. Ela era curadeira mesmo. (ANGÉLICA, 2011)

Seu nome ainda é lembrado com o carinho de quem a conheceu, seja parente ou não. Os depoimentos são carregados de saudade. Dentre outras informações, cabe lembrar que à função de parteira de Balbina agregou a de madrinha, gerando a legitimidade de sua prática e uma grande legião de afilhados, o que demarcava também a hierarquização da comunidade local através do parentesco e do compadrio.

Seguindo seus passos, quem melhor assumiu os ensinamentos de Balbina foi dona Joana, uma pessoa muito respeitada em Praia Grande, certamente a sua principal herdeira espiritual. Cresceu na família como filha de criação e acabou se tornando seu braço direito nos afazeres

religiosos do terreiro que ficava no alto da Cidade de Palha. Herdou e praticou toda a sabedoria sobre cura e as habilidades de rezadeira e parteira. Enquanto esteve ao lado de Balbina, aprendera e fizera de tudo um pouco. Trabalhava intensamente. Além de ajudante de parteira, dona Joana era uma pequena comerciante de comida típica como mingau, arroz doce e outras iguarias. Quando começou a constituir família, sua vida passou se dividir entre os afazeres da casa de Balbina e os filhos. Ela ajudava sempre em tudo, era uma espécie de mãe pequena, a segunda pessoa da casa. Tudo passava por ela também.

Sua trajetória de curandeira, rezadeira, parteira e mãe de santo tem início na década de 1940, ou até antes. Os familiares não sabem precisar o momento devido a falta de preocupação com esse tipo de registro. Em sua modesta moradia, começou a realizar sessões para Oxossi²⁶ e a coisa foi crescendo devido à procura das pessoas com problemas espirituais e de saúde. Acolhia sempre disposta a atender por caridade. Não cobrava nada de ninguém. Grande conhecedora das folhas e suas utilidades, partejou muita gente e tratou de quem chegou em busca de cura. Mesmo fora da entrevista, outros informantes confirmam a impressão sobre o volume de conhecimento adquirido, a capacidade de acolhimento e saber tratar.

Dona Joana sabia receber quem chegasse à sua porta, desde que se identificasse, claro. Nada de turbante, nem conta no pescoço, nem bata, nem saia longa. Sua roupa diária era um vestido (tipo robe) e um lenço branco amarrado na cabeça, além de calçar um chinelinho leve. A frente da casa nada indica ali ser um espaço sagrado, mas a sua presença já consistia na típica representação, sem nenhum paramento que simbolizasse esse *habitus*. Esse comportamento pode ilustrar o que Bourdieu (1979) define como uma condição humana constituída de práticas estruturantes movidas por tradições. Para o autor, a experiência social do sujeito determina a capacidade de cognição e avaliação ao apreender as coisas do mundo. Assim, concebe que as práticas sociais são traduzidas a partir de preparações identificáveis.

Muito conhecimento acumulado era aplicado apenas em curar o mal passageiro que alguém sentia. Na voz dos familiares, muita gente, em estado de aflição, chegava em busca de cura e ninguém voltava do mesmo jeito. Os filhos costumam dar testemunho dos casos, cuidados por dona Joana, que vinham sem solução de outros lugares. Se fosse o caso de alguém precisar se iniciar, ela dizia: “agora você vai procurar fulano de tal, isso aí já não é mais comigo”. No contexto da cura, dona Joana se dava por contente e sua missão parecia cumprida com aquela pessoa. As duas filhas, Isabel e Nicinha, atestam o grande saber da mãe e que boa parte já se perdeu. Formar uma família de santo nunca foi do interesse. Dona Joana não iniciou ninguém e sempre cuidou de tudo sozinha ou com a ajuda dos filhos em alguns momentos. Por alguns era denominada como “minha enfermeira”, segundo revelou

26 Divindade do candomblé regente das matas na tradição queto e muito popular nos cultos de caboclo.

Isabel em entrevista.

Pessoa de importância reconhecida na sua comunidade, dona Joana tem uma trajetória religiosa e de contribuição social que a simboliza como uma cartilha do saber popular. Dentre suas habilidades, ficou notório o preparo da garrafada, isto é, produto medicinal caseiro para todo tipo de doença, seja física ou espiritual. É do conhecimento de todos na ilha a prática de cura, não só com garrafadas, mas também com reza, banho de folhas e outros procedimentos hoje utilizados pela medicina alternativa.

A Rua do Beco, um dos principais destinos de quem chega a Praia Grande, é onde morava dona Joana. Foi lá que estive algumas vezes como simples visitante, antes do período da pesquisa, ainda sem saber a dimensão da sabedoria que tinha aquela senhora com jeito de avó, conselheira, dona de sua história. Na casa dos 80 anos, não se mostrava cansada. Em nada também parecia ser mãe de 14 filhos. O senso de humor fazia parte do seu perfil. O olhar parecia sempre estar na mira do horizonte. Outrora portadora de uma conversa franca e descontraída, Joana do Nascimento da Encarnação era uma pessoa que gozava do respeito e admiração de todos que tiveram a oportunidade de conhecê-la.

Na atualidade, sua memória encontra-se restrita ao grupo familiar ou, no máximo, ao povo de santo do local. Mais uma vez parece estarmos diante da fronteira do dizível e do indizível (POLLAK, 1989) de uma memória subalternizada e reduzida a uma imagem imposta pelas relações do poder. As entrevistas concedidas demonstram que as informações são circulantes dentro de um limite físico e social, mas nada de forma ostensiva. Sobre o legado da cura, esse aprendizado poderia ter sido bem mais aproveitado pelas filhas de dona Joana. Mas elas próprias confessam que já vieram se dar conta muito tarde da importância desses saberes e fazeres. E ao que parece não foi por falta de aviso nem conselho, pois todas reconhecem que ela ensinava, conforme relatam nos depoimentos.

Por fim, a discussão temática deste texto consistiu em apresentar algumas notas etnográficas da Ilha de Maré entre os diálogos que marcaram a trajetória social da finada Balbina. Seu legado assumido por dona Joana permeia a memória popular chamando atenção para a importância de construção da sua própria história, além das convenções estabelecidas pelas teorias dominantes. Aqui apresentei parte do trabalho feito a partir de depoimentos orais, através da ferramenta da entrevista, durante a pesquisa de campo para efeito de reflexão sobre o lugar da memória e seu distanciamento da história. Assim, esta narrativa se propôs a verificar a importância de Mãe Balbina para a comunidade de Praia Grande e áreas circunvizinhas a partir dos depoimentos coletados como testemunha direta.

Com isso, é possível afirmar a preservação da memória como umas das formas de construir a história mesmo num plano de subalternidade. A expectativa teórico-metodológica pode tornar subjetivos interesses outros além do compromisso ético da pesquisa. Daí, o fato

de não explorar teoricamente os depoimentos por entender o lugar de fala dos entrevistados em favor do conhecimento. Com esse fim, os estudos etnológicos muito têm contribuído no campo das relações étnico raciais, através de ferramentas multidisciplinares para a produção de conhecimento. O trabalho etnográfico não resulta apenas de descrições, mas também da fala do campo.

Este breve relato sobre Praia Grande e a trajetória destacada de Mãe Balbina foi uma indicação para a continuação de outras propostas de estudo ou pesquisa a respeito da oralidade e seu lugar na pesquisa científica. O caminho trilhado segue aberto a outras abordagens etnográficas, relações etnicorraciais e histórias de vida. Um mundo de sabedoria por ser revelado em poder de pescadores, marisqueiras, artesãos, ainda não percebido pelos estudiosos das ciências humanas e sociais. Testemunhos que ainda podem ser encontrados vivos a tempo de não permitir a subjetividade da história de hábitos e comportamentos pelos métodos e teorias da imaginação. Vale lembrar ainda que a ilha ainda permanece carente de debates e estudos na área social em favor de uma melhoria da qualidade de vida da sua população.

REFERÊNCIAS

Fontes orais

Anaildes de Santana (Anade), 75 anos, neta de Balbina. Entrevista concedida em 8/3/2011.

Angélica Pereira Souza, 60 anos, filha de santo de Madalena (filha de Balbina). Entrevista concedida em 10/7/2011.

Angelina Neves de Neves, 76 anos, comadre de Balbina. Entrevista concedida em 7/3/2011.

Belmérica Adelita Magalhães Matos, 82 anos, comadre de dona Joana. Entrevista concedida em 27/7/2011.

Berenice do Nascimento Neves (Nicinha), 67 anos, e Isabel Maria do Nascimento Pacheco, 56 anos, filhas de dona Joana. Entrevista concedida em 11/9/2011.

Judite Ferreira de Jesus, 77 anos, amiga de Balbina. Entrevista concedida em 25/4/2011.

Maria Santana Farias de Carvalho, 70 anos, comadre de Balbina. Entrevista concedida em 26/10/2011.

Bibliográficas

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, Júlio. *Na Gamela do Feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 1995.

GEERTZ, Clifford. *Obras e Vidas – o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2009.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MAIA, Felícia Assmar. *Direito à Memória: o patrimônio histórico, artístico e cultural e o poder econômico*. In: *Movendo Ideias*, Belém (PA), vol. 8, n. 13, p. 39-42, jun 2003.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *História, cativa da memória? - para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 34, p. 9-23, 1992.

OLIVEIRA, Queila. *Ilha de Maré – Espaço, tempo, territórios e identidades*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - UFBA, Salvador, 2011.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos*. *Revista das Edições Vértice*, São Paulo, v.3, 1989, p. 9-15.

RODRIGUES, José Marcos B. *Três conversas de barracão em Praia Grande (Ilha de Maré): hoje, assim como no tempo de Mãe Balbina*. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - UFBA, Salvador, 2012.

SANTOS, Fábio Rodrigo. *Práticas Alimentares em Ilha de Maré*. Salvador: ENUFBA, 2008.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 4ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1971.

MENORES FORA DA LEI: UM BREVE RECORTE HISTÓRICO SOBRE A MENORIDADE NO CONTEXTO JURÍDICO BRASILEIRO: 1890-1940.

Eder Adriano Pereira²⁷

RESUMO: Este ensaio analisa a questão da minoridade no contexto de formação político e social no início da República no Brasil, em especial, por meio de fontes como o escopo de leis dos Códigos: Penal de 1890 e do Menor 1927 que corroboram para o entendimento das mudanças legais que fizeram parte de como o governo republicano idealizou a sociedade moderna que emergia naquele período de amplas transformações sociais, políticas e culturais. Esse paradoxo das leis de proteção ao menor, no contexto de construção do ambiente público e democrático brasileiro na virada do século XIX para o XX, desvela-nos um período em que os discursos elitistas, sobre a massa menor pobre pelo recurso legal e autoritário das leis, configuraram as bases da autoridade estatal sobre as principais características do homem pertencente a uma sociedade de massa, em especial, populares, ou seja, o isolamento, a falta de relações e consciências sociais e de direitos jurídicos formulados para o pleno desenvolvimento da infância

Palavras-chave: Código Penal, Código do Menor, leis, minoridade, autoridade estatal.

ABSTRACT: This essay analyzes the issue of minority in the context of political and social formation in the beginning of the Republic in Brazil, in particular, through sources such as the scope of laws of the Codes: Penal of 1890 and Minor 1927 that corroborate for the understanding of legal changes that were part of how the republican government idealized the modern society that emerged in that period of wide social, political and cultural transformations. This paradox of laws for the protection of minors, in the context of the construction of the Brazilian public and democratic environment at the turn of the nineteenth century to the twentieth, reveals a period in which elitist discourses on the poorest minor mass by the legal and authoritarian resources of laws, configured the bases of state authority over the main characteristics of man belonging to a mass society, especially popular, that is, isolation, lack of social relations and consciences and legal rights formulated for the full development of childhood.

Keywords: Penal Code, Minor Code, laws, minority, state authority.

INTRODUÇÃO

Ao abordar nesta pesquisa as relações de poderes movidas pelas leis, entre e por entre os agentes jurídicos presentes, embaso-me na teoria de Michel Foucault, pois seu posicionamento filosófico e crítico sobre assuntos como o poder, a loucura, as instituições e as identidades humanas, ainda, “continuam a inspirar estudiosos, artistas e ativistas políticos a encontrar modos sem precedentes de construir novas formas de pensar, bem como de destruir velhas certezas ou ilusões confortadoras, como frequentemente se revelam” (OKSALA, p. 07, 2011).

²⁷ Mestre em História pela UNESP. Professor da rede pública de ensino de São Paulo.

Ao utilizar a concepção foucaultiana, em especial, sobre as questões jurídicas das leis pareceu-me uma tentativa de não padronizar ou pré-estabelecer os estudos de Michel Foucault, especialmente por meio de obras como: *A verdade e as formas jurídicas*, *Vigiar e Punir* e alguns textos do livro *Resumo dos Cursos do Colege de France*, mas por meio de uma análise filosófica dentro dos campos históricos, estabelecer nessa pesquisa uma ligação às questões ocultas que formam o presente, principalmente, quando pretendemos discutir sobre questões que envolvem relações de poder e forças entre e sobre os agentes sociais jurídicos expostos, como é o caso dessa proposta dessa pesquisa.

Durante a virada do século XIX para o século XX, a estrutura de Leis brasileira, sofreu diversas modificações e adequações pela intervenção direta de juristas, políticos, militares e médicos da chamada corrente higienista. Tais mudanças legais fizeram parte de como o governo republicano idealizou a sociedade moderna que emergia naquele período de amplas transformações sociais, políticas e culturais.

Essas alterações dentro do contexto sociopolítico e jurídico brasileiro, pós monárquico, interferiram e modificaram as antigas estruturas do aparato legal estatal, o que possibilitou a criação de uma nova Constituição em 1891, pois a anterior, de 1824, seguia as aspirações de uma monarquia de pressupostos coloniais caracterizada pela regulação do poder pelo Imperador, agraciamento de títulos nobiliárquicos a uma parcela da nobreza, direito ao voto a uma minoria elitista e, sobretudo, a manutenção do desumano e arcaico trabalho escravo. Nesse contexto, segundo Raymundo Faoro “o esquema constitucional de 1824, procurava manter a igualdade entre os agentes daquela Monarquia sem democracia e o liberalismo fora da soberania popular”.

Contrária à linha monárquica de política e governo, a constituição de 1891, entre muitos avanços e limitações, representou, sobretudo, os interesses das elites burguesas no campo de atuação no “novo país republicano”. Entre muitas continuidades e mudanças implantou o voto universal para aqueles que se enquadravam como cidadãos para o Estado, entretanto, mulheres, analfabetos e militares de baixa patente permaneceram de fora do processo eleitoral brasileiro. Tal normatização nacional também instituiu o presidencialismo e, garantiu a legitimidade das instituições e leis, as quais foram vitais para a manutenção das “ideologias e dos aparelhos ideológicos do Estado” durante os finais do século XIX e, conseqüentemente, por todo o século XX.

Toda essa conjuntura no primeiro período republicano brasileiro acabou reorganizando as noções e relações de público e privado nos ambientes urbanos, provocando novos estímulos interpessoais e tecnológicos, além de inaugurarem novas formas de sociabilidade e hierarquias sociais, ou conforme Nicolau Sevcenko, “corroendo os últimos resquícios de

um mundo estável e um curso de vida que as novas gerações pudessem modelar pelas antigas”. (SEVCENKO, 1992, p.162)

Nesse contexto de modernidade, o Código Penal Republicano de 1890, regulamentado às pressas para com esse fim, substituir o antigo Código Penal Monárquico de 1830, permaneceu como documento máximo jurídico sobre as bases das leis brasileiras por cinco decênios, 1890 a 1940. Durante esse período articulou, principalmente, sobre vários segmentos populares, os ideais morais de uma sociedade oligárquica e arraigada, até então, a uma estrutura agrária onde, “o passado escravista, ainda recente, palpitava nos tratos sociais e na atitude discricionária, brutal das autoridades, conferindo às relações hierárquicas um acento lancinante, quando não atroz”. (SEVCENKO, 1998, p.31.). Convém ressaltar, que tal código de leis, só foi reformulado e modificado em 1940 durante o período, denominado Estado Novo, este marcado pela figura central do presidente Getúlio Vargas.

A linguagem subjetiva do Código de 1890, acessível somente a uma elite letrada, priorizou e manteve durante as primeiras décadas do século XX, os privilégios desse grupo, os quais souberam interpretar, fazer uso e aplicação das leis conforme os mais diversos interesses e sobreposições de forças sobre as classes populares. A respeito dessa sobreposição de forças e interesses jurídicos que um determinado grupo exerce a outro, Pierre Bourdieu (2007) nos referencia que:

[...] o campo judiciário é um espaço social organizado e regulado pelas mãos de e entre profissionais que atuam por procuração e que “têm de comum o conhecer e o reconhecer da regra do jogo jurídico, ou seja, das leis escritas e não escritas do campo, mesmo quando se trata daquelas que é preciso conhecer para vencer a letra da lei [...]”. (BOURDIEU, 2007, p. 229).

Vale lembrar que o aparato de leis exposto no Código Penal Republicano de 1890, vigorou sobre uma sociedade que, dois anos antes, havia saído de um processo escravocrata, ou seja, uma nova massa popular negra e mestiça, mesmo que timidamente, na virada do século XIX, começava a interagir com os chamados cidadãos tradicionais das grandes e pequenas cidades brasileiras. De acordo com Lídia Possas (apud SARTORI, p. 30, 2011):

[...] a promulgação da República foi produzida, segundo os preceitos europeus, que nesse momento confirmavam sua hegemonia no mundo, através da ocidentalização dos padrões sociais de uma burguesia liberal, assimilada principalmente, pelos segmentos letrados e brutalmente imposta aos representantes do mundo do trabalho operariado.

Nesse contexto, a ordem jurídica brasileira acompanhou e colaborou para as

mudanças ocorridas no período inicial republicano, sobretudo, articulando com o aparato estatal o poder de vigilância e conduta ideal civil pela imposição e aplicação das leis.

O Código de 1890: Uma Cruzada jurídica pela moralidade dos costumes na “nova República”

Dentro do plano político judiciário brasileiro podemos expor que o Código Penal de 1890 extrapolou os limites da jurisprudência, sobre as mais variadas formas de enquadramentos sociais, das penalidades e dos crimes na “nova República”. Foi para a elite oligárquico/burguesa, um importante instrumento legal de disseminação ideológica, valorizado na disciplina social e também na reorganização do trabalho e da mão de obra pelo modo de produção capitalista, “já que não mais se poderia acorrentar o trabalhador ao local de trabalho” (ABREU, p. 291). Nesse sentido, instaurava-se na recém formada República um ideal de jurisprudência, não somente orientado para definir a responsabilidade penal dos indivíduos, mas para regradar pelas práticas e representações do discurso jurídico, via Estado elitista, àqueles que pertenciam às classes populares, sobretudo, por meio de normas de condutas morais rígidas e, pautadas nos ideais de higiene social, trabalho contínuo e costumes ordeiros. Sobre isso, Abreu (p.21) nos indica que:

Para muitos juristas, médicos e políticos preocupados com a reforma e a moralização dos costumes populares, realizar esta tarefa era um enorme desafio, posto que consideravam os populares em geral, os negros em particular, como portadores de supostos vícios da pobreza e da escravidão, tais como, à propensão a doença, à falta de hábitos de poupança, a tendência à ociosidade, a não preocupação com a educação dos filhos e, por extensão, a não valorização dos laços de família, do casamento e da honra feminina.

Sobre a moralização dos costumes populares, no período inicial da Primeira República, surge como uma das preocupações das políticas públicas e jurídicas do novo governo, a questão do controle e assistência sobre a *menoridade*, especialmente, delinquentes, abandonados, libertinos e todos aqueles que não sustentavam o perfil do padrão de “honestidade e moralidade”, daquela sociedade imaginada por juristas, médicos, políticos e militares. Ideais estes, retirados e acompanhados pelas transformações da jurisprudência internacional, como as legislações dos Estados Unidos, França, Alemanha e Inglaterra.

Não podemos negar que o Código Penal de 1890 significou um avanço em muitas questões jurídicas do Estado Brasileiro, no entanto, o tratamento legal oferecido à algumas clientelas, entre elas, menores, continuou vigorado sobre antigos ideais repressivos, principalmente, legitimados pelos discursos de muitos juristas que, utilizando-se das

expressões, menor e menoridade, determinaram o fator da idade “como um dos critérios que definiam a responsabilidade penal destes indivíduos pelos seus atos.” (LONDOÑO, p.130). Assim, conforme o exposto, prisões e casas de acolhimento, em finais do século XIX e, durante os dois primeiros decênios do século XX, condicionaram indiscriminadamente, em suas celas e cômodos insalubres, criminosos adultos e crianças acometidas pelo estado de vulnerabilidade, com o mesmo rigor e tratamento punitivo. Uma infância caracterizada e identificada, sobretudo, pelo pertencimento às classes mais populares, em sua maioria, de cor negra, sem instrução e filhos de pais que não formalizavam a tradicional família nuclear burguesa.

Notícias criminais protagonizadas por menores nas capitais brasileiras, como as a seguir, eram corriqueiras na imprensa brasileira no início do século XX. No ano de 1914, o Jornal “Gazeta de Notícias” da Bahia, estampou em sua primeira página, a visão que se atribuía a figura do menor que cometia delitos no espaço urbano:

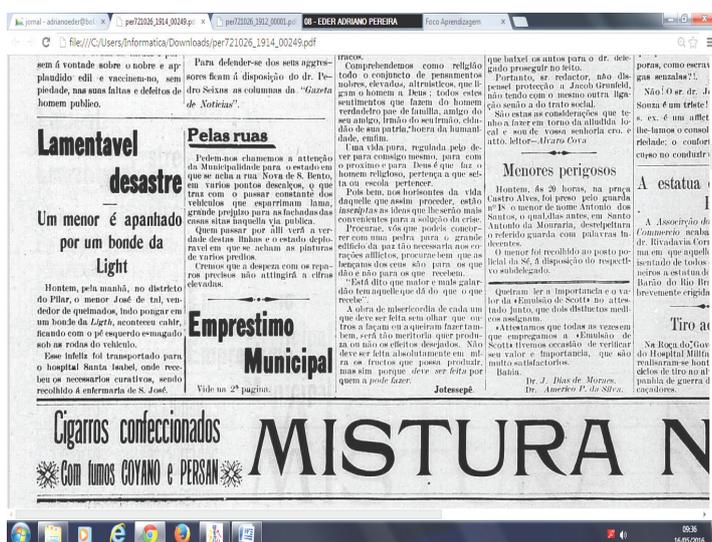


Figura 1: Recorte da 1ª página do Jornal “Gazeta de Notícias” – julho/1914 – Fonte: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca>.

No ano 1915, o jornal carioca *A Noite* noticiou: “O juiz da 3ª Vara Criminal condenou a um ano e sete meses de prisão um delinquente de 12 anos de idade pelo crime de furto e, por portar “objetos/instrumentos” que o qualificava como menor infrator”.



Notícias sobre prisões de menores eram comuns, como a publicada pelo jornal A Noite em 6 de março de 1915

Figura 2: Recorte da 1ª página do Jornal “A Noite” – junho/1915 – Fonte: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca>.

Outro caso envolvendo a menoridade que chamou a atenção da opinião pública e da imprensa no período da Primeira República, quanto ao encarceramento de menores em prisões, foi o ocorrido em 1926, na cidade do Rio de Janeiro, o qual ficou conhecido como “Caso Bernardino” e descrito assim pelo recém criado *Jornal O Globo*:

Um engraxate de 12 anos se irritou, em 1926, com um cliente que se recusou a pagar por um serviço feito nas ruas do Rio de Janeiro. O menino Bernardino teria atirado tinta nessa pessoa, o que acabou rendendo a ele quatro semanas de prisão. Na cela, o garoto foi brutalmente violentado por 20 adultos, segundo notícia do *Jornal do Brasil*. Os repórteres do jornal encontraram o menino na Santa Casa “em lastimável estado” e “no meio da mais viva indignação dos seus médicos”. A veiculação do caso causou uma polêmica forte na época e iniciou uma discussão pública que chegou às altas rodas do Congresso e também do Palácio do Catete, a então sede do governo federal.



Figura 3: Recorte do Jornal “O Globo”. 20 de fevereiro de 1926. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica>. Acessado em: 12 de março de 2014.

Esse meio de regulação vigiada, exposto pela imprensa sobre a minoridade popular, estava legitimado sobre as teorias de muitos juristas daquela época. Homens como o Dr. Tobias Barretto de Menezes, autor da obra “*Menores e Loucos*”, atribuía que o problema da criminalidade realizada pelo menor, não poderia situar-se puramente pelo fator da aplicação da lei pela idade, mas o que o estimulava ao delito, era a falta de instrução. No entender do jurista, a minoridade penal deveria estender-se até os 18 anos, principalmente, “pelas condições em que se encontra esse país sem gente” (Tobias Barretto de Menezes, 1884). Fica claro na exposição e concepção do jurista Tobias Barreto, a preocupação com a qualificação do menor, em especial, ocupando-o “na ressocialização do ambiente fabril” (FAUSTO, 1994). Assim, o menor foi definido por uma consciência pré-concebida, pautada na dualidade do bem e do mal, esta, por sua vez, determinada pela questão da instrução ou não do menor.

A preocupação jurídica causada pela questão do menor, exposta no Código Penal de 1890, mostrou-se totalmente estruturada sobre medidas coercitivas e de vigilância extrema, especialmente, a aqueles que perambulavam a deriva, pelas ruas dos grandes centros urbanos. Nesse sentido, segundo Londoño (p.138) juristas como Alvarenga Neto e Lemos Britto, apontavam em seus estudos, às configurações das ruas e as novas formas de aparência de vida na chamada Modernidade, a legitimidade para a restauração de formas de autoridades tradicionais sobre a minoridade e outros perfis sociais.

Vistos como futuro humano e industrial, na e para a concretização da Modernidade no Estado republicano brasileiro, a questão da infância, principalmente, aquela proveniente das classes populares, figurou como uma das principais preocupações das autoridades brasileiras na virada do século XIX para o XX. No entanto, não era nítida, ainda, a convicção

pelas autoridades de que os menores, dentro daquele atribulado contexto político e social, não eram somente réus, mas vítimas, sobretudo, de uma sociedade coercitiva e moldada sobre valores elitistas, os quais não eram condizentes, alcançáveis e legíveis as percepções e compreensões de uma classe popular pobre, sem instrução, discriminada e tratada pela esfera estatal, de modo verticalizado. Complementar a isso, Fernando Torres Londoño (p.138) nos complementa que:

[...] mesmo sendo claro que no discurso dos juristas e dos novos especialistas em “crianças abandonadas” o menor abandonado foi definido como um perigo para a futura sociedade foi crescendo, aos poucos, a convicção de que o mesmo era também uma vítima.

Essa ambiguidade entre a culpabilização ou não do menor colaborou para que emergisse uma política estatal de tratamento e controle sobre a menoridade totalmente paternalista. Esta por sua vez, pelo uso do discurso das autoridades como, “os menores são o futuro da Nação”, disseminou no meio social brasileiro, ideais positivistas centrados na manutenção de uma “Nação Moderna”, onde a figura infante juvenil deveria ser educada e saneada dentro dos moldes moralizantes, daquele contexto de sociedade burguesa. Contexto esse, o qual se espalhava mundialmente, pelas ideologias e interesses das grandes nações já industrializadas e moralmente civilizadas pelo trabalho capitalista.

O paradoxo das leis de proteção ao menor, no contexto de construção do ambiente público e democrático brasileiro na virada do século XIX para o XX, desvela-nos um período em que os discursos elitistas, sobre a massa menor pobre pelo recurso legal e autoritário das leis, configuraram as bases da autoridade estatal sobre as principais características do homem pertencente a uma sociedade de massa, em especial, populares, ou seja, o isolamento, a falta de relações e consciências sociais e de direitos jurídicos formulados para o pleno desenvolvimento da infância.

Neste resumido recorte temporal, delimitado pelo Código Penal de 1890, em especial na virada do século XIX e XX, observamos não somente, as transformações dos valores sociais, políticos, mas também, percebemos uma nova percepção sobre o tratamento legal e moral oferecido às novas demandas sociais, como a menoridade pobre e vulnerável, disposta nas ruas das capitais e em muitas outras categorias de cidades brasileiras.

Amparados pela corrente higienista, as autoridades brasileiras elegeram as ruas como o lugar público mais propício ao aparecimento dos futuros delinquentes e criminosos. Portanto, é visível que a preocupação da esfera Estatal, no contexto aludido, centrava-se em moldar o caráter do menor, influenciando-lhe os princípios da moralidade burguesa. No entanto, dentro dos mesmos princípios de moralidade, fizeram com que outras naturezas de crimes, cometidos contra a figura do menor, em especial, do gênero feminino e pobre,

como, os crimes de defloramento, estupro e posteriormente, sedução de menor, fossem tratados de forma secundária ou de menor relevância pelas autoridades brasileiras durante o século XX.

De fato, os discursos jurídicos estabelecido nos canônicos artigos do Código Penal de 1890 refletiram nos ideários de massificação social do menor, postulando-o fora de uma singularidade de proteção legal e criteriosamente educativa, onde sobre isso, Faleiros (1995, p. 49) nos esclarece que:

As propostas e encaminhamentos de política para a infância fazem parte da forma como o Estado brasileiro foi se constituindo ao longo da história, combinando autoritarismo, descaso ou omissão para com a população pobre com clientelismo, populismo e um privilegiamento do privado pelo público, em diferentes contextos de institucionalidade política e de regulação das relações entre Estado e sociedade.

Nesse contexto, o aparelho estatal jurídico articulou sobre suas normatizações o tratamento ofertado àqueles aos quais qualificava socialmente como diferentes ou iguais, ou seja, a menoridade vulnerável pertencente às classes populares. Pois como o próprio termo, *menor*, supunha, não detinham direitos legais e de cidadania perante aquela sociedade. Com isso, observa-se uma característica latente do jogo normativo do Estado patriarcal, sobre o ambiente das relações discursivas da menoridade, ou seja, o domínio sobre a condição sócio jurídica e infanto-juvenil dos mesmos. Domínio este, também presente em outras legislações jurídicas as quais complementaram ou substituíram o Código Republicano de 1890, como a Consolidação de Leis Penais, o Código do Menor de 1927 e também, posteriormente, o Código Penal do Estado Novo, em 1940.

Vale lembrar, que o estudo historiográfico sobre fontes jurídicas como os códigos de leis, processos, inventários e outros documentos legais também procuram enfatizar as dimensões sociais, políticas e culturais exercidas por aqueles que se concentram no e sobre o poder, principalmente, pela participação das elites, na qual estão sempre relacionados com as transformações nas instituições, sobretudo, na regulação da vida em sociedade nos mais diferentes períodos.

A questão da menoridade no Código do Menor de 1927: Entre o vigiar e punir.

O Código do Menor de 1927 foi estabelecido no território brasileiro, como um dispositivo autônomo ao Código Penal de 1890. A partir da sua instituição, o Estado tomava para si a responsabilidade de proteção e vigilância sobre alguns perfis da menoridade, sobretudo, singularizando a vigilância e a aplicação da lei aos intitulados: abandonados,

delinquentes, libertinos e outros em situações de risco.

Esse primeiro documento sobre a infância no Brasil, também intitulado de *Código Mello Mattos*, em alusão ao seu formulador José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, veio à tona sobre um momento decisivo de organização e disciplina da população brasileira, ou seja, os dois primeiros decênios do século XX, onde a ideologia do *Estado do Bem Estar Social Público* se instaurava sobre os alicerces de uma velha e burocrática república.

Esse “novo” aparato de leis, entre muitas medidas, ocasionou a ascensão na jurisprudência brasileira de um novo personagem jurídico, ou seja, o juiz de menor. Essa nova autoridade estatal substituiu os antigos papéis dos juízes criminais.

Surgindo uma Vara Especializada, os menores enquadrados como ‘irregulares’ passaram a ser objeto do direito brasileiro, recebendo tratamento diferenciado, com preocupações de “correção e vigilância” (AZEVEDO, p. 15, 2007). Sobre esse papel do juiz de menor, para as questões da infância, podemos perceber pelos artigos, 7 (sete) e 8 (oito) (CM/1927), o quanto esses magistrados tinham em suas mãos o poder de decisão e intervenção sobre essa clientela e, caso fosse necessário, sobre suas famílias:

Art. 7º À autoridade judiciária competirá exercer diretamente, ou por intermédio de servidor efetivo ou de voluntário credenciado, fiscalização sobre o cumprimento das decisões judiciais ou determinações administrativas que houver tomado com relação à assistência, proteção e vigilância a menores. Parágrafo único. A fiscalização poderá ser desempenhada por comissários voluntários, nomeados pela autoridade judiciária, a título gratuito, dentre pessoas idôneas merecedoras de sua confiança.

Art. 8º A autoridade judiciária, além das medidas especiais previstas nesta Lei, poderá, através de portaria ou provimento, determinar outras de ordem geral, que, ao seu prudente arbítrio, se demonstrarem necessárias à assistência, proteção e vigilância ao menor, respondendo por abuso ou desvio de poder.

Assim, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, houve diversas modificações e adequações do termo menor no vocabulário jurídico e político brasileiro, onde segundo o historiador Fernando Torres Londoño (p.129), a partir de 1920 “a palavra menor passou a referir e indicar a criança em relação à situação de abandono e marginalidade, além de definir sua condição civil e jurídica e os direitos que lhe correspondem”.

Nesse contexto, o Código do Menor de 1927, reposicionou o sujeito menor dentro de uma esfera singular de tratamento, onde o Estado tomava para si, a responsabilidade sobre a comunidade de menores que se espalhavam cada vez mais pelos centros das cidades brasileiras. Estas que por sua vez, passavam por uma ampla remodelação espacial e arquitetônica, promovida pela urbanização, industrialização e, recebia nesse momento histórico, pós Primeira Guerra Mundial, uma massa cada vez mais crescente de imigrantes,

sobretudo europeus.

É nesse momento decisivo de reorganização política, social e cultural do território brasileiro que emerge pelas linhas do Código de 1927, um dispositivo legal de controle e qualificação da massa popular de menores como: abandonados, mendicantes, delinquentes, vadios e libertinos.

O Código do Menor de 1927, ao promulgar a vigilância e a correção estatal às causas da infância pobre, permitiu às autoridades, principalmente, policiais e voluntários sociais, que a repressão, a constante vigilância e a internação compulsória em abrigos, decaíssem legitimamente sobre esses perfis de menores, cada vez mais crescentes nos espaços urbanos das cidades brasileiras.

Complementar ao exposto, sobre o tratamento jurídico dado a essa clientela, o Código do Menor especificava em alguns de seus artigos, segundo os capítulos I e VIII que:

CAPITULO I - DO OBJECTO E FIM DA LEI

Art. 1º O menor, de um ou outro sexo, **abandonado ou delinquente (Grifo meu)**, que tiver menos de 18 annos de idade, será submettido pela autoridade competente ás medidas de assistencia e protecção contidas neste Codigo.

CAPITULO VIII

DA LIBERDADE VIGIADA

Art. 92. A liberdade vigiada, consiste em ficar o menor companhia e sob a responsabilidade dos paes, tutor ou guarda, ou aos cuidados de um patronato, e sob a vigilancia do juiz, de accôrdo com os preceitos seguintes.

1. A vigilancia sobre os menores será executada pela pessoa e sob a forma determinada pelo respectivo juiz.
2. O juiz póde impor as menores as regras de procedimento e aos seus responsaveis as condições, que achar convenientes.
3. O menor fica, obrigado a comparecer em juizo nos dias e horas que forem designados. Em caso de morte, mudança de residencia ou ausencia não autorizada do menor, os paes, o autor ou guarda são obrigados a prevenir o juiz sem demora.
4. Entre as condições a estabelecer pelo juiz póde figurar a obrigação de serem feitas as reparações. indemnizações ou restituções devidas, bem como as de pagar as custas do processo, salvo caso de insolvencia provada e reconhecida pelo juiz, que poderá fixar prazo para ultimação desses pagamentos, tendo em attenção as condições economicas e profissionaes do menor e do seu responsavel legal.
5. A vigilancia não excederá de um anno.
6. A transgressão dos preceitos impostos pelo juiz é punivel: a) com multa

de 10 a 100\$ aos paes ou autor ou guarda, si da sua parte tiver havido negligencia ou tolerancia pela falta commettida; b) com a detenção do menor até oito dias: c) com a remoção do menor.

Art. 93. O liberado, juntamente com o seu responsavel, assignará um termo, do qual constarão as condições do livramento.

Art. 94. A liberdade vigiada será revogada, si o menor commetter algum crime ou contravenção que importe pena restrictiva da liberdade, ou si não cumprir alguma das clausulas da concessão. Em tal caso, o menor será de novo internado, e o tempo decorrido durante o livramento não será computado. Decorrido, porém, todo o tempo que faltava, sem que o livramento seja revogado, a liberdade se tornará definitiva.

Art. 95. A liberdade vigiada, será concedida por decisão do juiz competente, ex - officio ou mediante iniciativa o proposta do director da respectiva escola, o qual justificará em fundamento relatorio a conveniencia da concessão della.

Art. 96. O juiz explicará ao menor, bem como a seus paes, tutor ou guarda, o character e o objecto dessa medida.

Art. 97. Si a familia do menor ou o seu responsavel não offerecer sufficientes garantias de moralidade ou não puder occupar-se delle, deverá este ser collocado de preferencia em officina ou estabelecimento industrial ou agricola. sob a vigilancia do pessoa designada pelo juiz ou de patrono voluntario acceito por este; sendo lavrado termo de compromisso, assignado pelo juiz, o menor, o vigilante, ou patrono, e o chefe de familia, officina ou estabelecimento.

Art. 98. A pessoa encarregada da vigilancia é obrigada a velar continuamente pelo comportamento do menor, e a visital-o frequentemente na casa ou em qualquer outro local, onde se ache internado. Não póde, porém, penctrar á noite nas habitações nem o consentimento do dono da casa. Quem impedir o seu licito ingresso será punido com as penas dos arts 124 e 134, do Codigo Penal.

§ 1º Deve tambem fazer periodicamente, conforme lhe fôr determinado, e todas as vezes que considerar util, relatorio ao juiz sobre a situação moral e material do menor. e tudo o que interessar A sorte deste.

§ 2º Em vista das informações do encarregado da vigilancia, ou espontaneamente, em caso de máo comportamento ou de perigo moral do menor em Liberdade vigiada, assim como no caso de serem creados embaraços systematicos vigilancia, o juiz póde, chama: á sua presença o rmenor, os paes, lutor ou guarda, para tomar esclarecimentos e adoptar a providencia que convier.

Art. 99. O menor internado em escola de reforma poderá ubter Liberdade vigiada, concorrendo as seguintes condições: a) si tiver 16 annos completos; b) si houver cumprido, pelo menos, o mínimo legal do tempo de internação; c) si não houver praticado outra infracção; d) si fôr considerado normalmente regenerado; e) si estiver apto a ganhar honradamente a vida, ou tiver meios de subsistencia em quem lhos ministre; f) si a pessoa ou familia, em cuja

companhia tenha de viver, fôr considerada idonea, de modo que seja presumive não commetter outra infracção.

Art. 100. Além do caso do artigo anterior, o juiz ou tribunal póde pôr o menor em liberdade sempre que julgar necessario á segurança ou moralidade do menor.

Diante dos artigos expostos no capítulo *VIII – DA LIBERDADE VIGIADA*, nota-se nas entrelinhas de seus discursos, que o tratamento jurídico ofertado pelo aparato estatal centralizou para si a responsabilidade de vigilância dos menores, qualificados, a partir do Código do Menor de 1927 como, abandonados, delinquentes, vadios e libertinos. Em nenhum momento fomentou pela via institucional a restauração familiar e educacional dos mesmos. Ao contrário, promoveu a burocratização das relações sociais pela figura externa das autoridades fiscalizadoras. Simbolizadas, sobretudo, pelo poder de inspeção, julgamento, punição, remoção e privação dos “corpos” em casas de ressocialização ou *estabelecimentos industriais ou agrícolas*. (Art. 97 - CM/1927).

Vale lembrar, que muitos menores nesta época, ou seja, primeiros decênios do Século XX encontravam-se sem amparo familiar, o que os conduzia a condutas impróprias como: a mendicância, vadiagem, prostituição, delinquência e outras naturezas de crime no espaço urbano. Nesse sentido, a repressão e a violência policial incidiam sobre os chamados maiores e menores sem distinções de atos ou idades.

Elaborado unicamente para o controle, internação e vigilância da infância “abandonada e dos delinquentes de ambos os sexos, menores de 18 anos” (CÓDIGO DO MENOR/art.1°), tornou-se, apesar dessa configuração repressiva, o primeiro documento legal a oferecer um tratamento mais sistemático e singular à clientela menor, consolidando normas confusas anteriores e prevendo, pela primeira vez, a intervenção estatal nesta especificidade humana e social, onde não era razoável que estas “crianças problemas” ficassem sem assistência estatal e sem alguma proteção jurídica.” (AZEVEDO, 2003, p.03).

Ao que tudo indica, as questões sobre a jurisprudência, que pudesse sustentar uma política de assistência ao menor, por diversos momentos esteve na pauta das críticas da época da Primeira República, pois, no final do século XIX, o então senador Lopes Trovão, um entusiasta paternalista pelas causas da infância, proferiu o seguinte discurso sobre essa centralização sobre a menoridade: “Ao Estado se impõe lançar olhos protetores, cuidados corretivos para a salvação dos pobres menores que vagueiam a granel, provando nas palavras e nos atos que praticam não ter família” (WESTIN, 2015). Entretanto, as mudanças protetoras e corretivas sobre os menores só se tornaram efetivamente modificadas com a implantação do Código do Menor de 1927, o qual:

[...] legislava sobre as crianças e adolescentes menores de dezoito anos que

estivessem em estado de abandono. O código de menores de 1927 qualificava os menores segundo a sua conduta: “expostos” eram os menores de sete anos, os menores de dezoito anos eram considerados “abandonados”, os que esmolassem ou vendessem pelas ruas eram classificados de “vadios” e os que frequentassem prostíbulos recebiam a denominação de “libertinos”. O Código aboliu definitivamente a “teoria do discernimento” e dessa forma, os menores de quatorze anos passaram a ser considerados inimputáveis. (FERREIRA, 2008, p.11)

Pelas concepções daquela jurisprudência, o Estado republicano brasileiro fundamentou suas intervenções sobre a menoridade abandonada de forma repressiva e classificatória, onde, foi possível mapear e projetar esquemas de vigilância sobre uma massa popular, que fazia das ruas dos centros urbanos, um cenário explícito das desigualdades sociais. Assim, o menor vulnerável, como os estereotipados no Código de 1927 “enquadrava a grande maioria das crianças e adolescentes brasileiras como passíveis de medidas preventivas, pelo simples fato de serem pobres” (Azevedo 2007, p.33) e, tratados pela lei brasileira como um pesado fardo social. Frutos da degradação moral e dos costumes tradicionais nas famílias das classes populares.

Embora possamos situar os Códigos de 1890 e o Código do Menor de 1927, como aparatos de leis de características pautadas na repressão, vigilância e punição da menoridade pobre brasileira, não podemos esquecer que o Código Penal de 1940, com Getúlio Vargas no poder, não fez muito para mudar tais configurações, onde, “assistir à infância era, principalmente no Estado Novo, uma questão de defesa nacional” (RIZZINI apud FERREIRA p. 09). Manteve ainda, muito dos ideais moralizantes de controle penal-social sobre a massa de crianças que circulavam vulneráveis pelas cidades brasileiras. Promoveu cada vez mais a identificação e delimitação pela aplicação da lei, separando, “gente honesta de gente delinquente”. (FAUSTO, p. 132, 1984).

Nesse sentido, contextualizar o escopo de leis sobre o tratamento legal a menoridade nos primeiros decênios da República brasileira, permite-nos analisar uma época rica, sobre o que o historiador Roger Chartier problematizou como “práticas e representações”, principalmente, sobre a aplicação da lei naquela nova especificidade política, social e cultural de sociedade republicana. Assim, a figura e a questão do e sobre o menor, nessa nova configuração de sociedade e cidadania, permitiu pela vigência dos Códigos de leis expostos, um novo modo de ver e fazer jurídico, dicotômico ao que se pregava no período monárquico sobre tal clientela.

Há de convirmos, que essas novas práticas e representações jurídicas sobre a infância brasileira no período delimitado dos Códigos de 1890 e aos que figuraram em

boa parte do século XX, como o CM de 1927, reformulado em 1979, no Brasil, foram acompanhados por correntes de ideias que sustentavam outra mentalidade de relações humanas, políticas, econômicas, sociais e culturais. Ideais estes, liberais e positivistas europeus e americano, pulverizados, estrategicamente, por uma sociedade ideal burguesa e simbolizada, sobretudo, pelo lastro da modernidade.

Menoridade, trabalho e ressocialização.

Sobre a questão do trabalho, presente no Código do Menor de 1927, verifica-se que o mesmo agravou e revogou alguns dispositivos sobre o trabalho infantil, presentes no Código Penal de 1890, como por exemplo, o respeito à idade mínima de doze anos para inserção da menoridade nas fábricas. No entanto, jamais previu ou ofereceu a restauração do menor pobre, considerado vulnerável, pela via educacional. Via esta, amplamente combatida pela elite industrial que explorava e lucrava com essa mão de obra, quase escrava e, legitimada para o trabalho sobre o discurso jurídico da restauração moral e social.

Vale lembrar, que a “ocupação” de longas jornadas diárias impossibilitavam tal clientela, ao acesso escolar, caracterizado naquele contexto inicial de século XX, “como não obrigatório e, muito menos, acessível às classes populares”. (ROMANELLI, 1991).

De acordo com o historiador Boris Fausto (1984), a escola para a elite industrial, era a expressão equivalente ao trabalho fabril, e retirar a criança da fábrica significaria lançá-la ao vício, a ociosidade e a delinquência. Nesse sentido, a função das penas atribuídas aos menores, naquele contexto de desenvolvimento industrial, fez parte de como o Estado brasileiro enxergava as causas da infância pobre e sem instrução. Movidos pela concepção capitalista de desenvolvimento econômico e pela crescente demanda de mão de obra infantil, juristas, políticos brasileiros e militares, se utilizaram das práticas discursivas das leis estabelecendo a ressocialização do menor vulnerável pelo trabalho libertador das fábricas.

Esta amplitude da lei sobre a ressocialização do menor pelo trabalho tornou-se, durante boa parte do século XX, como uma verdadeira forma de fazer justiça ou, como Michel Foucault nos acrescenta, “uma forma de justiça ligada a um saber em que a verdade apresentava-se como posta, visível, constatável, mensurável, obedecendo a leis semelhantes às que regem a ordem do Mundo” (FOUCAULT, p. 16, 1982).

Assim, a verdade e a “vontade de saber” da política jurídica brasileira estruturaram-se sobre um poder cada vez mais vigilante e repressivo frente à menoridade pobre e vulnerável, no período de desenvolvimento industrial da Primeira República, ou seja, totalmente ligado aos sistemas de controle, exclusão e de “punição próprios as sociedades industriais” (FOUCAULT, p. 20, 1982).

Portanto, desde o Código Penal de 1890 ao CM de 1927, no Brasil, podemos verificar

o quanto o Estado articulou, com alguns segmentos da elite burguesa como: juristas, médicos, políticos e militares, uma mobilização jurídica imposta sobre artigos e leis que normatizaram os setores populares chegando até mesmo, a acentuar as desigualdades sociais. Nesse contexto, as classes populares brasileira, sobretudo, formadas por mestiços, negros, operários e menores sem instrução, fizeram parte de uma política patriarcal caracterizada por um perfil de princípios *biopolíticos*, ou conforme Michel Foucault (1979, p.89) como a “maneira pela qual se tenta racionalizar os problemas propostos à prática governamental, pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade e raças”.

Munidos dos ideais positivistas da “moralidade e dos bons costumes” diversos juristas formularam leis pautadas na repressão e na constante vigilância, as quais recaiam verticalmente em uma população que se constituía sobre alguns fatores e que não a caracterizava como integrante daqueles padrões elitistas, os quais deveriam ser seguidos e respeitados na nova ordem urbano/industrial.

Considerações finais

Ao analisar esse breve recorte histórico sobre a menoridade no contexto jurídico brasileiro: 1890-1940 por meio do contexto de leis, foi possível compreender a política jurídica neorrepública para a infância, em especial, o desvelamento sobre o tratamento ofertado a menoridade pela jurisprudência em um contexto marcado por profundas transformações sociais, políticas, econômicas, trabalhistas, entre outras na sociedade republicana, que se instaurava em finais do século XIX. Assim, neste pequeno recorte temporal sobre as leis percebemos poucas mudanças no trato das autoridades brasileiras sobre as questões da infância menor pobre, a qual se multiplicava pelas ruas dos grandes centros urbanos. Do Código de 1890, passando pelo Código do Menor de 1927 ao advento do ainda atual Código Penal de 1940, nota-se por seus artigos, um ideal normativo de preservação da ordem social pela extrema vigilância e tomadas de medidas coercitivas, sobretudo, a aqueles que pertenciam às camadas mais populares da recém promulgada república moderna. Diante do exposto, as Leis assim como o domínio de suas letras dentro do contexto da Nova República Moderna nasceram como instrumentos normativos para o controle de uma parcela popular por meio dos ideais e imaginários propostos pela elite intelectual brasileira.

Referências

- ABREU, Martha. Meninas perdidas. In: DEL PRIORE, MARY (Org.). **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo : Contexto, 2000. p. 289-316.
- AZEVEDO, Maurício Maia. **O Código de Mello Mattos e seus Reflexos na Legislação Posterior**. Disponível em: . Acesso em: 15 de setembro de 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Cap. 1, 2 e 3, pp.7-16. (coleção memória e sociedade). 322 p.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: DIFEL, 1990
- Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – **Código Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>. Acesso em: 11 de maio 2016.
- _____. Lei nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890– **Código Penal**. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L N. 847 – DE 11 DE OUTUBRO DE 1890. html. Acessado em: 11 de maio de 2016.
- FALEIROS, V.P. **Infância e processo político no Brasil**. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (org). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. rev. E aum. São Paulo: Cortez, 2ed, 2009. 245 p.
- FAUSTO, BORIS. **Crime e cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880 – 1924)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- FERREIRA, Laura Valéria Pinto. **Menores desamparados da proclamação da república ao Estado Novo**. Artigo, 2007. Disponível em: Revista Virtú (UFJF) <http://www.ufjf.br/virtu/edicoes-antiores/setima>. Acessado em 10 de maio de 2015.
- FOUCAULT, Michel. (2001). **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro. NAU Editora.
- OKSALA, Johanna. **Como ler Foucault**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- SARTORI, Guilherme Rocha. **A construção da verdade nos crimes de defloramento (1920-1940) : práticas e representações do discurso jurídico na Comarca de Bauru (SP)** / Guilherme Rocha Sartori. – Marília, 2011 135 f. ; 30 cm. Dissertação de Mestrado.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

O percurso discursivo do trabalho na esfera pública

Jorge Luiz Barreto Ribeiro Ribeiro²⁸

RESUMO: Este artigo aborda os descaminhos do percurso do trabalho na esfera pública, na luta pelo reconhecimento de direitos. Partimos do pressuposto que a economia política neoliberal de cunho populista, tem sua legitimidade fundamentada nas demandas identitárias dos novos atores sociais, portanto, para além das classes trabalhadoras. Nossa discussão será estruturada a partir de fontes secundárias, privilegiando dados de cunho qualitativo e método dialético. Pois, são as contradições do trabalho que privilegiaremos em nossa discussão.

Palavras-chave: Trabalho; Esfera pública; Populismo

ABSTRACT : This article addresses the deviations of the work path in the public sphere, in the struggle for the recognition of rights. We start from the assumption that the neoliberal populist political economy gains legitimacy based on the identity demands of the new social actors, therefore, beyond the working classes. Our discussion will be structured from secondary sources, privileging data of a qualitative nature and dialectical method. For, it is the contradictions of the work that we will privilege in our discussion.

Keywords: Work; Public sphere; Populism

Introdução:

Nas primeiras décadas do século XXI, a modernidade tem passado por significativas transformações, que nos faz lembrar a máxima de Marx (2001), “tudo que é sólido se desmancha no ar”. A princípio, não deveria ser tão estranho assim, tendo em vista que o termo moderno, deriva do latim *modernus*, significando o novo. É uma sociedade que se move a partir da novidade. A dialética do novo. O problema é que o novo, muitas vezes, preserva vestígios do passado. A síndrome do eterno retorno. É com esta sensação que analisaremos o percurso do trabalho na esfera pública, na luta por reconhecimento de direitos. Se a hipótese da onda conservadora, em seu viés populista, estiver correta, é possível conjecturar que o trabalho tem efetivamente perdido o protagonismo de ator social.

²⁸ Doutor em Sociologia pela UFPE. Membro do Grupo de Pesquisa Direito e Sociedade da UESB.

Cedendo espaço, para novos movimentos sociais, amparados na questão identitária e não de classe. É por esta via, que o populismo tem procurado legitimar suas políticas desenvolvimentistas neoliberais de extrema direita. Destituindo os direitos, arduamente adquiridos ao longo da modernização da sociedade.

Desde já, é possível conjecturar que a fragmentação de classe social fragiliza a capacidade de organização e mobilização no sentido de resistir às racionalidades instrumentais da relação dialética entre capital e trabalho.

Dito assim, a exposição deste artigo segue os seguintes tópicos: o trabalho com construção do ser social; o trabalho e o imaginário analítico e normativo; a transição do trabalho da materialidade para a liquidez; por fim, a insensatez da esfera pública, por ser refém do populismo.

1. O Trabalho como construção do ser social

Na sociedade moderna, o trabalho é tido como uma importante categoria analítica, por ser um dos pilares do progresso ocidental. Se tal fato, é uma assertiva inquestionável, o aspecto normativo de atividade é motivo de controvérsias. Está em jogo, aqui, saber a vigência da sua (des)centralidade para uma vida emancipada. Ou seja, como ator social capaz de resistir às forças excludentes da economia política do livre mercado. Este, em constante ciclo de expansão e retração, inclui e exclui o trabalho como cidadania, na medida que vê sua lucratividade ameaçada, conforme prega os postulados marxistas (MARX, 2001).

Historicamente, o trabalho exerce um papel mediador da relação social, pois, por meio dele é possível expressar a intencionalidade e significados da existência humana. Se esta atividade é produtora bens econômicos, também produz bens simbólicos, a exemplo da cidadania através da luta pelo reconhecimento de direitos (MIGEOTE, 2005).

O trabalho como construção do ser social é concebido apenas na era moderna, no entanto, ele tem sido passível de (des)continuidade, sobretudo, sob vigência hegemônica da organização científica taylorista; cuja divisão social do trabalho delimita quem deve planejar e executar nos processos de fabricação. Estabelecendo assimetrias de poder.

A descontinuidade no mundo do trabalho merece atenção, tendo em vista o histórico descaso e, conseqüentemente, a precarização da condição humana de quem depende dessa atividade para sobreviver. O termo trabalho está atrelado à ação social, no sentido de agir no mundo. Primeiramente, a relação do homem com a natureza para transformar os recursos naturais no seu bem-estar. A segunda diz respeito à interação, pelas vias divisões sociais e sexuais do trabalho (MARX, idem).

As ambiguidades desta atividade ocupacional, já encontra raiz em sua etimologia: em latim, o termo mantém o duplo sentido natural e social. Deriva de *tripalium*, objeto utilizado na agricultura para o beneficiamento de cereais. Posteriormente foi associado ao termo *tripaliare*, um instrumento de tortura (ALBORNOZ, 1986). Portanto, associado a um ato desagradável pelo encargo que traz ao corpo. Podemos, por assim dizer, que o modelo taylorista, adquire este sentido do trabalho; porque o trabalho por si só não emancipa o homem. Ele precisa lutar pelo reconhecimento dos seus direitos sensibilizando a esfera pública, levando em conta que convive com uma diversidade de interesses, nem sempre conciliáveis. Portanto, conviver em sociedade requer a capacidade de resolver os conflitos a partir do diálogo e não monologicamente, pois a ação dialógica é capaz de dar novos significados à existência humana, ao tentar convencer e ser convencido (HABERMAS, 2009). Desse modo, o trabalhador seria um taumaturgo pela capacidade de desencadear novos processos democráticos, desde que atue para além da esfera do trabalho, ou seja, nas agendas políticas estatais (ARENDDT, 1998).

Vale observar que, na antiguidade clássica grega, esta atividade era desprezada de modo a não existir um termo para expressá-la. No entanto, não se repudiava o trabalho em si, mas a possibilidade do homem perder sua autonomia – ter o ócio necessário para aprender e não depender de outrem para agir sobre o mundo e, sobretudo, poder participar das discussões que decidiriam os interesses coletivos na *ágora*; que cabia ao cidadão com disponibilidade de tempo para adquirir virtude cívica, obtida pelo conhecimento da retórica e a arte da persuasão. Ou seja, a cidadania está necessariamente associada ao conhecimento da coisa pública (ARENDDT, *idem*).

Neste período, expressões referentes às profissões (*technai*), denominadas de artesanais (*banausikai*) “são, de fato, criticadas, e é com razão que são totalmente menosprezadas na polis. [Essas profissões] não deixam nenhum lazer (*ascholia*) para se ocupar dos amigos e da polis”. Não pode ser dito que havia uma visão unidimensional do trabalho na antiguidade clássica grega, é preciso lembrar as tentativas implementadas para ampliar o conceito de democracia, incluindo aqueles que se ocupavam desta atividade, conforme o discurso democratizante proposto por Péricles²⁹. Na realidade, no mundo grego

[...] o trabalho manual não era desprezado em si, mas na medida em se impunha como uma necessidade. A situação mais degradante, que os

29 Confessar que se é de condição modesta (*pénesthai*) não é vergonha para ninguém, vergonha é não fazer nada para si disso. Cada indivíduo pode ao mesmo tempo velar pelos seus negócios (*oikeia*) e pela polis (*polítika*), e aqueles que estão presos por seus trabalhos (*erga*) podem se manter conveniente a par dos assuntos públicos (*polika*); com efeito, só aquele que não participa deles nós consideramos um não tranqüilo, mas inútil” (texto do historiador Tucídides, cerca de 400 a.C., comentando o período governado por Péricles citado por MIGEOTTE, 2005, p.28)

filósofos apresentavam como uma perda de liberdade e uma forma de servidão, era o estado de dependência a que podia levar a pobreza: aquela do pequeno artesão-lojista sempre à mercê do cliente e, principalmente, aquela do *thète*, figura clássica do homem sem recursos que devia alugar seu trabalho a terceiros. (MIGEOTTE, 2005, p.32)³⁰.

Locke parece ter percebido que a pobreza era a causa principal da cidadania. Tem-se neste autor do século XVII, uma das primeiras apreensões de que o trabalho deveria emancipar e não aprisionar o homem. Este jogo linguístico, deriva da simbologia trabalhista. Vejamos. Locke recorre ao fator cultural, a religiosidade, para legitimar o reconhecimento do trabalho braçal e os frutos dele gerado. O autor diz que Deus, indistintamente, dera a terra a todos os homens para proverem seu sustento. E como em sua teoria jusnaturalista, o homem é proprietário do seu próprio corpo, os frutos obtidos pelo suor do seu trabalho devem pertencer àquele quem os produziu: o trabalhador. A importância de seu postulado é a defesa de que o homem é um ser naturalmente livre e igual. O trabalho ao gerar riqueza o torna livre por meio da propriedade privada, uma vez que não deve entregar os frutos do seu trabalho para outrem, com era na antiguidade clássica e no período medieval. Esta interpretação contrariava a gênese das leis natural e divina. No contrato social lockeano, o trabalho deveria assegurar juridicamente a vida, a liberdade e a propriedade (LOCKE, 2002)³¹.

2 O Trabalho e o Imaginário

Se, em termos analíticos, o trabalhador é orientado por sentimentos éticos, a descontinuidade moral da moderna divisão social do trabalho pode ser ilustrada no viés normativo de Taylor. Sua proposta de organização científica do trabalho, embora vise diminuir a fadiga do corpo e valorizar o profissional pela otimização dos cargos e salários, na realidade, pretende maximizar a produtividade e a lucratividade sem, necessariamente, integrar o trabalhador ao longo da cadeia produtiva. Considerando o conjunto dos quatro princípios da organização científica do trabalho taylorista, a especialização resultou na assimetria de poder.

30 Vale lembra que, neste período, a concepção do trabalho [...] apresentava uma forte homogeneidade nos diferentes níveis da sociedade grega [...] Também nesse caso, essas concepções tiveram seu equivalente na história ocidental durante longos séculos, e mesmo no mundo de hoje, onde a riqueza continua sendo um elemento fundamental de prestígio social (MIGEOTTE, *idem*, p.34).

31 Não desprezamos o fato de que Locke não pudesse “imaginar o resultado dessa acumulação para o século XX, nem sonharia com a revolução industrial e a violentíssima acumulação primária do século XIX”, (MARÉS, 2001, p.243).

Dessa maneira, os pressupostos tayloristas escamoteiam o que está subjacente à organização científica: hierarquizar as relações de trabalho a partir das profissões. Primeiramente por meio do conhecimento técnico e, secundariamente, a partir dos cargos e salários. Os quatro princípios reproduzem tal desigualdade, ao defender que existe apenas uma melhor maneira de executar o trabalho, excluindo as possibilidades de flexibilizar a participação criativa do trabalhador na cadeia produtiva. Vale observar que tais práticas repetitivas alienam. Para Marx (1998), o trabalhador deixa de ser alienado quando adquire uma visão crítica, seja do ponto de vista ideológico – as ideias hegemônicas vigentes –, seja sob a perspectiva política – quando tem poder suficiente para reivindicar por melhores condições de vida, ou seja, à igualdade – e econômico – ao reivindicar pelo controle dos meios-de-produção.

A alienação no modelo de Taylor, deve-se ao fato de que o planejamento organizacional é previamente estabelecido pelos tecnocratas, não oportunizando para que os trabalhadores de baixa função hierárquica possam exercitar sua faceta criativa. A liberdade para a reparação das possíveis falhas nos processos de fabricação é sobreposta pela engenharia da produção.

Vejam, ainda que sinteticamente, a divisão social do trabalho taylorfordista: a) o processo seletivo visa descobrir, por meio de testes de aptidão profissional, a ocupação dos cargos. Então, são dadas as instruções e treinamentos de acordo com a capacidade intelectual que cada um tem para aprender, como se o conhecimento e as habilidades fossem inatas. Deve-se cumprir a atividade de acordo com o critério racional científico, isto é, objetivo; rejeitando os aspectos subjetivos do trabalhador, a exemplo do conhecimento tácito. Há aí, uma clara delimitação entre quem concebe a melhor forma de planejar as tarefas fabris e quem deve executá-las. Neste caso, a divisão social faz o trabalhador assemelhar-se mais a uma máquina do que a um ser humano; b) no quesito controle: o aumento de produtividade é realizado coercitivamente, ainda que de forma sublimada: premiando com uma maior remuneração ou atribuindo outros prêmios, e punindo aqueles que não alcançam as metas de produção estabelecida, por meio da exclusão desses benefícios; c): a cooperação se dá pela expressa obediência e não pelo diálogo entre os diferentes níveis hierárquicos, uma vez que o questionamento não é permitido. São os tecnocratas que detém o monopólio do conhecimento e indicam diretrizes a serem obrigatoriamente seguidas (TAYLOR, 1990).

Tal paradigma taylorista implementado por Ford, ficou arraigado na cultura organizacional, para além da ideologia política econômica. Tanto no capitalismo, quanto no socialismo, este modelo é considerado mais racional para alcançar os progressos econômico

e social³². Muitos ideólogos ativistas do comunismo, a exemplo de Lênin, opunha-se a Taylor apenas no que diz respeito à injusta distribuição das riquezas produzidas pelo sistema industrial capitalista (DE MASI, 2001).

De fato, apesar de a organização científica gerencial ter representado um modelo eficaz na divisão social do trabalho, dado o significativo aumento da produtividade, parece não ter tido eficiência suficiente. A partir da década de 1970, começou a apresentar limites de racionalização por restringir o crescimento econômico. Tal advento costuma ser atribuído à rígida economia de escala, portanto, a falta de inovação. Em grande parte, acredita-se também que o comando centralizado impedia que os trabalhadores participassem dos processos criativos, tornando-os coadjuvantes do desenvolvimento. Sob esse prisma, as antinomias do taylorismo são concebidas sob duas perspectivas:

No que diz respeito ao aspecto sociológico:

[...] as críticas foram ao *one best way* e à impessoalidade. Foram os sociólogos e psicólogos das organizações que explicitaram as insuficiências do modelo racional. Não se pode falar de *one best way* porque toda uma série de fatores imprevisíveis entra em jogo para modificar a pertinência das estruturas que entram em ação: acasos econômicos, contingências tecnológicas políticas e sociais, motivações das pessoas, complexidade dos circuitos de decisão e de comunicação [...] a virtude da impessoalidade acarreta, por outro lado, um empobrecimento considerável do conhecimento da realidade humana do trabalho: feita também por grupos, de conflitos, de valores profissionais e de identidade coletivas muito complexas. (SAINSAULIEU e KIRSCHNER, 2006, p.83-84).

Quanto ao viés econômico, deve-se observar que

32 Foi, portanto, durante o fordismo-taylorismo que houve as condições necessárias para que a relação entre capital e trabalho, especialmente nos países de capitalismo avançado, se tornassem menos antitéticas. A massificação do emprego, por sua vez, permitiu também a massificação do trabalho assalariado. Ainda que, como observa Castel, a integração do trabalhador no mundo capitalista tenha sido de forma subordinada, entretanto, a concessão de direitos – civis, políticos e sociais –, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, assegurou aos trabalhadores o acesso a bens e serviços que, antes, eram usufruídos pelos segmentos sociais que detinham grandes patrimônios. Portanto, essa promoção da condição de assalariado atropela a oposição secular entre o trabalho e o patrimônio. “Bons salários, posição de poder e de prestígio, liderança em matéria de modos de vida e de modos culturais, segurança contra o acaso da existência não estão mais necessariamente ligados à posse de um grande patrimônio. Em último caso, as posições socialmente dominadas poderiam até mesmo ser asseguradas por ‘puros’ assalariados, isto é, por pessoas cujos salários e cuja posição na estrutura dependeriam exclusivamente de seu emprego” (CASTEL, 1998, p.468).

[...] esses modelos são essencialmente censurados por forçar muito a especialização da definição formal das tarefas e a fraca possibilidade de mudança oferecida à grande maioria dos trabalhadores de base, que passam a vida inteira numa extrema divisão de trabalho e de responsabilidades entre, por um lado, os que executam as tarefas monótonas e repetitivas de trabalhadores especializados e de empregados e, por outro, os engenheiros técnicos e os quadros encarregados de funções mais ricas de concepção, de criatividade e de controle. Os ergônomos mostram que demasiada especialização e repetitividade do trabalho em série levam a graves deteriorações mentais e psíquicas. Em definitivo, sublinham o efeito contraproducente de um excesso de racionalização formal. (SAINSAULIEU e KIRSCHNER, *idem*).

A hegemonia do taylorfordismo começa, então, a demonstrar vulnerabilidade com a crise econômica e seus reflexos sobre a lucratividade e o mercado de trabalho. Segundo Jeremy Rifkin (1995, p.101), na década 1960 a economia a norte-americana era o maior centro comercial do mundo. Todavia, a partir de então seu crescimento é ameaçado. Se em 1965, as empresas atingiam seu auge ao faturarem um lucro líquido de 10%, em meados dos anos 70, a lucratividade havia caído para menos de 6%. Era a retração da economia mundial que estava por vir. Sendo que no caso dos EUA, tal fenômeno se dá adicionalmente pela saturação do mercado consumidor, falta de inovação de bens e serviços³³, o aumento do barril de petróleo e os maiores reajustes salariais concedidos aos trabalhadores. Para reverter tal tendência, foi investido mais de um trilhão de dólares em pesquisas tecnológicas. Para o citado autor, a inserção de novas tecnologias tenderia, progressivamente, causar o fim do emprego.

Embora não haja um consenso de sua causa, a reestruturação da organização produtiva trouxe como consequência para o mercado de trabalho o surgimento do desemprego em escala universal. Mas, vale ressaltar que

Apesar do unânime entendimento sobre a gravidade do desemprego, não há diagnóstico consensual, nem tampouco tentativas de solução homogêneas. De forma simplificada, pode-se destacar que, enquanto para o Banco Mundial as causas principais do desemprego assentam-se na ausência de plena liberdade comercial e na ampla difusão tecnológica, a OCDE identifica, além dos fatores conjunturais, a falta de empregos para todos como decorrência de uma forte regulamentação trabalhista e proteção social inadequadas sobre o mercado de trabalho [...] para a OIT, entretanto, a escassez de vagas estaria mais associada às taxas insatisfatórias de crescimento econômico (POCHMANN, 2002, p.39).

33 Por volta de 1979, havia um carro para cada dois americanos e mais de 90% dos lares americanos estavam equipados com geladeiras, máquinas de lavar roupa, aspiradores, rádios, ferros elétricos e tostadeiras” (RIFIKIN, 1995, p.97-96).

É, pois, sob o declínio da hegemonia da sociedade industrial fordtoyotista que, mais uma vez, se tenta efetivar a (re)construção do trabalho. Dessa maneira, buscamos apreender a valorização desta atividade em seu potencial criativo e emancipatório sob a nova divisão social do trabalho na sociedade pós-industrial – compreendida, aqui, como a transição do modo-de-produção toyotista-fordista para o toyotismo, cuja especificidade é a aprendizagem tecnológica como estratégia de sustento organizacional. O sucesso de tal empreitada é proporcional, mediante o uso de um dos principais insumos: a informação e o conhecimento detidos pelos profissionais ao longo da cadeia produtiva e não somente da gestão.

A sociologia do trabalho é retomada num contexto dessas instabilidades, isto é quando várias áreas do conhecimento são revisadas e decreta-se o fim de quase tudo: a) o fim do emprego: com as revoluções na telemática (telecomunicações e informática), a força de trabalho vivo – empreendido pelo homem – progressivamente seria substituída pela força do trabalho morto – realizado pela máquina (RIFIKIN, 1995); b) o fim do trabalho: a substituição do esforço braça humano faria com que o trabalhador deixasse de representar uma classe social; na realidade, surgiria a classe-do-não-trabalhador que se incumbiria de resignificar esta atividade, por meio do cooperativismo e associações, assim, produzir-se-ia bens socialmente úteis, isto é, não mercantilizáveis (GORZ, 2005); c) o fim capitalismo organizado: rompimento com o Estado keynesiano, até então, o promotor do crescimento econômico articulado com a geração de emprego e renda (OFFE, 1989); d) fim do Estado do bem-estar social: as dificuldades em atender às crescentes necessidades do trabalhador – independentemente de estar no mercado formal ou informal – seja pela crise fiscal ou mal gestão dos recursos econômicos (DRAIBE e HENRIQUE, 1988); e) o fim da sociedade industrial: em vez de pós-industrialismo, fala-se em neofordismo ou pós-fordismo, em destaque a inexorável permanência da contradição entre capital e trabalho, dada a consequente impossibilidade de coadunar os ideais iluministas – de igualdade, liberdade e solidariedade – numa sociedade totalmente cindida em seus aspectos sociológicos, políticos, culturais e econômicos. Instituído então, uma verdadeira diáspora (HALL, 2006). Harvey (2006), fazendo eco às vozes que defendem a morte do sujeito, ou seja, inexistência da subjetividade livre, diz que não há pós-fordismo e sim neo-fordismo, considerando que o trabalho continua hierarquizado. Para o autor, a descentralização produtiva torna o trabalhador subordinado aos comandos dos países centrais, na medida em que as tomadas de decisões, no que diz respeito a alocação de recursos necessários à inovação de bens, ficam concentradas nessas regiões.

Evitamos, aqui, evitar a polarização enviesada em torno dos descaminhos do

trabalho, na forma como vem sendo habitualmente adotada:

a) defende-se a centralidade do trabalho em seu aspecto economicista, isto é, o histórico conflito de classe - os trabalhadores, visam emancipar o homem enquanto ser genérico por deter estratégias racionais e conscientes, de modo a implementar a sociedade para além do capital (ANTUNES, 2002);

b) a descentralidade do trabalho torna esta categoria social secundária, porque os novos estudos do trabalho voltam-se para a sociedade pós-industrial como apaziguadora do conflito a partir do compartilhamento do conhecimento; neste caso, o trabalhador é tido como um parceiro da empresa, a exemplo do apregoado modo-de-produção toyotista de que todo trabalho é um empreendedor (DRUKER, 2006). Aqui, o trabalho concorre com outros grupos sociais, em defesa da sociedade emancipada;

c) emergem outros atores políticos dotados de maior legitimidade para fazer frente ao capital expropriador, tais como movimentos feministas, ecológicos, grupos minoritários etc. (OFFE, 1989; HABERMAS, 1987). Ao contrário de tais tendências, contra o fim de tudo, buscamos o que tem de *singular* nas vivências modernas. Em outras palavras, busca-se um olhar para a sociologia do presente (HABERMAS, 2009).

Assim sendo, cabe perguntar: uma maior participação do trabalhador na organização produtiva tornaria a relação entre trabalho e capital mais democrática? Este modelo japonês, o toyotimos, é passível de ser universalizável? Se a divisão social do trabalho permanece na sociedade pós-industrial, então, o que há de novo no imaginário daqueles que vivem desta ocupação?

A reestruturação do mercado de trabalho e seu reflexo para a questão trabalhista é discutida com mais parcimônia por Manuel Castells (2005). O autor divide em duas fases a industrialização moderna: de 1920 até 1970, corresponde à formação da sociedade pós-rural; entre 1970 e 1990, inicia a fase pós-industrial. Nesta, a informação é elementar para a criação de riquezas, mas não parece caminhar conforme o prognóstico inspirado nas teorias de Daniel Bell, para quem, a força do trabalho estará concentrada nos setores de serviços e administrativos, em decorrência da eliminação do emprego rural e industrial. Para Castells, por se tratar de um período transitório, ainda não é possível precisar conceitualmente a sociedade que sucede o industrialismo fordista, denominada pelo autor como informacional. De um modo geral, a informação é um insumo essencial para o desenvolvimento.

Castells chama a atenção para o fato de que, por enquanto, a realidade parece evidenciar uma diversidade de representações nas áreas produtivas e do trabalho, se levarmos em conta alguns fatores:

a) embora o setor de serviços seja o maior responsável pelo PNB (Produto Nacional Bruto) dos principais países de capitalismo avançado, o G-7- Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra, Canadá, França e Itália - o crescimento da área terciária está condicionado ao desenvolvimento da economia industrial. Se o emprego gerado tem sido maior no âmbito terciário, deve-se ao peso que a indústria tem para a produção de bens. Portanto, não pode ser dito que as indústrias desapareceram ou irão desaparecer;

b) no quesito ocupação profissional, devem ser destacados alguns aspectos. Tomando como referência os trabalhadores alocados no segmento dito informacional, a exemplo dos cargos exercidos no setor de administração, profissionais especializados e técnicos, na década de 90, nos EUA e Canadá, um terço está situado nestas funções. Mas, em outros países este segmento absorve o equivalente a 14,9%, no Japão; e um quarto na França e Alemanha.

Não obstante, é preciso destacar as novas configurações do mercado, sobretudo, no que diz respeito à polarização social e econômica derivadas de fatores “setoriais, territoriais específicas de empresas, étnicas, de sexos e de faixas etárias” estas, sim, são “fontes mais evidentes de polarização social do que a diferenciação profissional em si”. Neste caso, Castells não nega as assimetrias nas sociedades informacionais, mas que, “as disparidades originam-se menos de sua estrutura ocupacional relativamente valorizada que das exclusões e discriminações que ocorrem dentro e em torno da força de trabalho” (CASTELLS, idem, ibidem, p.284-285).

Entendemos, desse modo, que abordar a (re)construção do imaginário trabalhista na sociedade contemporânea, requer conviver com as singularidades apresentadas pelos contextos das realidade estudadas que, para além da questão econômica, são influenciadas pelas especificidades socioeconômicas, sociopolíticas, socioculturais e regionais.

De fato, desde a década de 1970, vemos a modernidade ser abalada pela globalização via neoliberal. Que resultou num modernismo de massa, fundamentada na cultura do entretenimento. Ainda que sob o risco de simplificar demais, vejamos as racionalidades que trazem implicações estruturais: a modernização política, econômica e tecnológica. Vejamos, então:

No âmbito político, o keynesianismo é tido como ineficientes seja pela falta ou má gestão dos recursos econômicos. Sai o Estado do bem-estás social e retorna o Estado Mínimo. Assim, as políticas desenvolvimentistas que fomentavam a economia atrelada ao trabalho protegido por direitos, desaparecem. Tais direitos, ficam à mercê da oscilação do mercado, nos moldes smithianos. No âmbito tecnológico, as tecnologias da informação e comunicação permitiram as flexibilizações das organizações produtivas e do trabalho. As

fronteiras geopolíticas são anuladas, trabalhadores e empresas se deslocam de acordo com a demanda do mercado global. É um mundo sem fronteiras, que anulam o tempo e o espaço, graças às telas de imagens digitais. Na questão econômica, entram as teses de Schumpeter da destruição criadoras, nas produções de bens e serviços. Na versão mais recente, os neoschumpeterianos são endossados pelos neoliberais, que exploram as invenções e inovações derivadas pelos saberes locais. Recorrendo aos arranjos produtivos ou cadeia produtiva, basta encontrar a vocação das culturas econômicas locais e globalizá-las (LASTRES, 2006). O intercâmbio entre o global e o local permitiria a inclusão de todos na globalização neoliberalizante. Todavia, o global/local e o local globalizável, não existiria sem as políticas neoliberais e os recursos tecnológicos da informação e comunicação (CASTELLS, 2005). Uma vez conjugados, permitem a livre circulação da economia financeira. É preciso atentar-se para as ambivalências desta ordem econômica. Se por um lado, acelera o desenvolvimento dos países emergentes, seu caráter especulativo também fragiliza os territórios periféricos. A financeirização, ocorre nos seguintes moldes: a produtiva, investe no trabalho nas regiões periféricas, pelo menor custo de sua mão de obra; quanto à improdutiva, especulação nas bolsas de valores. Trata-se de um mercado arisco, que volatiliza sob a menor ameaça de confisco ou baixa rentabilidade (HARVEY, 2006; CHESNAIS, 20005). Um simples teclar em qualquer mídia fixa ou móvel, pode selar a inclusão ou exclusão social de uma multidão de trabalhadores.

3. Da Materialidade à Liquidez

Zigmunt Bauman, em *a Globalização e as Consequências Humanas*, já havia apontado os assimétricos ganhos globais. Argumenta, que as tecnologias facilitaram a circulação em busca de trabalho e lazer, num mundo sem fronteiras. Para os turistas trabalho/lazer às vezes se confundem. A recíproca não é verdadeira para o vagabundo. “Os vagabundos se movem porque acham o mundo a seu alcance (local) insuportavelmente inóspito. Os turistas viajam porque querem; os vagabundos porque não têm outra opção suportável” (BAUMAN, 1999, p. 101). A busca por novas aventuras unem e os separam. Ambos são, simultaneamente, objetos de admiração e medo. O vagabundo inveja o turista, idealizando-o como um indivíduo livre em busca de novas aventuras. O turista, por sua vez, sente o fardo de ser livre. As regalias das viagens são, muitas vezes, ao custo de metas rígidas a serem cumpridas no mundo do trabalho. Não obstante, as rendas e fortunas se desfazem num piscar de olhos. Então, inversamente, sente falta da liberdade do vagabundo. Mas, a imagem dele também é perturbadora. O tempo livre do vagabundo, tem como causa o desemprego. O turista desempregado de amanhã, é aquele do tempo livre do vagabundo de hoje. Turista e vagabundo são classes sociais muito mais intercambiáveis

do que imaginávamos, na leitura de Bauman.

Ora, tomando como referência a interpretação da globalização feita por Bauman, na racionalidade da organização científica do trabalho, a dupla turista e vagabundo é uma metáfora da jaula de férreo weberiana. Para Weber (1999), a racionalização do mundo moderno, segue a lógica de estar presa a si mesma. Tornar tudo passível de cálculo.

Então, ao vagabundo, de trabalho informal e irregular, só resta calcular como diminuir o sofrimento e o risco da vida. Quanto ao turista, não pode recair no esquecimento. O lazer é apenas um pequeno intervalo da rígida e prolongada disciplina, a fim de preservar cargos e salários. Numa sociedade em que tudo que é sólido se desmancha no ar (MARX, 2001), não é desejável ficar vulnerável ao mercado sempre contingencial. O ócio burguês, agora, é apenas para milionário e bilionários. Não obstante, ainda que tenham uma grande quantidade de séquitos burocratas, precisam também ficar em constantes vigílias.

4. As Patologias da Esfera Pública.

A Contradição é a mola propulsora da modernidade: o novo é gerado pela dialética. Só existe contradição, porque há incerteza. De fato, conforme exposto por Boaventura de Souza Santos (2008) em *Um Discurso sobre a Ciência*, toda ciência, é ciência social. Pois, ela é feita pelo homem.

E quem é o homem? O homem é a incerteza da ciência. E a ciência é a incerteza do homem. Um ser faltante, cheio de incompletude. Homem, sempre incerto

Caso queiramos incluir às ciências naturais no rol das incertezas, basta ver a perspectiva de Heisenberg, quanto à imprecisão do movimento e da localização dos átomos; a incompletude na matemática de Godel; dentre outros céticos (SANTOS, idem). Ilya Prigogine (1999), por sua vez, é taxativo: não há leis deterministas na natureza. O autor não defende como método o irracionalismo, mas, a apreensão dos fenômenos pela complexidade. É preciso, então, fomentar o que temos de trunfo: a criatividade. Ela só é encontrada, no desapego da zona de conforto das verdades absolutas e atemporais, conforme indica o título de sua obra *O Fim das Certezas*.

Se até o momento, abordamos o trabalho em seus aspectos analítico e normativo, observando seus descaminhos entre liberdade e iliberdade, faz-se necessário recorrer a uma categoria analítica, que consideramos essencial para retirar o caráter voluntarista do trabalho como emancipatório: a esfera pública. Aceito assim, resta apreender quais são os atores que atuam nestes espaços e suas respectivas intensidades solidárias. Não podemos desconsiderar o fato de que são nestes espaços que, desde a antiguidade

clássica, mediante os debates públicos, os direitos são deliberados e outorgados. Se o trabalho moderno, representa uma atividade essencial para a produção e reprodução de bens materiais, houve a necessidade de reconhecer a dignidade daqueles que participam da geração de riquezas. Ou seja, o acesso a bens imateriais a exemplo de direitos civis, políticos, sociais e culturais assegurados juridicamente pelo Estado. Entretanto, uma vez conseguido ser cidadão, o trabalhador parece ter esquecido de que a cidadania não é um bem natural, mas, conquistado pelo direito positivo. Portanto, se conquistado, deva estar em constante vigília a fim de vê-lo preservado.

Entendemos, aqui, que o status de cidadão oriundo do trabalho, detém uma simbologia transitória: está condicionada à performance na esfera pública.

Hannah Arendt (2003) foi quem, talvez, melhor sintetizou as possibilidades de atuação do trabalho, como ator social. Arendt entende que o homem age no mundo a partir de três formas: labor, trabalho e práxis. O labor é a labuta do homem para atender suas necessidades materiais de ordem biológica ou *ciclo vital*, sua produção se esgota no próprio ato de consumir. Está mais próximo, então, da vida dos animais na busca pela sobrevivência, que corresponderia ao *homo laborans/animal laborans*, neste caso, significa a submissão do homem à natureza, aos ciclos da fartura e escassez, enfim, das intempéries. Trabalho, por sua vez, é associado a *poiesis*, são os objetos construídos pelos homens a partir da extração dos recursos naturais para serem trocados; tem-se aí o *homo faber* construindo um mundo entre o natural e o social mediado pelas trocas. De acordo com Arendt, entretanto, é a práxis, no sentido grego, que verdadeiramente promove a liberdade, tendo em vista que o indivíduo é um ser plural e que precisa criar estratégias para viver em sociedade e, ainda assim, preservar sua emancipação. Práxis significa ação acompanhada de reflexão, agir-refletir-agir. Para agir o homem precisa refletir de modo que suas ações sejam carregadas de racionalidade. A ação alcança seus fins últimos quando realizada publicamente, fazendo uso da comunicação linguística intersubjetiva nas tomadas de decisões (HABERMAS, 2006).

Acreditamos que o pensamento de Arendt, proporciona subsídio suficiente para apreendermos os descaminhos do trabalho da modernidade. Salvo as devidas exceções, o trabalhador moderno foi progressivamente aproximando do *homo faber*, em detrimento do homem da práxis. Dito em outras palavras, ao ser integrado à sociedade da produção e do consumo, consumiu para si e esqueceu do outro excluído. Se o trabalhador não foi alçado ao status de burguês, se comportou como pequeno burguês. Consumiu e tornou ou outro invisível na esfera pública dialógica.

Se atuação do trabalho como *homo faber* na esfera pública, ficou paulatinamente distanciada da práxis, aqueles que vivem desta atividade também foi progressivamente

destituído como cidadão. Ou deixou de ter voz cidadã. Resta saber, quem calou o trabalhador.

Pensar a modernidade como ciência do presente (HABERMAS, 2009) implica em apreender a modernização como indeterminada, portanto, sem determinismo positivista. Neste caso, a realidade social, não pode ser apreendida a priori. Habermas já havia demonstrado preocupação com a frágil legitimidade do Estado Moderno na década de 1970, num capítulo da obra *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico* (HABERMAS, 1990) e de maneira mais consistente no livro *A Crise De Legitimação no Capitalismo Tardio* (HABERMAS, 2002) e as reais implicações sociológicas no quesito a problemática do trabalho. Primeiro, porque como já havia sido percebido pela primeira geração frankfurtiana da teoria crítica, o operariado foi cooptado pelo espírito antiético do capitalismo, à medida que deixa de ser o sujeito histórico revolucionário. Na condição de produtor, recebe uma série de benefícios como um salário regular, férias, aposentadoria, proteção contra o desemprego, etc; Secundariamente, perde *status* de principal sujeito legitimador do Estado, tendo em vista que a partir da segunda revolução industrial, a inserção da microeletrônica nos processos produtivos poupa a mão de obra cuja característica seja apenas o esforço braçal. A ciência e a tecnologia, progressivamente, representam um importante insumo para a maximização do lucro, prescindido do trabalho vivo. Isso faz Habermas acreditar na descentralidade trabalho como ator político, ou seja, articulador das lutas pelo reconhecimento de direitos.

Se nas primeiras obras, havia a sobredeterminação de argumentos teóricos, num artigo seminal, “*A Nova Intransparência*”, Habermas (1987) demonstra com fatos empíricos: o Estado do bem-estar social e a crescente demandas por direitos,

Para o autor, a força produtiva recepcionada pela tese marxista, inicialmente, é concebida de forma emancipadora, mas metamorfoseou-se em análises enviesadas pela unilateralidade do método dialético. Tais princípios teóricos, intencionavam demonstrar que as mesmas forças de poder, das quais a modernidade retirou no passado seu conhecimento causador de mudanças, resultaram em dependência, destruição e irracionalidade (HABERMAS, *idem*). Na perspectiva habermasiana, a utopia de uma sociedade do trabalho vigorada no período da reconstrução na segunda metade do século XX, perdeu seu poder discursivo; ainda que tenha sido exemplar a proposta emancipatória dos trabalhadores e fonte de inspiração para diversos movimentos sociais do final dos anos 60. Embora um tanto longa, a citação ajuda a esclarecer como entende à lógica legitimadora da ideologia capitalista vigorada ao longo do século XX e seus desafios.

Dispõe o Estado intervencionista de poder bastante, e pode ele trabalhar com eficiência suficiente para domesticar o sistema econômico capitalista no sentido do seu programa? E será o emprego do poder político o método adequado para alcançar o objetivo substancial de fomento e proteção de

formas emancipadas de vida dignas do homem? Trata-se, pois, em primeiro lugar, da questão dos limites da possibilidade de conciliar capitalismo e democracia e, em segundo lugar, da questão das possibilidades de produzir novas formas de vida com instrumentos burocrático-jurídicos (HABERMAS, *idem*, *ibidem*, p.107).

O modelo do bem-estar social assegurado pelo Estado keynesiano, diz Habermas, recai no crescente custos dos aumentos salariais e seguridade social para quem vive do trabalho e os incapacitados desta atividade. O impasse é insolúvel pela relação intrínseca da jurisprudência burocrática: nem o Estado, nem os trabalhadores podem ingerir sobre a propriedade privada. Sempre que vê sua lógica reprodutiva ameaçada, as empresas racionalizam os processos produtivos a fim de reverter os aumentos de custos e a diminuição da rentabilidade; provocando o desemprego estrutural. Foi o que ocorreu com as reações neoconservadoras aceitas pelos governos de Ronald Reagan e Margareth Thatcher. Todavia, o risco maior não está na evidente lógica expropriadora que garante a reprodução do capitalismo industrial, mas, na dissimulação do poder detectado por Foucault: a capilaridade da comunicação vigilante e normativa na vida cotidiana. A reificação instrumental da razão, faz Habermas ser taxativo: as distorções do “mundo da vida regulamentado, analisado, controlado e protegido são, certamente, mais refinadas do que formas palpáveis de exploração material e empobrecimento” (*idem*, 1987, p.109). Todavia, enquanto guardião da seguridade societária, o Estado tem que mobilizar constantemente as massas, para não perder sua lealdade.

A domesticação do mundo da vida colocou a legitimidade do capitalismo neoconservador, num beco sem saída: não pode abdicar do Estado social e já não conta com a incondicional subordinação do trabalho. Conforme precisa Habermas (*idem*, 1987, p.109), “o capitalismo desenvolvido nem pode viver sem o Estado social nem coexistir com sua expansão contínua. As reações mais ou menos desorientadas a este dilema indicam que o potencial de sugestão política da utopia de uma sociedade do trabalho está esgotado”.

Tal constatação não desanima Habermas, ao apostar na lisura da esfera pública comunicativa, aberta a outros atores sociais capazes de domesticar a razão instrumental representada pelo mercado e a burocracia estatal. A saber, os movimentos ecológicos, de gênero, sexual, raciais, étnicos, etc.

4. A Insensata liquidez da Esfera Pública

A esfera pública moderna, é representada por espaços abertos e, por isso mesmo,

vulnerável. Não negamos a sua eficácia, referente a aquisição de direitos. Que pode variar no tempo e no espaço. O próprio Habermas, reconhece que a sua tipologia de fala ideal, ou seja, ação comunicativa intersubjetiva e não coercitiva, é aplicada apenas em sociedades abertas ao diálogo, ou seja, democráticas (HABERMAS, 2009).

Ora, é preciso lembrar que a democracia não poder ser conceituada metafisicamente. A sua (ir)reversibilidade é sempre contingencial. O século de Péricles, foi seguido de um longo ostracismo da razão pública (MOSSÉ, 1982). De fato, as primeiras décadas do século XXI, viu emergir a hegemonia de uma modalidade política, o populismo, que parecia ser residual ou marginal. Seriam resquícios autoritários, presentes nos países periféricos que, inexoravelmente, evoluíram rumo às democracias dos países centrais. Até então, imunes às representações partidárias demagógicas.

Na América Latina, o enraizamento do populismo em sua representação política de direita liberal, parecia explicar o seu atraso, sobretudo, na questão do desenvolvimento e das relações de trabalho. Atividade de baixa remuneração e qualificação profissional (SAINSSAULIEU e KIRSCHNER, 2006). O que ajuda a explicar a alta concentração de renda, nas mãos das elites locais. Qualquer manifestação reivindicativa na esfera pública, era repreendida com prisões, tortura e mortes (FERREIRA, 2001).

Trata-se de regimes populistas, que aproveitam os momentos de crises agudas, para falar em nome do povo, mas que traem deliberadamente os interesses gerais da população. Pois, uma vez chegado ao poder, resvalam para regimes autoritários e/ou totalitários, a exemplo do fascismo (FINCHELSTEIN, 2019), nazismo e stalinismo (MOUNK 20119).

Ao perceber a causa da longa duração dos regimes liberais e autoritários na América Latina, pela via do populismo de direita, Ernesto Laclau (2013) propõe um populismo contra hegemônico. Se a esquerda iluminista não conseguia tomar o poder, diz Laclau, é porque não havia se aproximado suficientemente do povo. Daí propor, um populismo de esquerda. Que deveria ampliar o escopo de sua legitimidade para além do antagonismo de classes sociais, reduzida a contradição entre trabalho e capital. Povos são todos os indivíduos que detêm uma identidade e pertencem à sociedade civil, que devem resistir a qualquer tipo de opressão (MOUFLE, 2020).

Podemos, por assim dizer, que o populismo antagonista destitui ou reforça a descentralidade do trabalho, enquanto principal ator social atuante na esfera pública. Em sua racionalidade hegemônica, ao propagandear que esquerda governa para todos, sentenciou o fim do protagonismo das classes trabalhadoras na luta pelo reconhecimento de direitos e denunciante da opressão excludente do livre mercado.

Não é por demais observar que a globalização das agendas políticas de cunho

populista, ao flexibilizar as ocupações profissionais e os direitos adquiridos, não somente fragmentou a identidade social oriundas do trabalho, mas também, a capacidade de resistir e lutar contra a lógica da lucratividade ao custo da precarização da condição humana daqueles que vivem do trabalho.

A vulnerabilidade da esfera pública, sempre foi fragilizada pelas normatizações dos sujeitos historicamente excluídos que, uma vez eleito, passam a protagonizar as lutas pelo reconhecimento de direitos. Primeiro, no trabalho contemporâneo estruturado por um populismo identitário (LILLA, 2010). A problemática, aqui, consiste em forjar as identidades na lógica do amigo e inimigo (a alteridade). Dito em outras palavras, na escolha de um bode expiatório: os inimigos das classes trabalhadoras, a saber, as elites.

Ainda que Bauman tenha razão em dizer que os movimentos sociais já não são tão eficazes, ao denunciar o caráter excludente das políticas desenvolvimentistas de cunho neoliberal, uma vez que a esfera pública passa a ser insensível às vozes dos excluídos, não parece certo que o problema esteja nesses espaços públicos. Nem tampouco Habermas acerta, ao acreditar que a esfera pública aberta e dinâmica, seja suficiente para fazer da democracia um bem intocável.

O esgotamento emancipatório da esfera pública, está no populismo. O século XXI, explicita que a racionalidade populista utiliza o princípio democrático, o voto popular, para minar a própria democracia, destruindo a credibilidade das instituições (KAKUTANI, 2018). A começar pela própria esfera pública, enquanto espaços constituintes de direitos. Espaços, por excelência, de solidariedade e cooperação na luta pelo reconhecimento de direitos. Tem-se, assim, não uma esfera pública insensível, como pensa Bauman, mas, uma esfera pública cínica: fabricação de verdades falsificadas, através do negacionismo de tudo que seja socialmente construído em prol do bem coletivo. Adentramos na esfera pública da desrazão comunicativa. A verdade, aqui, não é uma construção da racionalidade dialógica e não coercitiva nos moldes habermasianos, mas, das emoções monológicas. Verdade, egoísta. Porque ela não é para todos, não é universalizável. É para ser compartilhadas pelos adeptos da razão cínica.

Do que foi dito até aqui, nos permite conjecturar que a precarização do trabalho, decorrente das flexibilizações ocupacionais e direitos trabalhistas, não pode ser atribuído exclusivamente ao populismo de direita, mas, igualmente ao populismo inventado como de esquerda. Esquerda de razão cínica.

5. Considerações finais

Ainda que outras interpretações sejam possíveis, procuramos fazer algumas provocações em torno da questão do trabalho e sua missão de protagonizar resistência à instrumentalização do capital. As narrativas teóricas, oscilam em concordar ou negar a centralidade do trabalho. De um lado, defende-se que a reprodução do capital não pode prescindir do trabalho vivo, uma vez que a máquina não tem o atributo principal do homem: lidar com a contingência, singularidade da sociedade moderna. Explicitada na máxima marxiana: “tudo que é sólido se desmancha no ar”. De outro, já não podemos falar de exclusividade de ator social libertário, tendo em vista o surgimento de demandas por direitos, oriundas dos processos identitários.

Todavia, a nova singularidade moderna, é a emergência da onda conservadora populista. Que tem usado a democracia para destruir os princípios democráticos. Para tanto, tem descartado o trabalho e adotado as identidades corporativistas, como legitimadoras das políticas desenvolvimentistas neoliberais. Aqui, o direito é concedido seletivamente. Ao trabalhador, as batatas.

Por enquanto, inferimos que a esfera pública tem transitada por atores políticos fragmentados. Fragmentação que interessa muito, ao neoconservadorismo liberal. A divisão identitária, lida com a alteridade intersubjetiva, num relação polarizada amigo-inimigo.

REFERÊNCIAS:

ALBORNOZ, Suzana. **O Que é Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho**. São Paulo: Cortez, 2002.

ARENDT, Hannah. **O Que é Política?** Tradução: Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **A Condição Humana**. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **As Consequências da Globalização**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Tradução: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASTEL, Robert. **Metamorfose da Questão Social: uma crônica do salário**. Tradução: Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHENAIS, François. **A Finança Mundializada**. Tradução: Rosa Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

DE MASI, DOMENICO. **O Futuro do Trabalho**. Tradução: Yadyr A. Figueredo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

DRAIBE, Sônia; HENRIQUE, Wilnês. WelfareState, Crise e Gestão da Crise: um balanço da literatura internacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 6, vol. 3,

DRUCKER, Peter. O Advento da Nova Organização. In: **Aprendizagem Organizacional: os melhores artigos da Havard Business Review**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FINCHELSTEIN, Frederico. **Do Fascismo ao Populismo na História**. Tradução: Jaime Araújo. São Paulo: Alamedina, 2019.

GORZ, A. **O Imaterial: Conhecimento, Valor e Capital**. Tradução: Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como Ideologia**. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2006.

HABERMAS, Jürgen . A Nova Intransparência. A Crise do Estado do bem-estarsocial e o Esgotamento das Energias Utópicas. **Revista Novos Estudos Cebrap**. n. 18, p. 106-114, setembro 1987.

_____. **A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio**. Tradução: VarimehChacon. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002b.

_____. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Tradução: Flávio R.kothe. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **A Lógica das Ciências Sociais**. Tradução: Marco Antônio Cassanova. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Para a Reconstrução do Materialismo Histórico**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HALL, Stuart. **Identidade Cultura na Pós-Modernidade**. Tradução: Thomaz Tadeu da Silva e Guacia Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HEISENBERG, Wener. **Física y Filosofia**. Tradução: Fausto de Tezanos Pinto. Buenos Aires: La Isla, 1959.

KAKUTANI, Michiko. **A Morte da Verdade**. Tradução: André Czarnobai e Marcela Duarte. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LASTRES, HELENA, M.M. e CASSIOLATO, José E. **Estratégias para o Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: e-papers, 2006.

LOCKE, John. Dois Tratado do Governo Civil. In: MORRIS, Clarence (Org.). **Os Grandes Filósofos do Direito**. Tradução: Reynaldo Giarany. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LILLA, Mark. **A Grande Separação. Religião, Política e o Ocidente Moderno**. Tradução: Maria Leonor Cruz Pontes. Rio de Janeiro: Gradiva, 2010.

MARX, Karl e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução: Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MIGEOTTE, Léopold. Os Filósofos Gregos e o Trabalho na Antiguidade. In: MECURE, Daniel e SPURK, Jean. **O Trabalho na História do Pensamento**. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos Reuillar e Sônia Guimarães Taborda. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

MOSSÉ, Claude. Atenas: a história de uma democracia. Tradução: João Batista da Costa. Brasília: UnB, 1982.

MOUFLE, Chantal. **Por um Populismo de Esquerda**. Tradução: Daniel de Mendonça. Autonomia Literária, 2020

MOUNK, Yascha. **O Povo Contra a Democracia**. Tradução: Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

OFFE, CLAUS. **Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho**. Tradução: Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: TempoBrasileiro, 1989.

POCHMANN, Márcio. **O Trabalho sob Fogo Cruzado**. São Paulo: Contexto, 2002.

PIKETTY, Thomas. **O Capital do Século XXI**. Tradução: Monica Boumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. **Capital e Ideologia**. Tradução: Dorothee de Bruchard et al. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

PRIGOGINE, Ilya. **Fim das Certeza**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1999.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim do Emprego**. Tradução: Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um Discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.

SAINSSAULIEU, Renaud E KIRSCHNER, Ana Maria. **Sociologia da Empresa: organização, poder e cultura e desenvolvimento no Brasil**. Tradução: Jaime A. Clasen. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento. Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultura, 1988.

TAYLOR, F. W. **Princípios da Administração Científica**. São Paulo: Atlas, 1990

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. V.1. Tradução: Augustin Wenet. São Paulo: Cortez; Campinas: Campus, 1999.

Entrevista com Igor Shimura por Rosa Aquino

Rosa Maria de Aquino³⁴

Igor Shimura³⁵

Esta entrevista tem como foco os povos ciganos. Povos? Sim, porque existem etnias diferentes com línguas e costumes diferentes. Repousa sobre eles, no entanto, um ponto de convergência: o preconceito de que são alvos. No Brasil, em Portugal, na Espanha ou alhures, atos de recusa se repetem. Contudo são povos que resistem. Pela forte tradição identitária que possuem, porque se organizam em associações representativas, porque se tornam estudiosos e pesquisadores deles próprios ou mesmo pelo surgimento de mais um militante para defender suas causas que passam pelo reconhecimento, pela inclusão social, dentre outras. De fato, preconceito, discriminação, recusa e muito desconhecimento de quem são esses povos permeiam as relações dos não ciganos com os ciganos.

Igor SHIMURA, nosso entrevistado, responde a partir de três lugares distintos que dialogam, criam um amálgama e lhe proporcionam um patamar privilegiado de análise: o de Mestre em Ciências Sociais, o de especialista em Antropologia Cultural e o de cigano. SHIMURA é o atual presidente da Associação Social de Apoio Integral aos Ciganos (ASAIC); foi diretor do Departamento de Igualdade Racial e Étnica (SNPIR/MMFDH) no Governo Federal. É mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), especialista em Antropologia Cultural pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e graduado em Teologia pela Faculdade Teológica Sul Americana (FTSA). É associado à Gypsy Lore Society (GLS) e à Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Professor em cursos de especialização no Centro Universitário de Anápolis e minicursos e palestras em faculdades e organizações.

AQUINO: Você é cigano, militante da causa cigana e desenvolve estudos sobre povos ciganos. No “Ser cigano: a identidade étnica em um acampamento Calon itinerante”, de 2017, já no início do livro, você conta como se descobriu cigano. Você pode resumir essa descoberta e o que mudou no seu cotidiano a partir dessa descoberta?

SHIMURA: Costumo dizer que me considero “brasileiro”, já que sou resultado de uma mistura étnica considerável. Situações dramáticas que meus pais biológicos vivenciaram na década de 1970 levaram minha mãe a me entregar para adoção aos seus patrões, que não podiam ter filhos por motivos de saúde. Minha mãe era uma pessoa simples do interior, descendente de indígenas e italianos, e meu pai era cigano. A família que me adotou tinha

34 Professora de Antropologia do DECISO, UFRPE.

35 Mestre em Ciências Sociais e presidente da Associação Social de Apoio Integral aos Ciganos (ASAIC).

uma mistura curiosa de orientais, indígenas, árabes e italianos. Meu pai adotivo era japonês, e minha mãe adotiva era descendente de indígenas, italianos e árabes.

Ao entender que eu não tinha uma única identidade étnica, como era o caso, por exemplo, de meus primos japoneses, fui despertado para compreender melhor quem eu era no aspecto étnico-racial. “De onde vem meu sangue”? “Qual é a minha cultura”? Isso me levou a buscar contato com cada um dos segmentos com os quais me identificava ou queria me identificar. Como desde pequeno tive um contato mais próximo da comunidade japonesa (por causa do meu pai adotivo), e eventualmente com italianos, na juventude a minha curiosidade se voltou para os grupos mais distantes de minha realidade: árabes, indígenas e, por fim, os ciganos. Fiz contato com essas culturas e aprendi com cada uma delas.

No caso dos ciganos fiquei muito tocado e inconformado ao perceber o grande preconceito e discriminação sob à qual estavam vivendo e me envolvi num nível muito grande. Eu não podia ver aquilo e ficar em silêncio e tomei a decisão de entender mais, pesquisar mais, e auxiliar na medida que me fosse possível. No início da juventude, período fértil para o envolvimento com “causas de vida”, pensei que minha mistura étnico-racial poderia, quem sabe, ser útil e contribuir para mediar diferentes universos.

AQUINO: Para além do parentesco consanguíneo que objetivamente identifica o/a cigano/a, a subjetividade também pode se fazer presente. Enquanto alguns autores defendem que não basta ser cigano/a, mas também ser reconhecido/a como tal, você explica o pertencimento identitário por meio do conceito de ciganidade, e usa a imagem do mosaico para uma melhor compreensão. O que significa essa ciganidade?

SHIMURA: No meu entendimento a ciganidade, como categoria analítica e fenômeno identitário, é extremamente complexa e de difícil definição. Seria imprudência de minha parte emitir um conceito fechado ou uma sentença definitiva, pois que certamente conflitaria com outras ideias, que evidentemente partem de outros ângulos, de outras particularidades, de diferentes autores, ciganos ou não, o que demonstra a natureza múltipla do fenômeno e do termo. De qualquer maneira, mesmo não conseguindo entender a ciganidade com clareza sob todos os ângulos, conseguimos perceber seus contornos. Sendo assim, ao meu ver, a ciganidade, rascunhadamente, se trata de um conjunto complexo que envolve um forte senso de pertencimento ancorado à origem biológica (consanguinidade/parentesco), elementos culturais localizados, a conexão comunitária virtual à uma comunidade global (os “ciganos no mundo”) e a identificação e interiorização de elementos de memória comum.

AQUINO: Diferentes etnias compõem os povos ciganos. No Brasil as mais conhecidas são a Calon, a Rom, a Sinti. Quais são as diferenças significativas entre essas etnias? Que outras etnias você destaca?

SHIMURA: No Brasil existem comunidades Calon e Rom. Até hoje ninguém mapeou e identificou nenhuma comunidade (um conjunto organizado de famílias) Sinti, Dom, Lom ou Banjaras, senão que há indivíduos e/ou pequenas famílias nucleares que os representam. Com exceção dos Lom (de origem armênia) conheci pessoas de todos esses segmentos em território brasileiro, que curiosamente, em geral, preferem não se expor publicamente como “ciganos”. Em oportunidades que tive de visitar outros países, como a Turquia, Romênia e Moldávia, conheci ciganos Lom e Dom, e diferentes subgrupos de Rom, pois nesses lugares existem comunidades organizadas desses povos.

AQUINO: Há grande curiosidade, sobretudo entre leigos, quanto à origem dos povos ciganos. Uma cigana com quem mantive contato em um rancho em Barra de Jangada (Jaboatão dos Guararapes/PE), disse simplesmente “somos rama do Egito”, ao ser indagada sobre suas origens. Como você sintetiza as narrativas mais aceitas tanto pelos povos ciganos quanto por estudiosos do tema?

SHIMURA: Esse é um assunto interessantíssimo! Particularmente estou convencido de que se os ciganos não são originários da Índia pelo menos estiveram lá por um longo tempo. Digo isso porque em minha especialização em antropologia cultural decidi estudar a religiosidade cigana Calon brasileira.

Há muitos anos aprendi a falar um pouco de hindi, através de um amigo indiano. Como falante de Chibi (Calon) lembro-me de ficar admirado com a semelhança entre o hindi e a Chibi. Muitas palavras são praticamente idênticas, mas anos antes disso eu já tinha observado a semelhança entre o vocábulo deva – do texto hindu Bhagavad gita – e o termo usado para Deus em Chibi. Ao me debruçar sobre o tema percebi que o sistema religioso notadamente sincrético dos Calon brasileiros é bastante semelhante ao hinduísmo, com nomes atualizados/substituídos por nomes do universo católico. Isso me intrigou e junto com amigos Calon evangélicos, católicos e muçulmanos fizemos uma pesquisa identificando o deus Calon como uma espécie de “deus plural”, multifaces, muito semelhante ao Brahman hindu, com poder encarnacional (Avatar) e que basicamente é o constituinte de toda e qualquer divindade. Diante disso (e dos estudos tradicionais da linguística) entendo essa relação originária “ciganos-Índia”, mas não descarto outras hipóteses, sobretudo as que sinalizam períodos anteriores à Índia, como a teoria da origem judaica, egípcia, suméria etc.

AQUINO: Quais são os ciclos migratórios dos povos ciganos para o Brasil? Existem momentos específicos que possam ser identificados de suas chegadas nestas terras?

SHIMURA: Essa pergunta tem sido respondida por alguns autores importantes que pesquisam ou pesquisaram a história cigana brasileira como recorte específico, como Rodrigo Teixeira, Débora Karpowicz, Brigitte Cairus, Marcos Toyansk etc. Teixeira, por

exemplo, questiona a informação, bastante difundida, de que os primeiros ciganos chegaram ao Brasil em 1574. O certo é que os primeiros ciganos que chegaram ao país são oriundos de Portugal e que os registros apontam que a deportação de ciganos portugueses ao Brasil só começou mesmo a partir de 1686. Depois disso há registros nos séculos XVIII e XIX. Fato é que muitos ciganos foram enviados ao Brasil, expulsos, cumprindo penas e sob forte discriminação e racismo europeu. Atualmente temos visto muitos ciganos europeus, especialmente ibéricos, circularem pelo país em busca de melhores condições de vida.

AQUINO: A recusa aos povos ciganos se manifesta por onde quer que eles circulem. Trata-se do que alguns autores intitulam ciganofobia? O que a caracteriza? Quais são as razões mais comuns para sua manifestação?

SHIMURA: Não sei se outra pessoa usa o termo ciganofobia, mas acredito que é um termo mais expressivo do que o “anticiganismo”. Usei pela primeira vez num documento que escrevi quando ainda trabalhava no Governo Federal e acredito que sua composição (cigano+fobia) é atual e expressa bem a recusa geral da sociedade ampla em relação aos ciganos. Ao pensar em ciganofobia logo me lembro da Lei 12.288 – o Estatuto da Igualdade Racial, no parágrafo único de seu artigo 1º, que define discriminação racial ou étnico-racial, e assim faço uma adaptação descritiva do termo. Nesse sentido Ciganofobia é toda exclusão, restrição ou distinção que se faça baseada na identidade cigana de um indivíduo ou de um conjunto de indivíduos de modo a restringir seu reconhecimento, gozo e exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

AQUINO: Você inicia o artigo “Quantos ciganos vivem no Brasil”, de 2020, com a frase “Essa é uma pergunta que ninguém é capaz de responder, ainda!”. A que você atribui a invisibilidade dos povos ciganos? Quero lembrar, segundo o site <http://agenciaeconordeste.com.br/instituto-cigano-do-brasil-denuncia-ministro-da-educacao-por-crime-de-racismo-ao-stf/>, que em uma reunião ministerial, em 22/04/2020, o ex-Ministro da Educação fez o seguinte comentário: “odeio o termo ‘povos indígenas’, odeio esse termo. Odeio. O ‘povo cigano’. Só tem um povo nesse país...”.

SHIMURA: Pensando em nosso contexto político e social atual, considerando o sistema e mecanismos elitistas que regem os movimentos gerais da política brasileira, os ciganos que aqui nasceram e residem parecem ter sido “descartados” e categorizados como um segmento “sem importância”, sendo deixados em sua marginalidade histórica, fora “do radar” do Estado, tal qual párias de um sistema de castas.

É importante que se reconheça as limitações e dificuldades de articulação política dos poucos representantes ciganos que conseguem se aproximar do poder público, mas observamos

também que esse poder público desconhece totalmente as dinâmicas e realidades ciganas. A combinação desses pontos desenha um cenário de “invisibilidade”, isto é, a omissão do Estado e da sociedade em relação aos povos ciganos.

Não há dúvidas de que os estereótipos oriundos da Europa compõem essa situação, pois situam “os ciganos” negativamente tanto no campo de danos sociais como no de figuras caricatas sem relevância. Quando digo isso estou falando dos rótulos disseminados de ciganos tanto como “trapaceiros”, “parasitas sociais” e “marginais perigosos”, como de “dançarinos”, “feiticeiros” e “magos”. Isso me faz pensar que, se por um lado existe uma “invisibilidade” social que se evidencia pela omissão estatal, também existe certa “visibilidade” cultural, que caricatura “os ciganos” e os retrata como exóticos e figuras folclóricas. Em nenhum dos casos despertam a atenção dos Governos e da sociedade como um todo, senão de setores que atuam em pautas sociais voltadas para questões de igualdade e direitos.

Sobre a fala do então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, citando indígenas e ciganos, entendo que o que se revelou ali foi sua ignorância e preconceito associados à um pensamento mono-identitário que se remete à chamada democracia racial. Sua mentalidade alienada da alteridade dos povos e comunidades tradicionais que vivem no território nacional aponta para a realidade das forças que atuam para oprimir e assimilar identidades étnico-raciais no país. Ao que parece sua menção pejorativa ao termo “povos ciganos”, durante a reunião, teve a intenção de contrariar a fala da Ministra Damares Alves, que tem a pauta cigana em consideração.

AQUINO: Quais são as principais políticas públicas para os povos ciganos saírem da invisibilidade?

SHIMURA: Acredito que existe uma “invisibilidade” estrutural dos povos ciganos na sociedade brasileira e isso afeta inclusive o cenário de correlação entre grupos discriminados. Com isso quero dizer que os ciganos são evidentemente menos mencionados quando nos movimentos de combate ao preconceito, racismo e discriminação. Só um cigano pode reconhecer isso e afirmar isso com propriedade: é muito comum que os militantes que lutam em favor da igualdade racial esqueçam de incluir ciganos. Fala-se de igualdade racial e não de “igualdade étnico-racial”, um termo que está para além da questão raça/cor – o Censo Demográfico não reconhece “ciganos” como opção identitária, por isso cada indivíduo cigano, ao ser entrevistado pelo IBGE, se identifica de acordo principalmente com as opções preto, pardo – (negros) ou branco.

O cumprimento da Constituição Federal deveria ser o maior dispositivo de promoção de igualdade/equidade em relação aos ciganos brasileiros, no entanto, como a Carta Magna não

especifica esse grupo étnico, as políticas públicas “sob medidas” deveriam ser construídas com o objetivo de lhes garantir direitos básicos, a começar pelo combate ao preconceito e a discriminação, o direito à identidade étnico-racial e culturas, o acesso à terra etc.

Ao tratarmos de políticas públicas é necessário que consideremos a pluralidade sociocultural cigana, a saber, os grupos que são itinerantes, os sedentários, os que preservam costumes e tradições e os mais progressistas, integrados a sociedade nacional. Muitos ciganos reconhecem o idioma como elemento central da identidade, mas sofrem um processo assimilativo acelerado ao enviar os seus filhos para a escola comum, que ignora suas culturas e desestimula o uso da língua. O que fazer diante das inúmeras dificuldades que ciganos nômades ou itinerantes enfrentam para conseguir preservar sua cultura de mobilidade, quando são proibidos e/ou expulsos por prefeituras? As políticas públicas precisam ser construídas em sintonia com as reais necessidades desses povos e comunidades e isso significa que todas as áreas devem ser consideradas, desde a social à cultural.

AQUINO: O Brasil vive hoje a pandemia do COVID19 e as populações mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico são também as mais atingidas pelo vírus. O Ministério da Saúde, em parceria com a Associação Internacional Maylé Sara Kalí-AMSK/Brasil (BRASIL. Ministério da Saúde. Subsídios para o Cuidado à Saúde do Povo Cigano. Brasília: Ministério da Saúde, 2016), afirmam que os povos ciganos estão distribuídos por todos os estados da Federação brasileira, inclusive no Distrito Federal, os quais habitam “desde os endereços mais sofisticados até as periferias das grandes cidades”. De que modo os povos ciganos estão sendo cuidados pelo estado brasileiro diante dessa pandemia?

SHIMURA: Desde que surgiu, em 2003, via de regra, é a Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SNPIR) que se responsabiliza especificamente pela pauta dos Povos e Comunidades Tradicionais, dentre as quais os ciganos, dentro do Governo Federal. No início das medidas contra a disseminação do novo Coronavírus, no primeiro trimestre de 2020, o Governo Federal lançou orientações específicas (escrito e audiovisual) para as comunidades ciganas, principalmente as reconhecidas mais vulneráveis, em situação de itinerância. Somado a isso criou um grupo temporário de diálogo emergencial pelo aplicativo WhatsApp, que gerou uma reunião nacional em plataforma online. O auxílio financeiro de R\$ 600,00 também foi uma forma de socorrer os provedores de famílias das comunidades. Além dessas ações também entregou alimentos em uma comunidade no Distrito Federal e afirma manter a busca de caminhos para atender demandas relacionadas à questão de segurança alimentar para outras comunidades vulneráveis. No mês de abril atuou positivamente nos casos de expulsão ocorridos no Estado do Paraná, colaborando com as comunidades que foram vítimas de ciganofobia. Percebo boa vontade da atual gestão da SNPIR em atender ciganos, apesar dos costumeiros processos burocráticos e

baixo orçamento que marcam o momento dessa estrutura.